

Érika Benigna Nascimento

“ESTOU CANSADA, MUITO CANSADA”:

opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras,
estudantes da educação básica

Governador Valadares

2022

“ESTOU CANSADA, MUITO CANSADA”:

opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras,
estudantes da educação básica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Coorientadora: Profa. Dra. Fernanda Cristina de Paula.

Governador Valadares

2022


DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas (SiBi/UNIVALE)

N244e	<p>Nascimento, Érika Benigna “Estou cansada, muito cansada” : opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras, estudantes da educação básica / Érika Benigna Nascimento ; orientadora Maria Celeste Reis Fernandes de Souza ; coorientadora Fernanda Cristina de Paula. Governador Valadares, 2022. 123 p. : il. color.</p> <p>Dissertação (mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> em Gestão Integrada do Território, 2022.</p> <p>1. Adolescentes negras. 2. Opressões interseccionais – raça e gênero. 3. Educação Básica. 4. Governador Valadares. I. Souza, Maria Celeste Reis Fernandes de, orient. II. Paula, Fernanda Cristina de coorient. III. Título.</p> <p>CDD: 305.8960981</p>
-------	---


Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do TerritórioATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ÉRIKA BENIGNA NASCIMENTO

Matrícula Nº 100.684

Ao vigésimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e dois (29/08/2022), às nove (9) horas, por meio de tecnologias de reunião à distância, utilizando como recurso o Google Meet, sob a coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Professora Orientadora, reuniram-se os membros efetivos da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada: **“ESTOU CANSADA, MUITO CANSADA”:** **opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras, estudantes da educação básica**, elaborada pela discente **Érika Benigna Nascimento**, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – GIT/Univale – Nível Mestrado Acadêmico, Linha de Pesquisa: Território, Saúde e Sociedade. A Banca Examinadora foi composta pelas professoras: Dr^ª. Fernanda Cristina de Paula (Coorientadora – GIT/UNIVALE), Dr^ª. Lycinia Maria Correa (UFMG), Dr^ª. Gláucia de Oliveira Assis (GIT/UNIVALE) e Dr^ª. Maria Gabriela Parenti Bicalho. A professora orientadora iniciou a sessão apresentando as componentes da Banca Examinadora e informou que a discente atendeu as exigências do Art. 82 do Regulamento do Programa. Em seguida, apresentou a discente, leu o título da dissertação e lhe passou a palavra. Feita a apresentação por parte da mestrande, as avaliadoras fizeram questionamentos e comentários. Em todos os momentos foi dado o direito à discente de responder aos questionamentos. Por fim, a Banca se reuniu sem a participação da discente e do público, decidindo pela: (x) Aprovação; () Aprovação com solicitação das revisões, constantes nas “observações”, no prazo máximo de 60 dias; () Reprovação. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Banca. **OBSERVAÇÕES:** A banca destaca a contribuição teórica e metodológica do trabalho, e as contribuições para o debate sobre raça, gênero, juventude e educação, bem como sua relevância para o GIT. Recomenda a sua divulgação em artigos, livros e outros materiais que atendam a um público mais amplo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Banca Examinadora.




Dr^ª. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Professora Orientadora




Dr^ª. Fernanda Cristina de Paula
Professora Coorientadora



Dr^ª. Lycinia Maria Correa
Avaliadora



Dr^ª. Gláucia de Oliveira Assis
Avaliadora



Dr^ª. Maria Gabriela Parenti Bicalho
Avaliadora

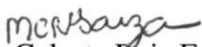


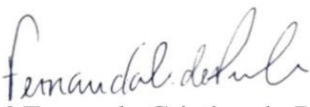
UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

ÉRIKA BENIGNA NASCIMENTO

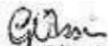
“ESTOU CANSADA, MUITO CANSADA”: opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras, estudantes da educação básica.


Dissertação aprovada em 29 de agosto de 2022,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:


Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Orientadora – GIT/Univale


Prof.^a Dr.^a Fernanda Cristina de Paula
Coorientadora – GIT/Univale


Prof.^a Dr.^a Licinia Maria Correa
Examinadora – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG


Gláucia de Oliveira Assis
Prof.^a Dr.^a Gláucia de Oliveira Assis
Examinadora – GIT/Univale


Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela Parenti Bicalho
Examinadora – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/GV

Pela minha ancestralidade, pelo meu filho e minha filha, sigo a busca por uma sociedade equânime.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que fizeram parte de minha história nesse percurso, em especial, a minha orientadora Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, pelo acolhimento e cuidado quando cheguei ao mestrado, o direcionamento quanto ao objeto desta pesquisa e pela confiança e paciência ao me acompanhar na aventura da escrita, mostrando-se disponível mesmo nos momentos que seriam de seu descanso, sem deixar de citar os conhecimentos compartilhados com muita generosidade.

À Profa. Dra. Fernanda Cristina de Paula, pela sororidade e acolhimento, que, para além de minha orientadora e posteriormente coorientadora, não só torceu muito para que eu conseguisse chegar ao fim dessa caminhada, mas segurou minha mão e caminhou comigo nos momentos de enfrentamentos e resistência.

Aos amores da minha vida, Sávio e Ana Sofia pelo carinho e paciência ao entender minha ausência e todos os sacrifícios que tivemos que fazer durante o período do mestrado. Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, em especial a minha sobrinha-filha, Sâmara Beatriz.

À amiga Ana Afro (*in- memoriam*) e as outras membras fundadoras do Coletivo Abayomi: Jaqueline, Solange, Rosângela e Ione. E às companheiras de vida, Michelle Gonçalves e Sheyla Trindade. UBUNTU!¹.

À profa. Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato; aos colegas de mestrado, Yury Aranha, Denise Rodrigues, Angélica Antunes e Adelson Silva.

À profa. Dra. Maria Terezinha Terezinha Bretas Vilarino, pelo cuidado e afeto desde a graduação em História e pelo incentivo para iniciar o mestrado.

Ao prof. Dr. Haruf, também pelo carinho e cuidado durante toda a caminhada do mestrado.

À minha “torcida organizada” das escolas São José e Quintino Bocaiúva. Em especial, à professora Bruna Soares, pelo empréstimo financeiro e pelo colo sempre que precisei.

Às professoras que participaram da banca examinadora, Dra. Lycinia Maria Corrêa, Dra. Gláucia de Oliveira Assis, Dra. Maria Gabriela Parenti Bicalho, por terem aceitado generosamente contribuir com este estudo e pelos aportes recebidos.

¹ Ubuntu – Filosofia Africana “Eu sou porque nós somos”.

Agradeço as contribuições da Doutoranda Lubiana Prates Raimundo Pereira (USP) pelas contribuições na banca de qualificação e pela disposição em participar como convidada na banca de defesa.

Ao diretor da escola onde foi feita a pesquisa de campo, Ronaldo Castro.

Acredeço ainda as estudantes negras que participaram diretamente dessa pesquisa e outras mulheres pretas que cruzaram meu caminho durante minha trajetória pessoal, profissional e de ativista.

“Sua dissertação está muito bonita, fico emocionada ao ver o sentido desta dissertação para você - como ela se entranha em sua vida e nas vidas de tantas meninas, adolescentes, jovens e mulheres negras”.
(Celeste, antiga coorientadora e atual orientadora)

“Você vai fazer essa prova do processo seletivo do mestrado sim, compra umas cervejas que mais tarde vou para sua casa estudar os textos com você.”
(Sheyla Trindade, professora de Geografia)

“Fia, esse maldito racismo estrutural que nos faz acreditar que não temos capacidade de estarmos nesses espaços de conhecimento, você vai fazer essa matrícula e ir até o fim desse mestrado, sabe que eu estou aqui para formar sua rede de apoio.”
(Michelle Gonçalves, professora de filosofia)

“Feliz demais nêga, por você, por nós. O Coletivo Abayomi/Gv chega ao mestrado. Vamos fazer uma Kizumba na casa da Sol para comemorar o final desse mestrado.”
(Ana Afro, pedagoga, referência do feminismo negro em Gov. Valadares)

“Com ou sem o afastamento das escolas para estudo, você consegue terminar esse mestrado, eu não aceito você desistir agora.”
(Márcia Madalena, professora de ciências)

“Eu quis muito estudar, seu avô queria que eu fosse professora, mas ele morreu quando eu era muito nova, o ensino público era para poucos e minha mãe (sua avó) não tinha dinheiro para pagar, você honra a memória do seu avô e de toda a família estudando.”
(Natalicia, minha mãe)

“Não pense em reprovação. A qualificação já deu certo. Precisando de algo estou aqui! Bora que quero ver você qualificada antes de Sophie nascer!”
(Fernanda Cristina de Paula antiga orientadora e atual coorientadora)

“Sei que está muito difícil para pagar, vou pedir dinheiro minha mãe esse mês para pagar uma mensalidade, mas não pode desistir, esse mestrado não é só sobre você, é sobre o grupo que você representa, mulheres negras.”
(Sâmara Beatriz, enfermeira e sobrinha)

“Vou pesquisar na internet e aprender a fazer comida, chego da escola e faço almoço pra gente, assim sobra mais tempo pra você estudar para o mestrado.”
(Ana Sofia, estudante do Ensino Fundamental, filha)²

² Frases de mulheres negras, do meu convívio cotidiano, que formaram a rede de apoio para que eu conseguisse cursar o mestrado.

RESUMO

A temática deste estudo foi construída a partir da minha trajetória pessoal enquanto mulher negra, minha atuação profissional como professora de educação básica; minha participação em movimentos sociais e compreensão teórica sobre a necessidade e urgência de se refletir sobre gênero e raça na escola, e para além dela. Nesse sentido, delinea-se como objetivo geral compreender as tramas das opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras de uma escola pública da cidade de Governador Valadares — MG. O estudo apoia-se em autoras do movimento negro feminista e operacionaliza conceitualmente com corpo-território e interseccionalidade. Opera-se com a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica e analítica para entendermos as múltiplas opressões de raça e gênero. Ocupam o lugar de fala as participantes da pesquisa: 12 adolescentes negras, estudantes da educação básica. O material empírico foi produzido em oficinas temáticas, registros de campo e registro de grupo de WhatsApp. As narrativas produzidas foram analisadas por meio da análise episódica. Nos 68 episódios analisados aparecem tensões entre padrão de beleza hegemônico e a beleza negra, preterimento afetivo, invisibilidades, sofrimentos que imprimem marcas nas subjetividades adolescentes. As opressões interseccionais aparecem nos episódios em interconexões com vários mecanismos de opressões, como um suposto padrão de beleza, colorismo, racismo institucional e racismo recreativo. Observa-se que embora a pesquisa tenha sido centralizada na escola, os episódios mostram que as adolescentes negras trazem, nos corpos-território, vivências de outras opressões de raça e gênero provindas de outros territórios — a casa, a rua, o bairro, as lojas, o shopping, as redes sociais e as relações com a polícia. Os episódios narrados nesta pesquisa trazem denúncias de como as adolescentes vivenciam, a partir de seus corpos-território, a interseccionalidade de raça e gênero, as tentativas de regulação, as vulnerabilidades, exposição as violências físicas e simbólicas, sobretudo a naturalização das opressões dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo e sexismo. Os resultados denunciam e apontam para a importância do conceito de interseccionalidade como ferramenta indispensável para pensarmos o lugar ocupado por mulheres negras em nossa sociedade, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista do engajamento político, refletindo o interesse das mulheres negras, desde a mais tenra idade.

Palavras-chave: Adolescentes negras. Interseccionalidade. Escola. Corpo-território.

ABSTRACT

The theme of this work was inspired by my personal perspective as a black woman, basic school teacher and political activism with social movements as well as the urgent need for theoretical understanding over gender and race issues in the basic school environment and beyond it. In this sense, this study main goal is to shed light over how intersectionality based-upon composite race and gender social oppression are experienced by black teenager girls from a basic school located in Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil. Its theoretical framework is underpinned by black feminist scholars, focusing specifically on concepts addressing 'body-as-territory' and intersectionality, which provides insightful theoretical and methodological tools to comprehend multiple and intersecting race and gender forms of social oppression. The empirical corpus analyzed is made up 68 episodes covering structured-interviews, focal group meetings and WhatsApp group conversations with twelve black student girls aged 13-to-16 years old. Over these 68 analyzed episodes, it is shown how struggles over hegemonic white-biased beauty standards against black beauty, affective rejection, social invisibilities inflict personal suffering that largely shape black girl's subjectivity development. Those intersecting gender and race related-oppression are manifest through various mechanisms – 'white'-biased beauty standards, colorism, institutional-based and recreative forms of racism. It should be noted that this inquiry shows that, despite being conducted in the basic school environment, black girls are deeply marked by social oppression experienced in another places – home, community, shopping malls, social media, police approach etc. This empirical investigation unmistakably describes how black girls live through their bodies and social relationships the intersectionality of gender-based and race-based forms of prejudice, hidden forms of control, social and emotional vulnerabilities, exposure to physical and symbolic violence and, above all, the 'naturalization' of social oppression in a society deeply structured by racism and sexism. Our results make the case for the importance of the concept of intersectionality stronger, both as a theoretical tool to better understand the social status of black women in our society as well as their political engagement upholding their interests from childhood onwards.

Keywords: black teenager girls, intersectionality, basic school, 'body-as-territory'.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planejamento inicial dos Encontros.....	47
Quadro 2 – Informações sobre as oficinas temáticas.....	52
Quadro 3 – organização dos episódios por temática e quantidade	53

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	14
1	INTRODUÇÃO: A cor da minha pele chega primeiro.....	24
2	CABEÇA FERIDA, MAS CABELO LISO : Escolhas teóricas	28
3	“O COLETIVO ABAYOMI CHEGA AO MESTRADO” (ANA AFRO): Escolhas metodológicas.....	41
3.1	A ESCOLA, CAMPO DE PESQUISA.....	42
3.2	A PRIMEIRA OFICINA E AS PARTICIPANTES DO ESTUDO	45
3.3	DA DINÂMICA DAS OFICINAS TEMÁTICAS.....	49
3.4	DA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO	50
4	COM CERTEZA SÃO NOSSAS CARACTERÍSTICAS (Paxina).....	54
4.1	QUAL O PADRÃO DE BELEZA IDEAL?.....	54
4.2	COLORISMO COMO UM DOS MECANISMOS DO RACISMO ESTRUTURAL....	65
4.3	NAS TRAMAS DOS CORPOS-TERRITÓRIO	69
5	A GENTE TENTA NÃO LIGAR, MAS NO FUNDO DÓI MUITO (Bia).	72
5.1	RACISMO RECREATIVO: outro mecanismo do racismo estrutural.....	72
5.2	NAS TRAMAS DOS CORPOS TERRITÓRIOS.....	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – TODOS OS EPISÓDIOS	96

APRESENTAÇÃO

Inspirada em autoras do movimento negro, que afirmam nos seus escritos a luta pelo direito à negritude, refletem e denunciam as opressões vivenciadas por mulheres negras, como Nilma Lino Gomes, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro, Lelia Gonzalez, Carla Akotirene, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, dentre outras, faço o mesmo exercício, trazendo aqui um pouco da minha trajetória de vida, narrando o processo pelo qual fui me tornando negra a partir das opressões vivenciadas principalmente na escola, onde de fato percebo pela primeira vez a materialização dos processos discriminatórios do meu corpo negro que é socialmente construído pela diferença (MISKOLCI, 2010).

Sou a mais nova de cinco filhos de pais semianalfabetos; fui amamentada até os 4 anos, quando a minha mãe, que já sabia de meu fascínio pela escola, me disse que se eu não pedisse mais o “leite de peito” me colocaria na escola antes dos sete anos (idade que iniciava a educação básica nas escolas públicas na década 1980). Não era comum crianças do nosso convívio social frequentarem a escola antes dos sete anos já que essa possibilidade só existia na rede privada de ensino. Eu cumpri a minha parte: deixei o leite materno para ir à escola mais cedo que meus irmãos.

Minha mãe fez o curso de cabeleireira no Sesiminas³, embora os cursos tivessem como público principal trabalhadores e familiares da indústria, ofereciam-se algumas vagas para a comunidade em geral, o que possibilitou que ela ingressasse no curso. Durante o curso, ela ficou sabendo que iriam abrir uma sala de pré-escola e surgiu ali a oportunidade de cumprir a promessa de eu ir para a escola antes dos sete anos. Meus pais conseguiram um desconto nas mensalidades e compraram o material escolar para que eu conseguisse frequentar a escola aos seis anos. Recordo-me que ao chegar à escola, achava estranho aquelas pessoas, bem diferente das pessoas da minha família e da maioria dos nossos vizinhos. A única pessoa com características parecidas com as minhas era a tia Alta (sim, esse é o nome dela mesmo), que fazia a merenda e sempre me tratou com um carinho especial, e eu tinha a sensação de que

³Uma das ramificações da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, o Sesi foi criado em 1946, sendo a principal parceria da indústria na inclusão social de seus funcionários. A instituição oferece programas e serviços para elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e seus familiares. A área de educação oferece diversas modalidades de ensino destinadas a crianças, jovens e adultos. (FIEMG, [2022]).

ela me enxergava de verdade.

Na minha turma, além de mim, tinha outro menino negro, mas que fez sempre questão de se manter à distância, como se a aproximação comigo o trouxesse para um lugar que ele não quisesse estar. Entre as diversas “brincadeiras” racistas, os apelidos como “cabelo de ariar panela”, “macaca”, “tanajura”, “amendoim torrado”, “Kichute” (tênis preto muito utilizado no período) e as vivências nesse ambiente hostil, vou ressaltar a lembrança da minha primeira festa junina: fato emblemático da opressão vivida naquele meu primeiro ano de escola.

Estávamos no pátio da escola para o nosso primeiro ensaio, era preciso definir os pares, a professora deixou que as crianças se organizassem. Eu ficava observando a formação de pares, a disputa para dançar com determinadas meninas. Em um determinado momento a professora entrevistou e perguntou quem seria o meu par. Um grupo de meninos começou a discutir e disseram que dançariam com qualquer pessoa, menos comigo. Apesar de muito constrangida, eu permanecia com um sorriso no rosto, até ouvir um dos meninos dizer que não passaria a vergonha de dançar com uma menina que tem o “cabelo de bombril”. Não consegui mais segurar o choro, pedi a professora para voltar para sala, ela permitiu a minha volta e disse para eu ficar calma, pois iria conseguir alguém para dançar comigo. Eu fiquei na sala de aula sozinha até o final do ensaio e depois fui para a casa.

Essa foi a primeira vez que eu tive consciência de uma discriminação por ser negra e, mesmo após muitos anos, cada detalhe daquele dia é forte em minha memória e ecoa as narrativas e opressões vividas pelas pessoas negras, como tão bem narra Conceição Evaristo em “Becos da Memória” (EVARISTO, 2017). Eu não queria mais aquele cabelo; aos seis anos eu quis apagar meus traços negroides, embora inconsciente, era uma tentativa de distanciamento da negritude.

Nesse mesmo dia, cheguei em casa e disse para a minha mãe que queria muito alisar meu cabelo para ficar bonita para a festa junina. No outro dia, disse estar passando mal para não ir à escola e só retornei dois dias depois do acontecido com o cabelo alisado. O alisamento era feito por um produto caseiro à base de soda caustica que deixa várias feridas no couro cabeludo e comigo não foi diferente: cabeça ferida, mas cabelo liso!

Minha mãe e minhas irmãs já haviam passado por várias situações de

opressões e “violências simbólicas”⁴ devido ao cabelo. Penso que, por isso, mesmo sem saber o que aconteceu no ensaio da festa junina, minha mãe alisou meu cabelo, talvez na tentativa de que eu não passasse por situações parecidas como as delas. Fazer o curso de cabeleireira foi uma forma de proteger as filhas de algumas dessas opressões vivenciadas em alguns salões onde a maioria dos profissionais diziam que não trabalhavam com “aquele tipo de cabelo”.

Logo que cheguei à escola, a professora veio me avisar que já tinha conversado com um dos colegas para dançar comigo. Até hoje fico imaginando como foi essa conversa e tenho até medo de pensar quais os argumentos usados por ela para o convencer a dançar comigo.

Chego ao primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública já alfabetizada. Um dia, eu disse à professora que ela estava escrevendo meu nome errado, pois ela estava colocando o K maiúsculo no meio do Erika e o correto era usar o “k” minúsculo. A professora disse para eu deixar de ser atrevida, que “gente da minha cor tinha que aprender a ficar calada ou ia apanhar muito na vida”; sem saber até hoje se o “apanhar” era no sentido figurado ou literal, mesmo após ir para as séries seguintes, tentava me manter calada para não ser percebida e discriminada. Esse episódio foi um marco no meu processo de silenciamento.

Na escola, sempre fui batizada por inúmeros apelidos por parte dos meus colegas, todos relacionados aos meus traços negroides. Às vezes, eu inventava alguma doença para não ir à escola e descansar daquele ambiente que era tão hostil para mim. Por outro lado, eu queria estar ali, a busca por saberes me fascinava. Eu sempre me esforcei para ser a melhor da turma e conquistar amigos a partir desse lugar. Aprendi a ser “gente boa” e me sujeitar a situações de subserviência, e isso me ajudou a ter “amigos e amigas” durante toda a minha trajetória escolar.

Quando ainda estava cursando o ensino fundamental, eu ia com frequência à União Operária⁵ (da cidade de Governador Valadares- MG) com meu pai que era da equipe de diretores de um dos sindicatos que funcionava neste local, e eu pude ajudar-na leitura de alguns documentos (na feitura e execução de cartazes) já que meu pai

⁴ A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em "expectativas coletivas", em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença, ou melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las. (BOURDIEU, 2011, p. 171).

⁵ Refiro-me a um espaço comum onde funcionavam diversos sindicatos.

não é alfabetizado. Foi ali que conheci pessoas de movimentos sociais diversos e comecei a participar no engajamento político.

Aos dezesseis anos, eu já ocupava o lugar de vice-diretora de um partido político. Meu primeiro voto foi em minha mãe, candidata à vereadora. Além de ser uma mulher negra conhecida no bairro São Paulo, por possuir um salão de beleza, cujos clientes eram em sua maioria também negros, ela se envolvia com as atividades da associação do bairro e também trabalhos de filantropia.

Esse bairro vive nos meus afetos. Uma lembrança é o meu encanto por festa junina, que era algo de família. Por alguns anos acontecia na nossa rua o “Arraiá da Natalicia” (minha mãe), organizado por minha família e vizinhos. Meus pais moraram por 43 anos em uma mesma casa, no bairro São Paulo. Embora eu tenha saído do bairro aos dezenove anos, eu ainda me sinto pertencente a ele. O bairro São Paulo faz parte do meu existir, é um dos meus lugares seguros de memória afetiva.

Nesse sentido, a territorialidade comparece de forma significativa nas minhas vivências no bairro São Paulo, pois, apesar de atualmente não morar no bairro, persiste em mim (e na minha família) o sentimento de pertencimento.

Na forma individual, a territorialidade se refere ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais são consideradas como inviolável. Coletivamente, a territorialidade é uma forma de regular as interações sociais e reforçar a identidade do determinado grupo (HAESBAERT, 1999).

Logo que iniciei minha participação em movimentos sociais, tenho sempre o contato com discussões que tangem questões étnico-raciais, porém, no início, ainda tinha dificuldade de participar ativamente dessas discussões. Mulheres pretas como Eliana Antunes (Bina) e Ana Aparecida de Jesus (Ana Afro⁶) já faziam essas discussões e eu as olhava com admiração, mas devido a todas as violências e silenciamentos que já tinha vivenciado anteriormente, ainda era uma tentativa de invisibilizar minha negritude para fugir de situações de racismo.

Meu primeiro emprego foi aos 18 anos, quando ainda estava terminando o Ensino Médio, prestando assessoria para um candidato a deputado estadual. Entre as pessoas nessa função, eu era a de menor salário, embora fosse a única com

⁶ Mulheres negras que são referência do movimento negro e Comunidades Eclesiais de Base que são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Sobre Bina não temos referência, mas a Diocese de Governador Valadares fez uma homenagem à Ana Afro (*in memoriam*) em sua página nas redes sociais. (DIOCESE VALADARES, [2022]).

experiência em campanha eleitoral. Um fato marcante desse período foi um evento na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o então candidato a deputado estadual pediu que eu e outra assessora o representássemos no evento.

Quando cheguei ao local, a “colega de trabalho” fingiu que não me conhecia e se apresentou como única representante do candidato, o que me fez voltar para casa chorando. Naquele momento, não conseguia entender os motivos da atitude de minha colega de trabalho e o porquê de tudo isto.

No outro dia, ela me chamou e explicou que aquele não era um ambiente apropriado para pessoas como eu, minhas roupas eram muito simples para o evento, fatores que poderiam prejudicar a pessoa que estávamos representando.

Ao terminar o Ensino Médio, acompanhada de duas colegas brancas, saímos pela cidade a procura de emprego. Tínhamos currículos parecidos, alguns cursos na área administrativa e o ensino médio técnico em administração de empresas. Poucos meses depois, minhas duas amigas já estavam trabalhando e eu continuava a busca. Nesse período, após terminar o ensino médio, vivi frustrações afetivas e também por não conseguir emprego. Não havia perspectiva de cursar o ensino superior, uma vez que a cidade só tinha faculdades particulares com mensalidades que não caberiam no orçamento da minha família. Morar em outra cidade, mesmo que para estudar em alguma universidade pública, também era algo distante da minha realidade financeira.

Aos dezenove anos, conheci o pai do meu filho, primeira pessoa que assumiu uma relação pública comigo. Eu sempre fui vista como uma moça inteligente, bacana, excelente amiga, mas não era para namorar. Tive alguns namoros antes disso, todos sob a proibição (dos parceiros) de trocar afeto publicamente ou assumir a relação.

Para ressaltar a importância da dimensão afetivo-sexual do preterimento da mulher negra, a socióloga Ana Cláudia Lemos Pacheco, escreve da perpetuação do ditado popular brasileiro em que “branca é para casar, mulata é para f..., preta para trabalhar”. A autora argumenta:

[...] há uma representação social baseada na raça e no gênero, a qual regula as escolhas afetivas das mulheres negras. A mulher negra [...] estaria fora do ‘mercado afetivo’ e naturalizado no ‘mercado do sexo’, da erotização, do trabalho doméstico, feminizado e ‘escravizado’; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes ‘à cultura do afetivo’, do casamento, da união estável. (PACHECO, 2013, p. 25, aspas do original).

Logo depois do meu aniversário de 20 anos, descubro que estou grávida. Tive

conflitos familiares e, por este motivo, fui morar na casa da minha irmã Sandra. Lá estou eu, mulher preta, desempregada, grávida. Logo após o nascimento do Sávio, eu me casei com o pai dele e um ano mais tarde já tinha sido abandonada; aos vinte e dois anos era divorciada e com um filho de dois anos para cuidar.

Figura 1 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais que viviam em união conjugal por cor e tipo de união

CASAMENTOS

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais que viviam em união conjugal por cor e tipo de união
Em %

	Branca	Preta	Parda
Casamento civil e religioso	51,9	32,2	34,4
Somente casamento civil	16,1	17,7	18,5
Somente casamento religioso	2,4	3,5	4,6
União consensual	29,4	46,6	42,6



% de homens que se unem com mulheres de diferentes cores ou raças

	Homens brancos	Homens pretos	Homens amarelos (asiáticos)	Homens pardos	Homens indígenas
Branças	75,3	26,4	24	26,1	16,6
Pretas	3,6	39,9	6,8	3,9	3,1
Amarelas	0,6	1,4	44,2	0,9	1
Pardas	20,4	32,1	24,7	69	13,9
Indígenas	0,1	0,2	0,3	0,1	65,4

% de mulheres que se unem com homens de diferentes cores ou raças

	Mulheres brancas	Mulheres pretas	Mulheres amarelas	Mulheres pardas	Mulheres indígenas
Branços	73,7	25,5	22	24,4	16,9
Pretos	4,6	50,3	9,8	6,8	3,9
Amarelos	0,5	1,1	38,8	0,7	0,8
Pardos	21,1	22,9	29,2	68,1	13,8
Indígenas	0,1	0,2	0,3	0,1	64,6

Fonte: IBGE/Censo (2010).

Segundo dados do IBGE, nós, as mulheres negras, somos as que menos se casam e somos, em sua maioria, mães solas⁷. Na maioria das vezes, o amor não abrange as mulheres negras. O racismo é uma das principais engrenagens dos padrões de beleza e da construção do desejo. Por isso, muitas de nós fomos preteridas pelo simples fato de sermos negras, conforme figura 1 (IBGE, 2010).

O meu filho estava com dois anos quando consegui um emprego na Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, e tive a oportunidade de fazer uma graduação com a bolsa concedida para funcionários. Sempre sonhei com o curso de Direito, entretanto, devido a minha situação socioeconômica, eu tinha que optar pelo curso mais barato.

A escolha pelo curso de História foi a partir do valor da mensalidade, horário do

⁷ Mãe que assume de forma exclusiva todas as responsabilidades pela criação do filho, tanto financeiras quanto afetivas, em uma família monoparental. (Dicionário VOLP).

curso (manhã, pois trabalhava tarde e noite) e o local do curso que aconteceria no Campus I da Universidade, localizado no bairro Vila Bretas, onde eu levava meu filho com frequência e o deixava na brinquedoteca⁸.

No intervalo do trabalho da biblioteca do Campus II da Univale, estava eu sentada em uma praça quando passou uma professora da Instituição, Prof^a Dra Licinia Maria Correa, elogiou as tranças que eu usava e perguntou o motivo do olhar triste. Eu disse estar apenas cansada e estabelecemos um diálogo de alguns minutos. Ela reafirmou a importância de eu terminar a graduação sendo uma mulher negra, além de sugerir algumas leituras, entre elas o livro da professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes, “A mulher negra que vi de perto” (GOMES, 1996).

Dias depois, a secretária do curso de História me entregou um envelope com algumas cópias de textos, artigos sobre mulheres negras com um recado da então professora com quem conversei rapidamente uma única vez, mas que foi marcante em minha trajetória de busca por minha identidade, enquanto mulher negra.

O livro da Nilma aumentou o meu sentimento de pertencimento a um grupo social. Comecei a entender melhor sobre identidade. Inspirada por ele e por Licinia (a professora que me apresentou a obra de Nilma), o meu trabalho de conclusão de curso foi um artigo sobre professoras negras em Governador Valadares na década de 1990.

Durante o tempo que trabalhei na biblioteca, passei por várias “situações clássicas de racismo”. Fui confundida com as pessoas que trabalham na limpeza, o que indica o lugar de subalternidade ocupado pela pessoa negra, padrão este que é socialmente construído. Além disso, vivenciei a incredibilidade da minha competência e também ouvi diversas vezes a frase: “eu quem pago seu salário”, a cada vez que as normas da biblioteca não atendiam a anseios pessoais de algum estudante.

Após a conclusão da graduação, passo no meu primeiro concurso público na Superintendência Regional de Ensino de Governador Valadares (SRE). É nesse espaço que compreendi que meu distanciamento das discussões raciais não me protegia do racismo.

Tinha uma colega de setor que duvidava com frequência da minha capacidade intelectual e cognitiva. Entretanto, quando era preciso fazer algum trabalho que necessitava de pegar peso, era eu que ela sempre chamava. Ela usava abertamente

⁸ Laboratório dos cursos Normal Superior e Pedagogia.

o argumento de que “pessoas negras têm mais força física”. Essa situação reforça as afirmações da filósofa Sueli Carneiro:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesma esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (CARNEIRO, 2019, p. 314).

Em 2009, exonerei do cargo da SRE, pois estava com uma filha recém-nascida, além do menino de 10 anos e sem uma rede de apoio para cuidar deles. Nesse momento, eu tinha um cargo de quarenta horas semanais na SRE e outro cargo de vinte e quatro horas em uma outra escola, no distrito da cidade. Mesmo sabendo de todas as dificuldades financeiras que iria enfrentar futuramente, optei pela exoneração para conseguir conciliar o trabalho e o cuidado com os meus filhos.

As discussões sobre racismo se tornaram cada vez mais presente em minha vida, mas eu ainda não participava ativamente de um movimento organizado, essas discussões aconteciam apenas nos meus espaços de atuação profissional em meu processo formativo. Minha formação, nesse sentido, aconteceu de forma mais significativa a partir das tutorias que participei, entre os anos de 2013 a 2015 em cursos de extensão oferecidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no polo da Universidade Aberta, em Governador Valadares que debatiam sobre relações étnico-raciais.

A partir de 2014, comecei a integrar coletivos. Fui me tornando cada dia mais negra e mais consciente da importância de fazer enfrentamentos em todos os espaços que eu estiver. Visto que “minha cor sempre chega primeiro” e junto com ela chegam o preconceito e a discriminação, mas também a minha luta.

Sempre fui ativa no sindicato da minha categoria e penso que, por isso, em 2018, fui convidada a fazer parte de uma chapa como uma das diretoras. Como diretora desse sindicato, eu consegui entender com mais nitidez o que é o racismo institucional.⁹

Minhas vivências sindicais foram marcadas por opressões interseccionais, por vezes internamente no sindicato, outras externamente, por estar como diretora. As

⁹ Sobre racismo institucional conferir no próximo capítulo.

pessoas nos demonstravam de forma subjetiva e, algumas vezes, até de forma objetiva, que nosso lugar não era ali. Existe no mínimo um incômodo quanto a nós, mulheres negras, ocuparmos um lugar de tomada de decisões. Foram inúmeros os episódios de silenciamentos, de agressões e naturalização de diversas opressões.

Penso que a minha presença, como mulher negra, apontando o racismo reproduzido e fazendo o enfrentamento, trouxe avanços, entretanto, eu não tive saúde mental para prosseguir. Já faço tantos enfrentamentos em minha vida cotidiana e agregar mais um espaço para o enfrentamento, minou ainda mais minha saúde mental, já fragilizada diante de tantas opressões narradas aqui, somadas a outras que vivenciei e não tive oportunidade de narrar.

No início de 2020, decidi me ingressar no GIT, mas o valor da mensalidade era incompatível com minha renda. A existência de uma possibilidade de bolsa, me fez participar do processo seletivo, ser aprovada e conseguir a bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contudo, esse benefício foi cancelado ainda no primeiro semestre, devido aos cortes de verbas do Governo Federal.

O pré-projeto inicial apresentado ao GIT era sobre a Escola Estadual Professor Nelson de Sena, primeira escola da cidade. A proposta era a análise em uma perspectiva histórica, o que seria consoante com minha formação. Já no início do curso, ao contextualizar minha trajetória de vida, a professora Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, na disciplina Fundamentos da Ciência e Pesquisa, me fez ponderar sobre o meu objeto inicial de pesquisa, ressaltando a importância de ocupar o meu lugar como mulher negra na academia, em função da minha trajetória como professora negra e ativista do movimento negro, como membra de três coletivos (Abayomi/GV, Mais Mulheres no Poder e o Diversidade, Gênero e Negritude) que discutem as temáticas relacionadas a negritude, gênero, diversidade sexual e a interseccionalidade destas temáticas. Portanto, a cada aula, em cada disciplina, me parecia mais urgente trazer, para o ambiente acadêmico, as discussões sobre as opressões interseccionais vivenciadas por nós, mulheres negras, seja na educação básica, na graduação ou na pós-graduação.

Em minha experiência como ativista, destaco o Coletivo Abayomi/Gv¹⁰ (Governador Valadares). Criado por seis mulheres negras, o coletivo surgiu da

¹⁰ Rede Social do Coletivo Abayomi/Gv: <https://www.instagram.com/coletivoabayomigv1/>

necessidade e do desejo, que emanava nessas mulheres, de intensificar as lutas pelos direitos de igualdade da população negra. Trata-se de um grupo de pessoas negras (adultas e crianças), que buscam em suas ações proporcionar oficinas de valorização da cultura afro-brasileira, entre elas a da Boneca Abayomi; estabelecendo uma ação pedagógica para resgatar identidades culturais do povo negro.

O grupo Mais Mulheres no Poder¹¹ fomenta debates, lutas pela igualdade de gênero e a produção de estratégias para a inclusão democrática, por meio da promoção de formação, seminários e encontros que visam ao empoderamento destas mulheres; busca, em sua essência, incentivar e apoiar as lutas feministas por justiça social e o enfrentamento contra todas as formas de opressão. Na filosofia do coletivo, entendemos que não pode haver democracia real enquanto houver desigualdades estruturais, baseadas nas diferenças de gênero, raça, geração, orientação sexual, território, deficiência e origem socioeconômica.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG criou os Coletivos de Igualdade Racial e outro de luta contra a LGBTfobia. Na subsede de Governador Valadares, fundou-se um coletivo que discute Diversidade, Gênero e Negritude¹². O objetivo, nesta ação, é a promoção da igualdade racial e a inclusão da diversidade para superar os preconceitos em todas as instâncias sociais e a busca pela qualidade na educação com ações voltadas principalmente para a formação dos profissionais da educação.

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos coletivos, em diversos espaços, as oficinas e conversas com as adolescentes negras são bem impactantes. Ouvir dessas adolescentes negras os mais diversos relatos sobre as inúmeras opressões vivenciadas por elas me faz traçar um paralelo sobre minha adolescência na escola e minha atuação como professora. Com essas vivências e marcas no meu corpo-território que chego ao mestrado.

Em uma visita à casa da MariaTerezinha Bretas Vilarinho; que foi minha professora no curso de história e com a qual mantenho laços afetivos bem estreitos até hoje, fui incentivada a fazer o processo seletivo do mestrado e concorrer a bolsa para custear as mensalidades. Levo a possibilidade de fazer o processo seletivo do mestrado para as colegas do Coletivo Abayomi/GV e do Coletivo Diversidade, Gênero

¹¹ Rede social do grupo Mais Mulheres no Poder: <https://www.facebook.com/maismulheresnoperder>

¹² Rede social do Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude: <https://www.instagram.com/coletivo.sindute.gv/>

e Negritude/SIndUTE – subsede de Governador Valadares, que se comprometeram a ser minha rede de apoio, mesmo antes de eu fazer o processo seletivo e/ou saber do resultado.

Fui aprovada, consegui uma bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entretanto, uma semana depois recebo a notícia do corte de verbas na educação, o que ocasionou a perda da bolsa. Esse foi um dos muitos desafios enfrentados durante o mestrado, pagar o valor de uma mensalidade que não cabe no meu orçamento. Isso só foi possível com a ajuda de algumas pessoas e a diminuição de gastos de um orçamento já bastante restrito de uma mãe solo de dois filhos, que é arrimo de família.

Como foi o meu percurso no mestrado até aqui? Desafiador em muitos aspectos. Tivemos poucas aulas presenciais, pois o início do mestrado coincidiu com o início da pandemia da Covid 19¹³, momento de insegurança e incertezas em nossas vidas. Adaptação a novas tecnologias, a educação à distância, medo constante da morte e o luto pela morte de familiares e amigos. Um vírus que chega ao país e tem seus maiores impactos entre a população negra; afetou fortemente as mulheres negras em relação a outros grupos de mulheres (ONU MULHERES, 2020)¹⁴.

Durante o período que cursei as disciplinas obrigatórias e optativas do mestrado, também convivi com a naturalização do racismo (em frases e ideias) e essa vivência de opressão foi mais um dos muitos desafios que enfrentei em minha vida. Não faltaram questionamentos, ainda que sutis, sobre o meu não lugar no mestrado, minha capacidade intelectual e a desvalorização de pesquisas sobre temas que envolvem a população negra. Segundo Nilma Lino Gomes (2021):

O processo de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível. Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se.(GOMES, 2021, p.435).

¹³ COVID-19 é a doença causada por um novo Corona vírus chamado SARS-CoV-2. A OMS soube deste novo vírus pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019, após um relatório de um conjunto de casos de 'pneumonia viral' em Wuhan, República Popular da China. Em 11 de março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde)

¹⁴ Lideranças do movimento de mulheres negras alertam para os efeitos das discriminações de raça e gênero na pandemia. (ONU MULHERES, 2020).

O trecho evidencia o quanto a cor da minha pele chega primeiro em qualquer espaço que eu esteja e como provoca preconceções, muitas vezes estereotipadas. O corpo que habito, junto à minha cor da pele, são marcas que permeiam todas as relações que estabeleço em qualquer espaço que eu esteja – um “corpo território” (MIRANDA, 2020; MANZI; DOS ANJOS; 2021)

1 INTRODUÇÃO: A cor da minha pele chega primeiro

Uso a expressão “A cor da minha pele chega primeiro” nesta introdução para elucidar que as relações sociais da população negra são pautadas primeiramente pela cor da pele e outros traços negroides. Para a professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes¹⁵, “o primeiro olhar é para os caracteres físicos, para as nuances de gênero e de cor e já vem carregado de valores e preconceitos acumulados historicamente”. (GOMES,1996, p. 23).

O objeto deste estudo foi construído a partir da minha trajetória pessoal enquanto mulher negra, tendo a trajetória escolar marcada por opressões interseccionais; minha atuação profissional como professora de educação básica, presenciando no cotidiano escolar diversas opressões vivenciadas pelas estudantes negras; minha participação em coletivos que organizam rodas de conversas, palestras e oficinas sobre temáticas relacionadas ao racismo e o sexismo, fundamentadas em feministas negras; e diálogos mantidos no GIT com as professoras Dra. Fernanda Cristina de Paula, Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza e a Dra. Eunice Maria Nazarethe Nonato.

Dentro desse contexto, define-se como questão orientadora da pesquisa: como se tramam as opressões interseccionais de raça e gênero nas vivências de adolescentes negras, estudantes da educação básica? Nesse sentido, delinea-se como objetivo geral compreender as tramas das opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras de uma escola pública da cidade de Governador Valadares – MG. A partir disso, desdobram-se objetivos específicos como: identificar nas vivências das adolescentes negras os entrecruzamentos de raça e gênero; identificar esses entrecruzamentos no contexto escolar; analisar nessas vivências as opressões que as permeiam e os enfrentamentos feitos pelas adolescentes; e explicitar as tramas das opressões vivenciadas pelas adolescentes negras e as marcas em seus corpos.

As referências teóricas foram balizadas preferencialmente por pessoas negras, em sua maioria mulheres. Essas escolhas foram feitas no intuito de dar visibilidade a

¹⁵ Professora titular e emérita da UFMG e ex-ministra, cientista é referência na pesquisa e na luta antirracista e pelas ações afirmativas, vencedora do prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” na área de humanidades, uma homenagem da SBPC às cientistas brasileiras destacadas e às futuras cientistas brasileiras de notório talento, que leva o nome de sua primeira presidente mulher, Carolina Martuscelli Bori. (JORNAL DA CIÊNCIA, 2022).

essas vozes historicamente silenciadas e contrapor a dita objetividade e neutralidade, que mantém as posições de autoridade no centro acadêmico, marginalizando vozes subalternas, com a alegação algumas vezes do excesso da subjetividade (RIBEIRO, 2018; CARNEIRO, 2019; KILOMBA, 2019; COLLINS; BILGE, 2021).

As escolhas teóricas feitas reconhecem, pois, a importância da divulgação de produção intelectual de mulheres negras, que se colocam como produtoras de conhecimento engajadas na denúncia histórica de tudo aquilo que fere suas existências e de outras tantas pessoas negras. Estabelecemos, também, um diálogo com o campo da Geografia Humana e Cultural com as discussões sobre território, territorialidade e operamos com o conceito corpo-território, fundamentando-nos nesses estudos e nos de outras/os pesquisadoras/es negras (SANTOS, 2000; GOMES, 2003; DE PAULA, 2017; MIRANDA, 2020; MANZI; DOS ANJOS; 2021).

Entendemos os corpos negros, na perspectiva de Milton Santos, geógrafo negro, como marca visível de objetivação que identifica e separa a cidadania do outro. Em nosso país, a cidadania dos negros é geralmente, estropiada, fundamentada por princípios escravocratas ainda enraizados e que mantêm estereótipos que recaem em todos os aspectos das relações sociais (SANTOS, 2000).

Nesta introdução e em outros trechos desta pesquisa¹⁶, escrevo na primeira pessoa, em conformidade com a geógrafa Fernanda Cristina de Paula, coorientadora deste estudo, mulher negra:

[...] assumo a primeira pessoa do singular na redação, isso porque a pesquisadora que sou não é separada de meu corpo e meu corpo é relação com o mundo. Logo, minhas formas de conhecer e pensar as problemáticas aqui presentes, assim como minha prática geográfica são inseparáveis do meu próprio eu corpo-mundo. (DE PAULA, 2017, p. 39).

Nesse sentido, carrego a trajetória de construção do meu próprio corpo enquanto território, seus atravessamentos e a relação desse corpo com o mundo. Pego como referência também outras mulheres negras como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Leila Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Patrícia Collins e bell hooks¹⁷, mulheres negras que ressaltam a inseparabilidade da relação

¹⁶ O plural " nós" é assumido no texto quando se refere ao compartilhamento das outras mulheres que me acompanham neste estudo (orientadora, mulher branca, e coorientadora, mulher negra).

¹⁷ Respeitando a escolha da autora, o nome de bell hooks é empregado em letra minúscula que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. (FIDALGO, 2021).

entre produção intelectual de nossas vivências e práticas. Destaco ainda que de acordo com bell hooks (2013) é importante dar credibilidade a experiências que estão à margem do modelo hegemônico.

Esta pesquisa vincula-se ao Núcleo Interdisciplinar Educação, Saúde e Direitos (NIESD), laboratório do GIT que se engaja em atividades de ensino, pesquisa e extensão, em análise das dinâmicas territoriais, atravessadas por marcadores sociais etários, de gênero, classe, raça etc..., e que parte da premissa da educação como um direito básico. Interessa-nos, pois, uma pesquisa que tenha como lócus de realização a escola. Nilma Lino Gomes (1996) denuncia a presença de um conjunto de convicções raciais no cotidiano escolar, o que também é denunciado em documentos legais no campo da educação que visam o estabelecimento de relações equânimes no que se refere a raça e gênero. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008).

O campo de pesquisa é a Escola Estadual Abílio Rodrigues Patto, localizada no bairro Esperança de Governador Valadares, e o material empírico foi produzido com doze adolescentes negras em oficinas temáticas.

Entendemos as opressões no seu aspecto interseccional (GONZALEZ, 1982; 1983; 1988; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; 2019; hooks, 1995; 2013; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2018; KILOMBA, 2019; AKOTIRENE, 2019); em suas dimensões de raça e de gênero como parte da estrutura que produzem a subordinação de adolescentes negras.

A opção por adolescentes, é intencional, por elas se constituírem parte importante do meu ativismo e pela necessidade de estudos que pautem a adolescência, na perspectiva interseccional (GOMES, 2003; WELLER, 2012; NASCIMENTO; DE PAULA; SOUZA, 2020).

Como um fio que une a trama, opera-se com a interseccionalidade de raça e gênero, como categoria teórica, metodológica e analítica, e utiliza-se a análise “episódica”, acompanhando o exercício feito por Kilomba (2019) no livro “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”. Constata-se que as opressões vivenciadas pelas adolescentes, transbordam da escola e alcançam outros territórios, imprimindo suas marcas nos corpos territórios, como expressa, Eliane¹⁸, 16 anos, uma das adolescentes, participantes deste estudo e cuja narrativa, intitula esta dissertação:

¹⁸ Nome fictício para preservar a identidade das adolescentes.

“Eu estou cansada, muito cansada”. Convidamos você à escuta desses corpos-território.

2 CABEÇA FERIDA, MAS CABELO LISO : Escolhas teóricas

Uso a expressão “cabeça ferida, mas cabelo liso” para fazer uma alusão à primeira vez que alisei meu cabelo, como já narrado. Acontecimento emblemático, pois traduz como sistemas de opressões interseccionais nos fazem violentar nosso corpo para sermos aceitas dentro do padrão de beleza eurocêntrico. Para a filósofa Djamila Ribeiro:

Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele. Portanto, fingir-se de bom moço e não ouvir o que as mulheres negras estão dizendo para corroborar com o lugar que o racismo e o machismo criaram para a mulher negra é ser racista. (RIBEIRO, 2018 p. 39).

Nesse sentido, Ribeiro (2018) afirma ainda que o movimento feminista precisa ser interseccional, ponderando o componente racial às especificidades de ser mulher. Para existir uma sociedade sem hierarquização de gênero, se faz necessário pensar as intersecções como primazia das ações, tendo em vista a existência de mulheres que sofrem o atravessamento de outras opressões, como o racismo. Por isso, se faz necessário o uso da interseccionalidade para analisarmos os sistemas de opressões de raça e gênero interligados.

A socióloga Ana Claudia Lemos Pacheco, também, defende o uso dos termos cor/raça, em sua tese de doutorado, quando discutiu a solidão da mulher negra, afirmando que ‘cor’ e ‘raça’ são categorias que não podem ser descartadas ou substituídas pelo conceito de etnia ou de etnicidade (PACHECO, 2008, p. 36).

Para a melhor compreensão desses sistemas de opressões, pautadas pela intersecção de raça e gênero vivenciados pelas adolescentes negras, este capítulo apresenta escolhas teóricas para definição dos conceitos de raça, racismo estrutural e institucional, gênero, interseccionalidade e corpo território.

O meio acadêmico reflete a invisibilidade da discriminação interseccional da menina, jovem e/ou mulher negra. No texto publicado originalmente no livro “Racismos Contemporâneos” (2003) e republicado no livro “Pensamento Feminista: conceitos fundamentais”, organizado por Heloísa Buarque de Holanda (2019), Sueli Carneiro evidencia essa invisibilidade racial nos estudos e ações do movimento de mulheres, assim como a pouca atenção dada à temática de gênero no movimento negro e a mulheres negras que participam desses movimentos sociais e questionam suas

práticas excludentes (CARNEIRO, 2019).

Para a autora, as mulheres negras precisam “enegrecer” as pautas do movimento feminista e levar a discussão sobre opressão de gênero para o movimento negro, requerendo uma diversificação das práticas políticas, afirmando a mulher negra como ser político e exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades das sobreposições de opressões de raça e gênero (CARNEIRO, 2019).

A adoção da palavra raça é intencional neste estudo, na sua dimensão social e política em conformidade com estudiosas como Gonzalez (1983), Carneiro (2003), Gomes (2005), Ribeiro (2017, 2018), Davis (2016), dentre outras. O uso do termo raça entra na concepção de que pessoas são lidas socialmente como racializadas e, em função disso, sofrem preconceito e discriminação, em uma sociedade desigual, denunciando hierarquização de determinados grupos, a partir do fenótipo e especificidade sociocultural (GOMES, 2005, 2019).

Segundo Gomes (2005, 2019), na sociedade brasileira, o termo raça abarca melhor a discriminação que afeta a população negra brasileira. A autora destaca que o uso do termo é baseado em sua dimensão política e social, pois o racismo em nossa sociedade é orientado pelos aspectos físicos dos indivíduos. Para o filósofo Sílvio Luís de Almeida (2020), “raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Por isso, o termo raça é o que melhor dimensiona a opressão contra a população negra brasileira, embora o termo deva ser usado com cautela. Devemos ficar atentas ao sentido atribuído a ele e ao contexto em que é usado, pois sabemos que não é um conceito estático e que sua origem veio de uma fundamentação biológica, dentro do paradigma de raça inferior e raça superior, reforçado através dos estudos e pesquisas de diversos cientistas. Para Gomes (2012):

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como triunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (GOMES, 2012, p. 731).

A historiadora Schwarcz (1993), em um recorte histórico a respeito de discursos sobre a população negra em nossa sociedade, afirma que, ainda hoje, eles são fundamentados em teorias racistas do final do século XIX e as do início do século XX. Entre as várias teorias raciais arraigadas no nosso país, uma das mais propagadas é o “mito da democracia racial”.

A pesquisadora também explica que embora nunca tenha usado a expressão “democracia racial”, Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande Senzala*, na década de 1930, difunde pelo mundo a percepção de um Brasil com uma experiência das relações raciais harmoniosas. Na década de 1950, com pesquisas coordenadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), fica evidenciado os conflitos raciais existentes em nosso país e que a democracia racial demonstrada no livro *Casa Grande Senzala* era um mito (SCHWARCZ, 1993).

Para Almeida (2020), a partir da década de 1930, em decorrência da necessidade de unificação nacional, devido ao processo de industrialização, surge o discurso da democracia racial, em que a desigualdade racial é transformada em diversidade cultural, formando a paisagem nacional. Para o autor, o mito da democracia racial foi muito eficiente, pois é incorporado como um dos aspectos centrais para análise da sociedade brasileira, envolvendo, além questões de ordem moral, estratégias de dominação política, econômicas e raciais.

Portanto, consideramos o racismo como um processo histórico e político, ao afirmarmos que faz parte da estrutura social brasileira, e apresenta-se de maneira naturalizada, oferecendo uma lógica para a reprodução das formas de desigualdade e opressões que moldam a vida social na atualidade, engendrado em relações de poder.

[...] detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem ‘normal’ e ‘natural’ o seu domínio. (ALMEIDA, 2020, p. 40, aspas do original).

Decorrente do racismo estrutural, o autor aponta para o racismo institucional e, nesse caso, “o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2020, p. 40). O racismo institucional é um mecanismo do racismo estrutural que regula parâmetros discriminatórios fundamentados na raça, que servem

para sustentar a hegemonia do grupo racial no poder. Esses parâmetros atuam sobre a cultura impondo padrões estéticos e práticas de poder de um grupo social em relação ao outro, torna-se o parâmetro civilizatório social (ALMEIDA, 2020).

Esse parâmetro pode ser identificado em instituições como a escola, com seu ideal de neutralidade que silencia as diferenças, cooperando para a manutenção da discriminação direcionada às marcas sociais como raça, gênero, origens territoriais, culturais e sociais. As características corporais como o cabelo, nariz, cor da pele, pênis ou vagina, culturalmente se tornam marcadores de raça, gênero e classe; imbuídas de poder e definem o lugar social dos indivíduos. (GOMES, 1996; MISKOLCI, 2010)

Diante disso, Almeida (2020) afirma que o racismo estrutura a sociedade e regula nossas relações, dentro de uma naturalidade; seja de forma consciente ou inconsciente. O racismo é estrutural porque associa-se à organização econômica e política da sociedade. Portanto, ao falar de racismo institucional, o autor afirma que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição está vinculada à ordem social que condiciona sua atuação a uma estrutura social. Portanto, as instituições materializam nossa estrutura social racista (ALMEIDA, 2020).

Afirmamos assim que a escola é uma das instituições de reprodução do racismo estrutural, dando sentido e continuidade a essa estrutura. O racismo, por um lado, cria vulnerabilidade e, por outro lado, cria poder (ALMEIDA, 2020); a escola como instituição “é um território, por se constituir como relacional, no qual transitam os sujeitos, as histórias, as memórias, as tradições, os rituais, as culturas e os valores que o constituem e que se encontram enredados em relações de poder”.(SOUZA; FONSECA, 2018, p. 147).

Entendemos que o racismo estrutural representa um processo histórico que coloca em condições de desvantagens a população negra, onde essas condições são reproduzidas nas esferas econômicas, políticas, culturais e até nas relações cotidianas em forma de humor. Para designar o uso do humor como mecanismo de reprodução do racismo, usaremos o termo Racismo Recreativo cunhado por Moreira (2020) como referência a “piadas” e/ou “brincadeiras”, supostamente inofensivas, mas que associam as características físicas e/ou culturais de pessoas negras como algo inferior ou repulsivo.

Para o autor, o racismo recreativo está escondido em uma “categoria de humor” para retratar as características físicas e culturais da população negra como sinal de inferioridade moral. Tem como propósito afirmar que nós negros somos inferiores e

devemos ocupar um lugar subalterno em nossa sociedade. Piadas e/ou brincadeiras racistas refletem a moralidade e apontam quem merece respeito, reforçando a ideia de subalternidade da população negra (MOREIRA, 2020).

É possível afirmar o protagonismo histórico das mulheres negras no Brasil desde sua chegada aqui como escravizadas. Em relação a movimentos organizados, essas mulheres participavam em instituições dos movimentos negros, partidos políticos, pautando as questões das mulheres nessas instituições.

No livro “Lugar de negro”, Gonzalez (1982) afirma que o movimento negro não estava livre do machismo. Nesse contexto, mulheres negras atuaram contestando o feminismo hegemônico e dando visibilidade as demandas raciais. Como marco temporal, principalmente a partir da década de 1970, as mulheres negras feminizaram o movimento negro e enegreceram o movimento feminista. (CARNEIRO, 2003; 2019).

Entretanto, o feminismo negro ganha potência a partir da segunda onda¹⁹ do feminismo, entre as décadas de 1960 e 1980, nas qual feministas negras conquistam espaços para escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra. Essas feministas negras, direcionam críticas ao feminismo hegemônico por invisibilizar ou não questionar o lugar da mulher negra na estrutura racista e sexista da sociedade, além de usarem como modelo de análise um padrão do que é "ser" mulher constituído a partir das experiências de mulheres brancas (BAIROS,1995; RIBEIRO, 2018; 2019; CARNEIRO, 2019; KILOMBA, 2019).

Penso que é importante ressaltar que nomear opressões como de raça e gênero sem hierarquizá-las é uma tentativa de romper com a divisão de uma sociedade desigual. Essas desigualdades são criadas em uma estrutura de opressão que privilegia determinados grupos em detrimento de outros, pelo modo como se articulam as categorias raça e gênero,

No sentido epistemológico, os contradiscursos são importantes para retirar as mulheres negras do lugar de invisibilidade e de silenciamentos. Há a necessidade da quebra de silenciamentos diante das opressões imbricadas de raça e gênero vivenciadas por mulheres negras desde a primeira infância, e pode-se incluir a

¹⁹ No livro “Quem tem medo do feminismo Negro” (2018) relata que a primeira onda, chega no Brasil no século XIX, tem como grande nome Nísia Floresta com predominância de reivindicações voltada ao direito ao voto e à vida pública. A segunda onda década 1970, tem como principais reivindicações a luta pela valorização do trabalho da mulher, direito ao prazer e contra a violência sexual, além do combate a ditadura militar.

importância deste estudo com adolescentes negras (GOMES, 2003; RIBEIRO, 2018, CANEIRO, 2019; KILOMBA, 2019; AKOTIRENE, 2019; COLLINS, BILGE, 2021).

Na epistemologia constituída no feminismo negro, destacamos a influência mútua entre teorias e vivências, foca-se nas experiências e ideias das mulheres negras. É importante entendermos que a narrativa sempre deve estar vinculada à pessoa que narra e é nesse sentido que o feminismo negro faz uso do conceito de “Lugar de fala” (RIBEIRO, 2017).

Nossas falas como mulheres negras devem ser pautadas em nossos territórios e territorialidades, com seus pertencimentos, localizações sociais, distinções e enfrentamentos cotidianos. Ocuparmos lugares sociais e refletirmos sobre nossa localização socioespacial/social é fundamental para assumirmos nossos lugares de fala ao pensarmos racismo e sexismo. Para Ribeiro (2017), todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social e as experiências individuais refletem sobre o lugar social, daí a importância de se promover a multiplicidade de vozes e romper com o discurso único e totalizante (RIBEIRO, 2017; KILOMBA, 2019).

Diante das incertezas, discriminações e opressões, somos negras e negros da diáspora africana que construímos e expandimos a nossa afrobrasilidade nesse país. Os processos de construção identitária tem tido lugar, sobretudo no Movimento Negro, no contexto das lutas antirracistas (GOMES, 2018). A definição de Movimento Negro Brasileiro é trazida nesse estudo como “ações organizadas realizadas por mulheres e homens negros para afirmação da identidade negra e luta contra o racismo, não é uma instituição específica” (GOMES, 2018)

A respeito do protagonismo das mulheres negras, no Brasil, quero destacar a realização da Marcha Nacional das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e pelo Bem Viver, no dia 18 de novembro, em Brasília. Participei com minha filha, que na época tinha seis anos, e outras mulheres do Coletivo Abayomi/GV, em uma das experiências mais significativas da minha vida, enquanto mulher negra e ativista.

A ocupação das ruas de Brasília – DF por mais de 50 mil mulheres negras significou denunciar o racismo, o genocídio da população negra, romper com os estereótipos de não ser padrão de beleza, denunciar a exclusão, a pobreza, o feminicídio, a violência, significou romper com as cortinas do passado, com o ranço da escravidão, ainda presentes no cotidiano das mulheres negras, independente da posição social que ocupem na sociedade brasileira. (AMNB, 2016, p.4).

Figura 2 – Macha das Mulheres Negras, Brasília – 2015



Fonte: Arquivo pessoal / Coletivo Abayomi: Eu e a Ana Afro (*in memoriam*).

É preciso detalhar o modo como se compreende gênero neste estudo. O conceito de gênero comparece nesse estudo enquanto diferenças socialmente construídas, fonte de poder que hierarquiza e que impacta mais negativamente sobre a mulher. A autora Nilma Lino Gomes afirma que “nascemos em sociedades com hierarquias de gênero aprendidas social e culturalmente” (GOMES, 2019, p. 610).

Compreendemos gênero como uma forma de constituição de relações sociais de poder e que engendram desigualdades e dominações (SCOTT, 1990; CRENSHAW, 2002; RIBEIRO, 2019; CARNEIRO, 2019; KILOMBA, 2019; COLLINS, BILGE, 2021) ao se imbricarem com outras relações, como raça e classe, para estruturar a realidade social. Entretanto, para alcançar o objetivo de pluralidade de experiências e vivências de mulheres, contrapomos a visão universal de mulher branca. Uma mulher negra irá vivenciar especificidades que uma mulher branca não vivenciará, por conta de sua localização social que vai experienciar relações de gênero de outra forma (RIBEIRO, 2017, 2018).

Nesse contexto, gênero também precisa ser pensado com o recorte de raça, pois as mulheres são oprimidas de formas diferentes. Para pensarmos nas garantias de direitos para as mulheres, precisamos relacionar política e representação, questionando quem são as pessoas que o feminino está representando (RIBEIRO, 2018).

Para Kilomba (2019), não podemos compreender as opressões de gênero e de raça de forma separada, pois tal separação mantém a invisibilidade das mulheres

negras nos debates políticos e acadêmicos em comparação aos homens negros e mulheres brancas. “Se a universalização da categoria ‘mulheres’ não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder” (RIBEIRO, 2018, p. 47).

Urge, pois, um esforço de descolonização do conhecimento transformando a margem em espaço de resistência. Precisamos ponderar o sistema social com um olhar crítico, buscando caminhos para romper com o racismo institucional. Ao contrapor o racismo epistêmico, temos um processo de reconhecimento da população negra enquanto indivíduos políticos, detentores de conhecimento e que têm competência para falar sobre a questão racial no Brasil e sobre os mais variados temas. A ação das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos, identitários e estéticos-corpóreos específicos (GOMES, 2018; KILOMBA, 2019, p. 49-50).

A autora Gomes²⁰ (2018), ressalta a retomada política de grupos conservadores com o impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. O país vivencia cotidianamente ataques à institucionalidade democrática e isto pode ser acompanhado frequentemente nesses últimos anos. A autora já denunciava:

[...] Crescimento da cultura do ódio, da intolerância e do racismo religioso; incertezas sociais diante do aumento da pobreza, das desigualdades e da violência; incertezas educacionais diante de retrocessos nas políticas educacionais, da vigilância conservadora e autoritária no que se refere às questões de gênero, diversidade sexual e raça; incertezas emocionais diante da força psicológica e destruidora do racismo, principalmente, sobre a autoestima de tantas crianças, jovens e adultos negros e pobres (GOMES, 2018, p. 114).

Segundo Djamila Ribeiro (2018), abarcamos raça e gênero de modo indissociável é importante para ressignificar o conceito de humanidade, pois as mulheres negras não são lidas socialmente como humanas.

A interseccionalidade se apresenta como um dos conceitos-chave da discussão empreendida aqui e diz respeito ao entrecruzamento de opressões. Cunhado por Kimberle Crenshaw em 2002, a noção de opressão interseccional é elaborada para

²⁰ Discussões feitas pela autora no II Congresso Brasileiro de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros da Região Sudeste - II Copene Sudeste – com o tema “Negritude e Afrobrasilidades em Tempos de Incertezas”, realizado em 2018 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

discutir problemáticas estruturais que constituem nossas sociedades. (AKOTIRENE, 2019).

Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade opera como uma conceituação do problema que busca captar consequências estruturais da interação entre eixos de subordinação como o racismo, o patriarcado, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios que criam desigualdades responsáveis por estruturar as posições sociais das mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002).

Desse modo, a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica e analítica para entendermos as múltiplas opressões de raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras. Nesse estudo, limitaremos a análise das opressões de raça e de gênero. Ressaltamos que a interseccionalidade não estabelece uma hierarquização ou uma adição de opressões e, sim, o lugar de cada adolescente a partir de suas experiências de raça e gênero.

É importante ressaltar que outras pesquisadoras negras já alertavam para a necessidade de se compreender o imbricamento de raça e gênero, antes de o termo ser cunhado por Kimberle Crenshaw em 2002. As contribuições ao tema vão ao encontro de feministas negras brasileiras, a citar: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, conforme afirma Heloisa Buarque de Hollanda, organizadora do livro “Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto” (HOLLANDA, p. 18, 2019), “pois é o racismo que determina a própria hierarquia de gênero” (CARNEIRO, 2003).

O conceito de interseccionalidade nos ajuda a compreender as relações de poder para buscarmos caminhos de transformação de determinada realidade social através de unificações de sobreposições de marcadores sociais. Nesse sentido, usamos interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para desvelar os processos de interação entre relações de poder e marcadores sociais de raça e gênero, em contextos individuais, coletivos e institucionais.

A interseccionalidade é um conceito relacional, fundamentado na articulação entre eixos de opressões e seus desdobramentos materiais e simbólicos na estrutura de poder desigual que usamos para compreender as experiências de indivíduos e grupos sociais em seus contextos histórico-espaciais específicos.

Assumimos o conceito gênero como socialmente construído como se assume no campo dos estudos de gênero (SCOTT, 1990; BUARQU, 2019), acrescido das contribuições de pesquisadoras do movimento feminista negro. Assim, além de se

uma construção cultural e social, é preciso considerar a hierarquização social assumindo um aspecto de opressão: nem todas as mulheres são afetadas do mesmo modo. Gênero, neste estudo, é analisado de forma indissociável do marcador social raça, portanto, respeita-se a alteridade das mulheres negras. Para Djamila Ribeiro, no que concerne a raça e gênero é necessário:

Pensar como as opressões se combinam e se entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se considerar outras possibilidades de existência. Além disso, o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos. (RIBEIRO, 2018, p.122,123).

A pesquisadora Kilomba (2019) diz “que os conceitos de raça e gênero se fundem estreitamente em um só.” A autora argumenta que analisar esses conceitos separados “mantém a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos”, pois esses mecanismos de opressões se entrelaçam. (KILOMBA, 2019, p. 98).

A interseccionalidade nos permite compreender melhor como a opressão racial e de gênero operam juntas a partir de uma experiência que só pode ser enxergada ou visibilizada nessa intersecção. Por este motivo, as vivências dessas opressões por adolescentes negras não podem ser analisadas separadamente. A sobreposição de opressões geram especificidades a partir de marcas identitárias em diversos atravessamentos, como raça, gênero, orientação sexual, dentre outros.

Nesse sentido, recorreremos ao conceito de interseccionalidade para abarcar as implicações estruturais de influência mútua entre dois ou mais eixos de opressão. Entendendo que as identidades não renunciam nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas estejam evidenciadas, analisaremos quais estruturas atravessam esses corpos e suas subjetividades. (AKOTIRENE, 2019).

Esse conceito oferece instrumentalidade conceitual e metodológica para entendermos o racismo e o sexismo de forma imbricada; impedindo o desvio analítico para apenas um eixo de opressão ou reduções simplistas de somas de marcadores sociais e/ ou suas hierarquizações (AKOTIRENE, 2019; RIBEIRO, 2018).

Enfatizamos a complexidade da construção da identidade de adolescentes negras, em um país que a interseccionalidade entre raça e gênero opera como engrenagem para aumento da desigualdade social. Considerando as opressões interseccionais de raça e gênero como um processo histórico e político, podemos

afirmar que essas são parte integrante de nossa estrutura social e precisamos analisá-las sob os diversos pontos da institucionalidade e do poder.

Este estudo busca evidenciar as contribuições do feminismo negro para compreendermos o corpo da mulher negra enquanto território, no qual se imprime fortemente as marcas do racismo estrutural e as marcas históricas da dominação de raça e gênero. Por isso, retomamos algumas práticas do período escravocrata para contextualização histórica da dominação dos corpos negros.

A autora Grada Kilomba (2019) narra, em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, a prática de amarrar a boca do/a escravizado/a com uma máscara do silenciamento, usado pelos senhores para controlar os corpos escravizados. O corpo da mulher negra era objeto de dominação e apropriação como ama-de-leite, força de trabalho e como objeto sexual dos senhores. Após as reconfigurações de domínio sobre o corpo da mulher negra, atualmente, nossos corpos materializam dispositivos que funcionam como desaprovação social, criando fronteiras espaciais e simbólicas (PACHECO, 2008).

Em relação à forma como corpos negros são vistos socialmente no Brasil, o geógrafo Santos (2000) escreveu para a Folha de São Paulo um texto em que afirma:

[...] o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa (SANTOS, 2000, s/p).

Segundo Gomes (2002), em nossa sociedade, assim como na escola, nossa comunicação é feita pelo corpo. Um corpo é construído biologicamente e simbolicamente através da cultura e na história. O corpo fala sobre nosso estar no mundo, a partir da mediação espaço-temporal.

Acerca das reflexões de Nilma Lino Gomes sobre as representações e as concepções sobre o corpo negro e o cabelo crespo, afirma-se que a escola comparece como um espaço importante de experiência do corpo negro, onde se desenvolve o tenso processo de construção da identidade negra (GOMES, 2003). Ainda sobre as ponderações da autora:

O corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo. Estamos diante de uma realidade dupla e dialética: ao mesmo tempo que é natural, o corpo é também simbólico.[...] As diferentes crenças e sentimentos, que constituem o fundamento da vida social, são aplicadas ao corpo. (GOMES, 2002, p. 41).

Eduardo Miranda (2017) utiliza a categoria corpo-território nas discussões sobre docência e decolonialidade, a partir de proposições afro-brasileiras. O autor analisa o corpo enquanto território, por meio de contribuições sobre território advindas da Geografia, entendendo que corpo, assim como o território, evidencia demarcações, bem como o acúmulo de elementos culturais, e, portanto, reverbera alteridades, identificações, semelhanças ou distinções. Afirma-se as relações de poder que se impõe aos corpos, regras e valores, sobretudo no que se relaciona com as hierarquias estabelecidas entre os grupos hegemônicos e os subalternizados (MIRANDA, 2017).

Para o autor, ressaltar os atravessamentos das experiências nos corpos é importante para fortalecimento dos fundamentos de uma educação democrática. O corpo-território deve ser ensinado, para que os sujeitos assumam o protagonismo dos seus corpos e aprendam a criticar a objetificação que lhes é imposta (MIRANDA, 2020, p. 51). Essa categoria analítica se mostra potente para o campo da pesquisa e das práticas educativas, posto que essa dimensão:

[...] propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. O corpo é o lugar zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define o outro, seja coisa ou pessoa.(MIRANDA, 2020, p. 69-70).

A partir de uma perspectiva decolonial, Haesbaert (2020) apresenta um panorama de diversos estudos sobre a relação entre o corpo como território e os que vinculam território/terra como corpo. O autor ressalta a importância de entendermos o espaço geográfico a partir da espacialização do corpo. Ele ressalta as contribuições dos movimentos feministas, das mulheres indígenas e de geógrafas feministas, para as quais “o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero – além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica” (HAESBAERT, 2020, p. 77).

As autoras Manzi e Dos Anjos (2021), em um exercício interseccional entre raça e gênero, apresentam as marcas históricas de opressão sobre os corpos das

mulheres negras e assumem as territorialidades desses corpos:

Pensar as lutas das mulheres negras em torno do seu corpo enquanto territorialidade nos permite entender como diversas relações de poder são disputadas nesse espaço mais íntimo da sua existência, pelo fato de sua subalternidade estar diretamente associada à sua corporeidade negra e feminina. Pensar o corpo como território viabiliza considerar a interseccionalidade da raça, do gênero e da classe na sua materialidade corporal, como lócus de opressão, mas também de resistência. Pensar as territorialidades das mulheres negras na escala do corpo significa romper com a dicotomia entre espaço público e privado, reafirmando o poderoso lema feminista: o pessoal é sempre político. (MANZI; DOS ANJOS; 2021, p. 13-14).

Diante das argumentações apresentadas acima sobre corpos negros, corpo-território e territorialidades, fundamentada pelo feminismo negro, entendo o corpo da mulher negra como um território com dinâmicas de conquista e dominação durante o período escravocrata e que se reconfiguram na sociedade brasileira atual. Nesse sentido, os corpos das adolescentes negras são corpos-território cujas territorialidades se forjam, em sua materialidade corporal, nas opressões interseccionais de raça e gênero.

3 “O COLETIVO ABAYOMI CHEGA AO MESTRADO” (ANA AFRO): Escolhas metodológicas

Trançar as tramas da interseccionalidade de raça e gênero inscritas nos corpos-território é uma tarefa desafiadora. Somos muitas e carregamos vários corpos. Meu corpo como mulher, filha, mãe, trabalhadora, ativista, pesquisadora, que carrega a coletividade de tantas companheiras negras e seus corpos; corpos das participantes do estudo: mulheres, adolescentes, filhas, estudantes, companheiras nesse processo de pesquisa. Esses corpos me fazem optar por abrir este capítulo que relata os procedimentos metodológicos da pesquisa, com a fala de Ana Afro, compartilhando comigo, com orgulho e alegria, a minha entrada no mestrado.

Como feminista negra, desenvolvo este estudo como contraponto às pretensões de universalidade e neutralidade da ciência tradicional e utilizo a perspectiva interdisciplinar para compreender realidades complexas dessas adolescentes negras. Nesse sentido, recorremos a interseccionalidade, categoria central para o feminismo negro, como ferramenta teórica metodológica e analítica, pois ela nos permite analisar os atravessamentos de raça e gênero de maneira imbricada. (RIBEIRO, 2018; KILOMBA, 2019; AKOTIRENE, 2019).

A autora Akotirene (2019) usa a metáfora de avenidas para argumentar que as mulheres negras são colocadas em avenidas de identidades de raça e gênero. É preciso assumir que essas avenidas se entrecruzam pela via da interseccionalidade. A desconsideração da interseccionalidade é para a autora “promotora de acidentes”, posto que ao se usá-la fora da tríade teoria-metodologia-análise, incorre-se nos perigos da naturalização de modos de olhar que são universais: trata-se de raça e ignora-se o gênero; trata de gênero e ignora-se a raça.

As dimensões simbólica e institucional que moldam nossas vivências delineiam percursos de aceitação ou transformação. Existem escolhas individuais, mas elas estão dentro de uma contextualização. As vivências de opressões das estudantes negras não podem ser compreendidas somente por meio de uma categoria de análise, é necessário articular raça e gênero para demonstrar como o múltiplo sistema de poder produz lugares sociais distintos para cada indivíduo e grupo (CRENSHAW, 2002; COLLINS, BILGE, 2021).

Nesta perspectiva, a interseccionalidade é usada aqui como ferramenta teórico-metodológica, refutando o ponto de vista da colonização e enfatizando o ponto de

vista de nós mulheres negras, em um ato de resistência linguística e metodológica.

É necessário desnaturalizar olhares universalizantes, atentando ao fato de que “acidentes” são ocasionados contra a mulher negra porque ela é mulher, carrega as opressões de gênero, e porque ela também é negra, carrega as opressões de raça, e outros marcadores sociais como os de classe social.

A interseccionalidade é orientadora do modo de produção do material empírico e nos convoca à sensibilidade analítica de perceber as condições estruturais do racismo e do sexismo sobrepostas, que enredam mulheres negras (AKOTIRENE, 2019). Pode-se afirmar, também, que algumas pesquisadoras negras, como Akotirene (2019), Collins e Bilge (2021) e Kilomba (2019), utilizam esse conceito para que se ligue a prática ao ativismo.

Por isso, sinto-me confortável ao mobilizar esse conceito como ferramenta teórica nesse estudo, uma vez que já o utilizava na prática enquanto membra nas oficinas do Coletivo Abayomi, as quais inspiram a escolha dos procedimentos metodológicos.

Assumimos, na pesquisa, a abordagem qualitativa e utilizamos, enquanto procedimentos metodológicos, a observação da pesquisadora (ao inserir-se no campo de pesquisa) e a produção de registros de campo (realização de uma oficina a partir da minha experiência no coletivo de Abayomi). As adolescentes negras foram convidadas a participarem de seis encontros com o grupo, nos quais realizou-se oficinas temáticas.

A opção pelas oficinas é inspirada em técnicas de entrevistas em grupo que favorecem a interação de participantes de um estudo, a troca de ideias e pontos de vista, com as discussões sendo fomentadas pela pesquisadora (FLICK, 2004). Entende-se que essa escolha propicia minimizar a minha influência como pesquisadora e ativista, mas, ao mesmo tempo, provocadora dos relatos das adolescentes. Reconhecemos seu “lugar de fala” (RIBEIRO, 2018) como as construções identitárias atravessadas pelas clivagens de raça e gênero.

3.1 A ESCOLA, CAMPO DE PESQUISA

Como professora de duas escolas de educação básica, com 16 anos de profissão e há sete anos trabalhando nas mesmas escolas, onde o cumprimento da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) alterada pela Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) torna

obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, sou provocadora dessas discussões. Além das abordagens de tais temáticas no cotidiano em sala de aula, desenvolvo ações antirracistas em projetos extracurriculares. Nesse sentido, as escolas em que trabalho, como professora e ocupo meu lugar de fala, têm um histórico de discussões, nas aulas de história, sobre relações étnico-raciais e execução de projetos sobre a temática.

Entretanto, escolho como campo de pesquisa uma terceira escola, fora do meu campo de atuação, onde não tenha minha interferência enquanto professora de História e ativista do movimento negro. Essa escolha é importante para que minha análise enquanto pesquisadora não naturalize possíveis vivências dessas adolescentes e para que eu perceba outras realidades que não sejam as do meu cotidiano profissional.

O campo de pesquisa é a Escola Estadual Abílio Rodrigues Patto, localizada no bairro Esperança, zona urbana da cidade de Governador Valadares. Atende as etapas de ensino fundamental e médio, nas modalidades regular e EJA. A escolha da escola foi feita com base nos dados do Sistema Mineiro de Administração Escolar que nos mostra que o ensino fundamental dessa escola é constituído em sua maioria por pessoas do sexo feminino.

A escola tem um total de 282 estudantes no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com uma preponderância de gênero: 161 são do sexo feminino; 121 do sexo masculino. Em relação à raça, a tabela abaixo mostra a preponderância de negros (pardos e pretos):

Tabela 1 – Porcentagem de estudantes no Ensino Fundamental por cor/raça – 6º ao 9º ano

Raça/cor	Valor Absoluto	Porcentagem
Pardos	127	45,035%
Pretos	83	29,432%
Branco	70	24,822%
Indígenas	02	0,709%
Total	282	

Tabela feita pela autora com base nos dados do SIMAVE (Sistema Mineiro de Administração Escolar) Dados da pesquisa de campo (2022).

Com base no critério utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) para a definição de pessoas negras (pretos e pardos), utiliza-se a autodeclaração. Este foi o critério para a escolha das participantes do estudo; estudantes que se autodeclarassem pretas e pardas, dos dois últimos anos do ensino fundamental. (8º e 9º ano).

Em meu primeiro contato com o diretor da escola para apresentar a proposta da pesquisa, conversamos sobre a socioespacialidade na qual a escola está inserida e sobre o perfil de estudantes que a frequentam. Ele se mostrou sensível quanto às diversas formas de discriminação e preconceito e demonstrou preocupações com a necessidade de qualificação das/os profissionais para lidarem com essa temática.

Naquele momento, maio de 2022, as/os profissionais da escola estavam voltando de um período de greve, por isso a dificuldade em iniciar a pesquisa. No primeiro momento a escola estava esvaziada, pois a maioria das/os profissionais aderiram à greve e ao retornarem da greve era necessário aplicar as atividades avaliativas para o fechamento do bimestre com data estipulada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Para a escolha das participantes do estudo, faço o primeiro contato com uma turma do 8º ano e 3 turmas do 9º ano, turno matutino, acompanhada da supervisora da escola. Me apresento como membra do Coletivo Abayomi; explico que vou realizar uma oficina de Boneca Abayomi, já feita por mim e pelo Coletivo que participo desde ano 2015 em diversos espaços, mas principalmente em escolas da cidade e região. Convido “as meninas, preferencialmente negras”; (Registro de Campo) para participarem de uma oficina que seria realizada na biblioteca, após o intervalo de recreio. Explico que “estou dando preferência para as meninas negras porque a oficina trata de questões raciais” (Registro de Campo).

Refletindo sobre essa abordagem, observo que a opção de falar para toda a sala sobre o “preferencialmente negras”, causou incômodos. Por exemplo, lembro-me que uma estudante negra, “escorregou da cadeira, como se estivesse desejando se esconder daquele assunto”(Registro de Campo) e talvez fosse interessante fazer uma abordagem via documentação escolar, onde se declarassem negras. Registro essa reflexão para enfatizar dilemas de pesquisas que abordam a temática racial e também ao fato de que ocupar o lugar de adolescente negra não é fácil face ao racismo

estrutural e chega a ser doloroso, como discutiremos na análise.

3.2 A PRIMEIRA OFICINA E AS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os Griots²¹, contadores de história da África Antiga, eram considerados mensageiros oficiais e guardiões de tradições, responsáveis por firmar transações comerciais entre os impérios e comunidades, além de passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos.

Entre as muitas histórias do povo negro, preservada pela história oral, está a da boneca Abayomi. A palavra é de origem Yorubá e significa “aquela que traz felicidade e alegria” ou “encontro precioso”. Conforme os Griots, em certas tribos havia o costume de confeccionar Abayomis como amuletos de proteção espiritual.

As Bonecas Abayomis seriam confeccionadas nos interiores dos navios negreiros, durante o transporte daqueles africanos que seriam escravizados no Brasil, e simbolizam hoje, a resistência do povo afro-brasileiro, em particular das mulheres negras.

As crianças eram separadas de suas famílias para serem trazidas para o Brasil e ficavam chorando. Então as mulheres que estavam nesse navio rasgavam as próprias vestes, faziam bonecas, só com nozinhos, sem outro material, e mandavam para essas crianças como forma de acalento.

A oficina de Bonecas Abayomis surgiu no Brasil na década de 1980 através da artesã e educadora popular maranhense Waldilena Martins (Lena Martins). Para a educadora popular, a história da Abayomi, relacionada ao período colonial, não é verdadeira, afirmando ser um mito de origem.

Mesmo com poucos indícios históricos que relacione a Abayomi ao período escravocrata no Brasil, respaldadas na concepção que muitas das nossas histórias foram preservadas apenas pela oralidade, o processo de confecção das bonecas Abayomi busca reafirmar identidades negras. Por isso, o Coletivo Abayomi-GV (Governador Valadares) reconta a história da boneca, com o intuito de reconhecer a identidade afro-brasileira, na fomentação de reflexões sobre desigualdade racial e empoderamento da população, em particular, a realidade das meninas negras.

²¹ Os Griots são contadores de história, cantores, poetas e musicistas da África Ocidental. (MAWON, 2020).

Nas oficinas realizadas pelo Coletivo, durante a realização e orientações sobre a confecção da boneca, as participantes são instigadas a questões norteadoras no que refere as questões étnico-raciais. É comum as crianças terem bonecas negras? Ou ouvimos histórias de resistência à escravidão, principalmente, as que as mulheres negras são protagonistas? Qual a importância de termos bonecas parecidas conosco e sabermos de histórias como essa da boneca Abayomi?

A partir desses apontamentos vamos construindo a boneca e conversando sobre ausências e silenciamentos em relação à população negra brasileira a partir de um olhar eurocêntrico. Na oficina, ressaltamos que os povos escravizados fizeram diversas formas de resistência à escravidão. Existe uma história da África que conta que antes do processo de escravidão, os europeus fizeram um processo de captura de reis e rainhas de reinos prósperos para serem escravizados aqui no Brasil. Ao propormos as oficinas, nós do Coletivo, objetivamos que as participantes conheçam a história da boneca Abayomi, consequentemente, aspectos da história dos povos negros africanos na diáspora. Esse é o marco orientador da oficina realizada.

As estudantes chegaram à biblioteca após o recreio conforme combinado. Embora eu tenha visto um número maior de adolescentes negras nas turmas visitadas, compareceram 16 adolescentes.

Iniciei a oficina de boneca Abayomi distribuindo os retalhos de tecidos pretos e coloridos para as estudantes e perguntando quais delas já tiveram boneca negra. Elas estavam assentadas em grupos de quatro ou cinco no entorno de mesas redondas na biblioteca da escola. Nenhuma delas tiveram bonecas negras e algumas justificativas foram: “são raras e caras”, “os fabricantes de bonecas são todos brancos”, “as pessoas não gostam de gente negra, imagina de boneca”.

Continuei contando sobre o significado do nome Abayomi e às duas versões sobre a origem da boneca; a primeira ligada a travessia do Atlântico pelos navios negreiros e a segunda apresentada pela artesã Lena Martins²². A confecção da boneca foi acontecendo entre recortes de retalhos, nós atados e conversas ressaltando a luta e resistência da população negra.

Fomos partilhando conhecimentos que possibilitaram reflexões e trocas, o que nos permitiu resgatar a memória da origem de uma descendência e construção da identidade negra.

²² Disponível em: <<https://www.urdume.com.br/post/abayomi-aquele-que-traz-alegria>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Ao final desta oficina, apresentei a proposta de pesquisa e as convidei para participarem das outras oficinas temáticas que pretendia discutir. O planejamento inicial dos encontros seria a oficina da Boneca Abayomi e mais cinco encontros-, cada encontro seria direcionado à discussão de um tema, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Planejamento inicial dos Encontros

Encontro	Tema	Fomentação
I)	Trajatória escolar e relação com a comunidade escolar. (Equipe administrativa, pedagógica, professores, colegas etc.)	Será exibido o vídeo: https://globoplay.globo.com/v/6727824/ Trajetória escolar de Diva Guimarães. (5 minutos/ exibição em 10 de maio de 2018
II)	Sensações e emoções que sentem durante o período que estão na escola, são ou não alvo de piadas e “brincadeiras” que não gostam (Se sente bem, mal, feliz, triste, incomodada, acolhida, rejeitada)	Serão distribuídas palavras para as participantes fizessem que a relação da palavra recebida com a escola. PALAVRAS: REJEITADA, FELIZ, TRISTE, RAIVA, MEDO, ACOLHIDA, RECORDAÇÃO, SOLIDÃO, INCOMODADA, BONITA, FEIA, CABELO, ANIMADA.
III)	Pandemia do COVID-19 relação com a escola.	Discussão do texto: Desigualdade educacional é agravada na pandemia. https://sites.ufop.br/lamparina/blog/desigualdade-educacional-no-brasil-%C3%A9-agravada-pela-pandemia retirado em 05/04/2022
IV)	Vivências de Preconceito e discriminação de adolescentes negras dentro do ambiente escolar.	Serão apresentados os conceitos de preconceito e discriminação. Depois serão feitas as perguntas desencadeadoras. Na sua opinião, por que ocorre o preconceito e a discriminação entre as pessoas? Você já presenciou ou sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação? (Relatar)
V)	Comparecimento do racismo e sexismo no Brasil e na escola (apresentados/discutidos ou silenciados e em que medida atrapalha a vida das pessoas)	Serão apresentados os conceitos de racismo, sexismo e interseccionalidade. Depois serão feitas as perguntas desencadeadoras. Na opinião de vocês, existe racismo e sexismo no Brasil? Essas opressões podem acontecer de forma interseccional? E na Escola?

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2022)

As adolescentes não fizeram objeção a nenhum dos temas, mas percebi nas conversas a discussão de outros temas, alguns deles não estavam na proposta inicial. Recordo-me que as adolescentes entraram na biblioteca discutindo sobre tons de pele. Essa escuta me fez entender ser importante uma discussão mais aprofundada

sobre colorismo e miscigenação no Brasil, perpassando por questões sobre identidade, embora inicialmente não fosse um dos temas a serem abordados.

Entre as dezesseis estudantes que participaram da oficina de boneca Abayomi, onze delas²³ demonstraram interesse em participar dos próximos encontros. Uma estudante do primeiro ano do ensino médio, ao saber sobre a oficina que havia sido realizada pediu para participar das demais oficinas, sob o argumento de que podia contribuir muito para a pesquisa. Aceitei a participação dessa estudante, entendendo a relevância de suas contribuições enquanto estudante negra, que havia acabado de concluir o ensino fundamental. Tivemos, então, doze adolescentes negras que participaram das oficinas temáticas.

Com o consentimento das adolescentes e responsáveis²⁴, os encontros das demais oficinas aconteceram uma vez por semana (terça-feira) durante uma hora e vinte minutos. As oficinas começavam com o retomada geral da oficina anterior, a expliação do tema da oficina atual, exibição de vídeo e/ou texto do tema da oficina.

As estudantes que ocuparam seus lugares de fala nessa pesquisa são:

- 1- Eliane, 16 anos, estudante do primeiro ano do Ensino Médio, se autodeclara negra.
- 2- Júlia, 15 anos, estudante do nono ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.
- 3- Jade, 16 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara parda.
- 4- Bia, 13 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.
- 5- Paxina, 13 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.
- 6- Bianca, 13 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara parda.
- 7- Yohana, 13 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara parda.
- 8- Jaqueline, 15 anos, estudante do nono ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.
- 9- Luiza, 15 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara

²³ As oficinas foram gravadas no computador e/ou celular com autorização devida das participantes e seus responsáveis e garantindo as condições de privacidade e sigilo às participantes, conforme foi descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Assentido Livre e Esclarecido. A primeira oficina (Boneca Abayomi) foi registrada apenas com anotações de campo.

²⁴ Pesquisa aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa CAAE: 58225222.6.0000.5157

negona.

10- Flávia, 15 anos, estudante do nono ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.

11- Maria Beatriz²⁵, 15 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.

12- Patrícia, 13 anos, estudante do oitavo ano do ensino fundamental, se autodeclara negra.

Uma ponderação importante sobre essas estudantes é a de que oito delas moram em lares chefiados por mulheres. Essa informação está em conformidade com os dados do IBGE onde mais de 45% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, que são em sua maioria negras e sem cônjuge (IBGE, 2010).

Além dessa, outra informação que nos parece pertinente diz respeito à situação escolar. Na educação básica brasileira, espera-se que essas estudantes tenham concluído o ensino fundamental aos 14 anos. Entre as participantes desse estudo, sete adolescentes apresentam uma pequena defasagem em relação à idade considerada adequada para a série de escolarização.

O contato com essas adolescentes negras, a partir de suas narrativas, mostram ausências, nas escolas advindas, dos entrecruzamentos das opressões de raça e gênero – mudanças no cabelo; brigas ou confrontações quando se sentiram injustiçadas. A escuta dessas adolescentes mostram, também, as vulnerabilidades dos territórios nos quais vivem.

3.3 DA DINÂMICA DAS OFICINAS TEMÁTICAS

Os principais temas que compareceram nas discussões dos encontros das oficinas temáticas foram: colorismo, padrão de beleza e cabelo afro, violência policial, *preterimento* afetivo, invisibilidade e/ou descaso da instituição escolar em relação às opressões de raça e gênero, racismo recreativo. É importante ressaltar que os temas escolhidos para cada oficina foram fomentadores das discussões, entretanto, as participantes davam diversos direcionamentos para as questões inicialmente

²⁵ Os nomes substitutos das adolescentes foram escolhidos por elas, com exceção da Maria Beatriz que não quis fazer a escolha. Para ela o nome foi escolhido pela pesquisadora, em homenagem a Maria Beatriz Nascimento, historiadora e feminista negra. A estudante foi transferida em função de mudança de cidade.

abordadas incorporando outros temas às discussões, alguns deles relacionados acima.

Entre às dezesseis adolescentes que participaram da primeira oficina (Boneca Abayomi), onze delas assinaram e trouxeram assinados os termos de consentimento de participação da pesquisa; além da estudante que apesar de não ter participado da oficina, quis participar da pesquisa, totalizando doze estudantes. Entretanto, não tivemos nenhuma oficina temática com todas as doze adolescentes presentes; elas transitaram entre as oficinas e a média de participação foi de dez adolescentes por oficina. (Veja Quadro 2 – Informações sobre as oficinas temáticas, p.50)

Para uma comunicação direta com as estudantes, eu criei um grupo no aplicativo de WhatsApp. O objetivo inicial do grupo era lembrá-las das oficinas. Entretanto, o grupo era usado pelas adolescentes para avisar-me quando elas não poderiam ir à escola no dia da oficina, demonstrando comprometimento das mesmas com a pesquisa.

A proposta era filmar os encontros, e o primeiro encontro, que foi bastante silencioso, por parte das adolescentes, foi filmado. No segundo encontro, duas das estudantes me pediram para não usar mais a câmera do notebook, argumentando que mesmo sabendo que as imagens não seriam mostrados para ninguém, o fato de saberem estarem sendo filmadas as deixavam constrangidas. Atendendo a essa solicitação, o terceiro e o quarto encontro uso apenas o celular para fazer a gravação de voz.

3.4 DA ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

Compõe o material a ser analisado neste estudo um conjunto narrativo produzido nos registros que faço durante a minha inserção na escola: registro de campo, a transcrição das oficinas temáticas (incluindo a oficina Abayomi) e registros do grupo de WhatsApp. Reconheço que a entrada na escola, o encontro com as adolescentes, as dinâmicas da oficina são impregnadas de quem sou: Érika, mulher negra, mãe, professora, membras de coletivos, que traz, portanto, interseccionalidades para a pesquisa. Esse material foi transcrito para a análise e o interrogamos inicialmente a partir dos objetivos deste estudo (geral e específicos).

Para operar de modo analítico com esse material, mobilizamos a interseccionalidade como ferramenta analítica para nos ajudar a compreender as

relações de poder, a partir da discriminação e da desclassificação social através da interconexão dos marcadores sociais de raça e gênero, impregnando vivências de adolescentes negras, em seus corpo-territórios. O que nos interessa são essas vivências que narramos na tentativa de quebrar silenciamentos e omissões sobre essas adolescentes com suas sobreposições de opressões, pois entendemos que a negação da realidade da experiência de uma pessoa ou de um grupo é uma forma de desumanização.

A autora Grada Kilomba foi inspiradora do movimento analítico, em seu livro, já citado. Nele a autora transcreve as entrevistas e depois seleciona episódios baseados em tópicos centrais das experiências com o racismo narrados pelas entrevistadas, para a análise episódica:

Uma análise episódica descreve os diferentes contextos nos quais o racismo é performado, criando uma sequência de cena do racismo cotidiano. A composição de vários episódios revela não apenas a complexidade de experienciar o racismo – seus cenários diversos, atores e temas -, mas também a presença interrupta na vida de um indivíduo [...].(KILOMBA, 2019, p. 88).

Nesse sentido, Kilomba (2019) nos ampara para afirmarmos que o olhar para as experiências individuais e relatos subjetivos contribui para compreendermos as tramas das opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas pelas participantes do estudo.

Com base nesses argumentos, o material empírico foi inicialmente organizado pelos registros das observações, registros das oficinas e registros do grupo de WhatsApp. Sobre os registros do grupo de WhatsApp, passamos a considerá-los significativos na análise, especialmente, pelas justificativas de ausência feitas pelas adolescentes em determinada oficina, as quais foram feitas de modo espontâneo, posto que não foi uma solicitação da pesquisadora.

A seguir, foi feita uma primeira análise do material identificando os episódios²⁶ que demonstram vivências de opressão dessas adolescentes. Nesse exercício, foram identificados, no conjunto do material, 68 episódios. Conforme quadro 2:

²⁶ Os episódios estão em anexo.

Quadro 2 – Informações sobre as oficinas temáticas

Tema	Boneca Abayomi	Quem sou e trajetória escolar	Colorismo	Escola e o racismo institucional	Racismo Recreativo	Padrão de beleza
Nº de participantes	16	9	7	9	10	10
Tempo de duração	1h30	1h20	1h20	1h20	1h20	1h20
Fomentação	Foi levado material para a confecção da boneca, feito o convite para a participação das outras oficinas, explicação e entrega das autorizações	Foi exibido um vídeo da “Dona Diva e sua trajetória escolar” ²⁷ .	Foi exibido um vídeo sobre colorismo. ²⁸	Serão distribuídas palavras para as participantes fizeram a relação da palavra recebida com a escola. PALAVRAS: REJEITADA, FELIZ, TRISTE, RAIVA, MEDO, ACOLHIDA, RECORDAÇÃO, SOLIDÃO, INCOMODADA, BONITA, FEIA, CABELO, ANIMADA.	Foi exibido um vídeo sobre Racismo recreativo ²⁹	Leitura do texto: “Como os padrões de beleza influenciam na autoestima das mulheres negras.” ³⁰
Episódios nº	1 ao 6	7 ao 18	19 ao 33	34 a 47	48 a 56	57 a 68

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Foi feita uma nova escuta dos áudios e outras leituras compartilhadas com a equipe de pesquisa (orientadora e coorientadora). Observamos que, embora a pesquisa tenha sido centralizada na escola, o conjunto dos episódios mostra que as adolescentes negras trazem nos corpos-território vivências de outras opressões de raça e gênero de outros territórios (a casa, a rua, o bairro, as lojas, o shopping, as redes sociais e as relações com a polícia).

Para operacionalizar a análise, os episódios foram separados, por temática, conforme quadro 3, a seguir:

²⁷ Vídeo disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/6727824/> > Acesso em: 07 jul. 2022.

²⁸ Vídeo disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=DGGaLz_NYDQ > Acesso em: 17 jul. 2022

²⁹ Vídeo disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=S9GUshT_Qv0 > Acesso em: 17 jul.2022

³⁰ Texto disponível em: < <https://glamour.globo.com/lifestyle/columnistas/luiza-brasil/noticia/2020/03/como-os-padroes-de-beleza-influenciam-na-autoestima-das-mulheres-negras.shtml> > Acesso em: 17 jul,2022

Quadro 3 – Organização dos episódios por temática e quantidade

Temática	Quantidade de episódios
Padrão de beleza e traços negroides	22
Racismo Recreativo	12
Escola e Racismo Institucional	11
Colorismo	8
Opressões em territórios fora da escola	8
Violência policial	4
Preterimento afetivo	3
Total	68

Observamos que um único episódio pode apresentar mais de um tema, entretanto, para operacionalização da análise, classificamos os episódios com mais de um tema levando em conta o tema mais evidenciado. Nesses episódios, identificamos de modo recorrente dois mecanismos de manutenção do racismo que se relacionam ao padrão de beleza e ao racismo recreativo. Nos capítulos de análise, procuramos mostrar esses mecanismos³¹ em funcionamento, que se desdobram em outros, nas vivências de opressão dessas adolescentes, as marcas nos seus corpos-território, e os territórios que engendram essas marcas.

³¹ Termo utilizado a partir de Michel Foucault. Segundo esse filósofo, trata-se de utilizar a teoria como um instrumento que nos permita analisar a especificidade dos mecanismos de poder procurando mostrar “uma *lógica* própria às relações de poder e às lutas” (FOUCAULT, 2006, p. 251). Essas lutas são microfísicas, cotidianas, “necessariamente históricas” (p. 251), que se engajam em torno desses mecanismos, “sobre situações dadas” (p. 251).

4 COM CERTEZA SÃO NOSSAS CARACTERÍSTICAS (Paxina)

Pesquisadora: - *Meninas, está acabando o recreio e precisamos encerrar. Mas me fale rapidinho o que mais incomoda em relação ao racismo na escola?*

Paxina: - Com certeza são nossas características.

Jaqueline: - *O cabelo.*

Luiza: Vish. *O cabelo, o nariz, a boca.*

Paxina: - *Esse povo é muito folgado com a gente. Esse jeito folgado de ser.*

Jaqueline: *Vai apresentar alguma coisa na frente para você ver. Ficam rindo e zoando com a gente.*

Paxina: - *Até que meu nariz não é muito grande porque eu fiz cirurgia para tirar uma carne que tinha dentro, e eu acho que fecharam um pouco.*

Flávia: - *Me chamam de nariz de tomada.*

Paxina: - *Além da minha cor, eles incomodam mais com minha altura, porque eu sou magra e alta. (Episódio 66, oficina Padrão de Beleza, dados da pesquisa de campo 2022)*

O episódio 66 aconteceu na última oficina temática sobre padrão de beleza e nesse episódio comparecem dois mecanismos de manutenção do racismo estrutural: inferiorização de nossos traços negroides e racismo recreativo. Embora se interpenetrem, vamos discutir neste capítulo o padrão de beleza.

4.1 QUAL O PADRÃO DE BELEZA IDEAL?

Entre os diversos temas que perpassam pelas oficinas temáticas, divididos nesse estudo em sessenta e oito episódios, questões relacionadas aos traços negroides comparecem diretamente em vinte e dois episódios e se apresentam, também, nos episódios (33, 40, 44, 64, 67). É, portanto, a temática mais recorrente nas oficinas. As narrativas sobre os traços negroides perpassam, principalmente, a discussão sobre padrão de beleza e o entendimento de pertencimento ou não à população negra.

Diante da comparação com o padrão de beleza europeu qualquer traço negroide é tratado como inferior e muitas vezes como um defeito, como tem denunciado Gomes (2002; 2003); Pacheco (2008); Ribeiro (2018), Kilomba (2019), em seus escritos.

Reafirma-se em meu corpo-território essa opressão ao pensar que, assim como eu, essas adolescelentes negras tiveram na infância bonecas caucasianas como referência, “brancas e loiras” (relatos da Jaqueline), símbolos de um padrão de beleza, mas que também é tensionado na confecção da boneca Abayomi, símbolo de

resistência e luta.

Elas também chegam à escola pela cor da pele e se veem como alvos de piadas e “brincadeiras” que ridicularizam seus traços negroides, como os cabelos, cor de pele ou nariz, além das dificuldades de se reconhecerem enquanto negras, pensamento fortalecido por feministas negras como Gomes (2002, 2003); Pacheco (2008, 2013); hooks (1995; 2013); Devulsky (2021), e como denunciam as adolescentes negras que ocupam seu *lugar de fala*:

*Nesse momento, outra estudante pede para conversar comigo na porta, no lado de fora da biblioteca. Ao chegar lá, a adolescente relata que gostaria de participar da oficina de boneca, mas **ela não era negra, apenas moreninha**. (Episódio 3, grifos nossos, oficina Boneca Abayomi, dados da pesquisa de campo 2022).*

A adolescente que se identifica como “moreninha” é uma das estudantes que não retorna para participar das demais oficinas temáticas. Analiso como negação de pertencimento a um grupo social que é colocado em desvantagem e é alvo de opressões como narram Luiza, Eliane e Jaqueline.

Luiza: - Moro no bairro Santa Helena. Quando eu era mais nova, estudava em uma creche no bairro São Paulo. Eu morava lá. Uma menina branca me disse que era muito feia porque eu era preta. Até hoje quando eu lembro disso fico com vontade chorar. (Episódio 8, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022)

Eliane: - Moro com minhas tias e meus irmãos. Meu pai ficou lá (Espírito Santo) para trabalhar e mandar dinheiro pra gente. Desde que cheguei em Valadares eu moro no Santa Helena. Eu não me lembro bem a primeira vez que eu...que teve racismo comigo. Mas já falaram muita coisa... tem meu corpo. Cabelo, cor. Várias coisas. Autoestima a gente não tem muita né!?! (Episódio 9, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022)

Jaqueline: - Voltando ao assunto daquele dia sobre bonecas, a gente nunca acha boneca negra né!?! Todas as bonecas que já tive eram loiras e do cabelo liso. (Episódio 13, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022).

Os episódios narrados por Eliane, Jaqueline e Luiza, explicitam as vivências de opressão e ecoam nas narrativas de todas as adolescentes de algum modo. Como mãe e pesquisadora, enquanto eu escrevo esta dissertação, narro um episódio doméstico de opressão, vivida por outra adolescente, em outra escola:

Minha filha chega da escola meio “chorosa” enquanto eu estou sentada à frente do computador escrevendo. Pergunto o motivo do choro e depois de alguma insistência minha ela relata que em uma “brincadeira” na sala ela foi “eleita” como uma das feias da sala e narra ainda que as eleitas eram só as meninas negras. (Episódio doméstico, incorporado a pesquisa de campo 2022).

Qual o padrão ideal de beleza? Essa pergunta foi utilizada como mote na preparação da oficina Padrão de Beleza. A partir da minha afirmativa sobre as tentativas de colocarem as mulheres brasileiras em um padrão de beleza europeu, provooco conversas entre as adolescentes.

Ocupando seu lugar de fala as adolescentes respondem à provocação feita pela pesquisadora:

Pesquisadora: - *Querem encaixar a gente em um padrão de beleza europeu. O que é uma mulher bonita para nossa sociedade gente?*

Márcia: - Loira, peitão.

Eliane: - Magra, alta.

Pesquisadora: - *A maioria das mulheres brasileiras tem essas características? .*

Márcia: - *Não mesmo. (risos)*

Luiza: - Pode ser os olhos azuis ou castanho, só não pode ter os olhos pretos (risos)

Júlia: - *Todos os homens do Brasil têm que ir para sul procurar essas mulheres. Será que essas mulheres irão querer eles também?*

(Episódio 31, oficina Colorismo, dados da pesquisa de campo 2022)

Em outras oficinas essa discussão também comparece sem a minha provocação enquanto pesquisadora, como descrito nos episódios a seguir:

*“Acham a gente feios, por isso não fazem bonecas com nossa aparência.”
“mulheres negras sempre foram fortes mesmo”. “Achei legal fazer a boneca, mas achei estranho ela ser toda preta e não ter boca e nem nariz.”
(Episódio 5, Oficina boneca Abayomi, dados da pesquisa de campo 2022)*

Eliane: - *Olha. No início foi bem difícil. Eu tinha muita dificuldade de me adaptar a escola, tal...nenhuma professora via a minha dificuldade. Então foi bem difícil no início. Eu também já ouvi várias piadinhas de coisas sobre cor, corpo e sobre o cabelo. Mas hoje, já nem tanto, hoje em dia eu sinto que com os meus colegas já entendem mais, pelo menos os da minha sala né. Eles já não, não, ficam criticando. É mais tranquilo. Melhorou. (Episódio 15, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022)*

Bia: - *Estava eu, minha amiga e um amigo dela. Passou um cabeleireiro conhecido e me disse para eu ir ao salão dele para ele dar um jeitinho no meu cabelo. Mas ele não disse isso da minha amiga que tem o cabelo de progressiva. Eu não entendi no começo, mas depois eu percebi que ele disse aquilo porque uso meu cabelo natural. Mas eu nem ligo. Eu sempre deixo para lá mesmo. Eu uso o meu cabelo do jeito que eu quiser e não tenho que agradar ninguém.*

(Episódio 30, oficina Escola e o racismo institucional, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - *Paxina está com o cabelo tão lindo hoje, fez baby hair. Como você olha no espelho você ver essa Paxina bonita e estilosa que eu estou vendo?*

Paxina: - *Tanto faz, eu não ligo para o que as pessoas pensam sobre mim. Às vezes eu me acho bonita, mas na maioria das vezes eu me acho feia. E também as mulheres brancas envelhecem mais rápido.* (Episódio 32, oficina Colorismo, dados da pesquisa de campo 2022).

Pesquisadora: - *Vamos brincar de emoji (risos). Acordam de amanhã para arrumar e vir para a escola, como se sentem, triste, alegre, com medo, feia, bonita. Eu vou começar e depois vocês. Eu tenho muitas recordações boas em relação à escola, mas com certeza as mais marcantes são as recordações ruins, infelizmente. Tenho muitas recordações dolorosas em relação à escola. Muitas relacionadas ao meu cabelo. É vocês?*

Silêncio

Pesquisadora: - *Vamos começar pela Eliane?*

Eliane: - *Eu não me sinto rejeitada não. Hoje eu me sinto acolhida aqui. É um lugar que eu acho bom. Eu gosto daqui. Mas ainda tem questões, tipo assim, por causa do meu corpo, meu cabelo ou a própria cor que me incomoda. Coisas que falam em sala que me faz sentir...não é rejeitada, mas me incomoda muito.*

Pesquisadora: *Lembra de alguma situação para você usar como exemplo, só para eu entender melhor?*

Eliane: - *Não lembro.*

Pesquisadora: - *Alguma piada, brincadeira, comentário...*

Eliane: - *Um amigo meu falou do cabelo de duas amigas minhas específicas e do meu não. Como se só os delas fossem bonito e o meu não.*

Pesquisadora: - *Então foi o não falar nada sobre o seu cabelo que incomodou né!?!*

Eliane: - *Sim.*

(Episódio 36, oficina Escola e o racismo institucional, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - *Esse povo não decide né (risos). Você que está caladinha, me conta como é usar o cabelo com mechas rosas.*

Bia: - *Normal. Eu pinto ele toda vez que estou triste. Eu troco sempre de cor. Quando eu estou triste e quero mudar alguma coisa.*

Pesquisadora: - *E esse cabelo lindo com as pontas cor de mel?*

Luiza: - *Minha mãe perguntou se eu queria pintar e eu quis, não estou nem aí para a opinião dos outros, o cabelo é meu. Eu já pinteí de roxo.*

Bia: - *Eu já pinteí de verde (risos)*

Pesquisadora: - *E as meninas da progressiva? Vocês gostam mais dos cabelos lisos:*

Jaqueline:- *Eu faço progressiva.*

Yohana: - *Eu faço progressiva e pinto de preto azulado.*

Pesquisadora: - *Seu cabelo é claro?*

Yohana: - *Ele é mel.*

Pesquisadora: - *Você gosta mais dele com progressiva?*

Yohana: - *Eu gostava dele natural, tenho até algumas fotos. Mas eu recebia várias críticas aí eu achei melhor alisar. Também é difícil de cuidar.*

Pesquisadora: - *Pensando que você tem a opção de ter os dois cabelos agora, liso e cacheado, esquecendo as críticas, qual você prefere?*

Yohana: - *Eu gosto dos dois, mas eu penso que meu rosto combina mais com o cabelo liso.*

Jade:- *Eu já tive o cabelo liso, já passei pela transição e deixei natural e agora alisei de novo.*

Jaqueline: - *Eu comecei a passar produto no cabelo eu tinha uns 7 ou 8 anos. Sempre usei química mesmo. Era bem cheio e grande e foi diminuindo por causa dos produtos. Agora eu passo produto só na raiz para ficar bem baixinho. Eu não gosto de cabelo cheio. Gosto da altura do cabelo dela (aponta para o cabelo da Luiza)*

Luiza: - *Eu também não gosto de cabelo cheio, passo sempre muito creme para ele ficar baixo. Igual antes eu vinha para a escola com o cabelo com pouco creme e aí os meninos ficavam me chamando de cabelo de vassoura, eu tinha cortado meu cabelo e ele subia muito. Ficava igual um capacete. (risos) Eu tacho muito creme assim e de vez em quando eu vou ao salão para fazer progressiva na raiz para deixar baixo e não tira os cachos das pontas.*

Jaqueline: - *Eu faço isso também, mas o meu já não tem cachos mais, fica todo liso. Eu gosto do meu grudado na cabeça.*

Pesquisadora: *E você, como é essa relação com o cabelo?*

Jade: - *Eu faço progressiva também. Faço isso desde dos 7 ou 8 anos. Depois passei pela transição e deixei cacheado. Aí você recebe muitas críticas e em 2020 eu alisei de novo.*

Pesquisadora: - *Eu também passei pela transição e deixei meu cabelo natural, com alguns problemas pessoais e o mestrado, meu cabelo caiu bastante eu passe máquina três. Agora estou usando trança, pois ainda não consegui acostumar com o cabelo muito curto.*

(Episódio 56, oficina Racismo Recreativo, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - *Flávia voltou a nos dar a honra da sua presença. O cabelo está maior, como sempre muito linda, mas me conta como está sendo essa relação de cortar o cabelo curtinho para tirar os produtos químicos e deixá-lo natural?*

Flávia: - *Para mim, normal, tem gente que acha bonito, tem gente que critica. Mas o cabelo é meu e eu que tenho que gostar ou não do cabelo.*

Pesquisadora: - *Ano passado por algumas questões pessoais meu cabelo*

caiu bastante e eu cortei todo. Eu alterno, uso um pouco de tranças e um pouco natural, mas a imagem no espelho do cabelo curtinho me incomodou. Agora já cresceu bastante.

Flávia: - *Eu gosto, me sinto bonita sim, apesar de ter algumas críticas.*

Jaqueline: - *As negras no Estados Unidos tudo usa cabelo curtinho.*

Paxina: - *Tá na moda, raspar as laterais e fazer babyhair.*

Pesquisadora: - *Me atualizem gente, como é isso?*

Paxina: - *Aqui fessora. (mostra no celular a foto e o celular vai passando para que todas as outras vejam)*

Pesquisadora: - *Isso faz com aquela escova de dente para cabelo?*

Risos

Flávia: - *Não é escova de dente não, parece mais é diferente. Gostei do corte de cabelo (referindo-se ao corte que a Paxina mostrou no celular) tô querendo fazer.*

Eliane: - *Faz mesmo, vai ficar muito bonito.*

Bianca: - *Acho que fica mesmo.*

(Episódio 60, oficina padrão de beleza, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - *Prometo pensar quando eu tirar as tranças, se eu cortar o cabelo como vocês estão sugerindo, tiro foto e mando para vocês, minha inspiração.*

Luiza: - *Acho que vai super combinar com o seu rosto. Eu não corto porque tenho a testa grande.*

Risos

Eliane: - *Eu também tenho, mas tô nem aí, uso o cabelo sempre todo para trás mostrando a testa mesmo.*

Paxina: - *Uso baby hair e desfaça.*

Risos

Jaqueline: - *Falando de testa, a minha também é enorme.*

Paxina: - *Minha autoestima depende disso. Tampar a testa e a orelha.*

Eliane: - *A minha também. Quando eu faço trança embutida, nossa!!! Aumenta. Aí puxo um pouco para frente e desfaça.*

Risos

Luiza: - *Eu já fiz aquela de duas sabe.*

Pesquisadora: - *Chama tranças boxeadoras.*

Luiza: - *Pois é essas, quando eu olhei no espelho e vi o tamanho da testa, desanimei.*

Risos

Jaqueline: - *Acho que eu no meu caso eu sou calva. Na sala os meninos ficam reparando quem é calvo.*

Risos

Luiza: - *Acho que aqui quase todas é.*

Risos

Eliane: - *Pare gente, calvície é doença. É só o formato de nossas cabeças.*
(Episódio 63, oficina padrão de beleza, dados da pesquisa de campo 2022)

Os episódios narrados pelas adolescentes fazem apontamentos sobre tramas interseccionais vivenciadas por elas a partir da relação que estabelecem com o próprio

corpo e o cabelo, articulando suas vivências dentro e fora da escola. Conforme o título do capítulo introdutório "a cor da minha pele chega primeiro", nossa negritude em seu atravessamento com gênero chega primeiro em qualquer lugar que transitamos, na maioria das vezes, com as concepções de uma sociedade que se estrutura no racismo e no sexismo.

As opressões interseccionais são colocadas nas narrativas dos episódios, trazendo incômodos, como relata Paxina; "além da minha cor, eles incomodam mais com minha altura, porque eu sou magra e alta" (Episódio 66), ou de Eliane, "eu gosto daqui. Mas ainda tem questões, tipo assim, devido do meu corpo, meu cabelo ou a própria cor que me incomoda. Coisas que falam em sala que me faz sentir... não é rejeitada, mas me incomoda muito." (Episódio 36), ou Yohana "gostava dele natural, tenho até algumas fotos. Mas eu recebia várias críticas aí eu achei melhor alisar" (Episódio 56).

A pesquisadora Nilma Lino Gomes (GOMES, 2002), em sua tese de doutorado, desenvolveu um estudo sobre "Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte", onde afirma que "várias depoentes, ao reportarem-se ao corpo, lembraram momentos significativos da sua história de vida, dando um destaque especial à trajetória escolar" (GOMES, 2002, p.41), e como relata a autora, essas lembranças eram doloridas. O que acompanhamos nos episódios e narrativas das adolescentes, duas décadas depois do estudo citado, é um ecoar das narrativas apresentadas por Gomes que chama a atenção para os cuidados com a adolescência:

É nesse sentido que o olhar sobre a adolescência dos sujeitos negros se faz importante. A adolescência é um dos momentos fortes na construção da subjetividade negra. Alguns/mas depoentes, ao falarem sobre a sua relação com o cabelo, lembraram as experiências vividas nesse ciclo da vida e falaram da de "desencontro", de mal-estar e de desconforto em relação ao seu tipo físico, seu cabelo, sua pele e sua cor, vivida na adolescência. (GOMES, 2002; p. 47).

Ao explorar os episódios deste estudo, reafirmamos as discussões postas no feminismo negro, no que se refere a importância da análise interseccional de opressões vivenciadas pela categoria de análise "mulher negra" e os impactos nos seus corpos territórios.

Para argumentar sobre a tentativa de regulação de nossos corpos-territórios e os impactos das opressões em nossas subjetividades, no processo de construção de nossas identidades, recorreremos ao artigo da Gomes (2003):

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros nos vários espaços — institucionais ou não — nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos. Nesse percurso, os negros deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura, sua história, seu corpo e sua estética (GOMES, 2003, p. 172).

A construção social brasileira foi embasada em preconceitos decorrentes do período escravocrata, onde se estigmatizava a população negra como inferior à população branca. Refletindo sobre as novas configurações dadas a essa inferiorização, identificamos que os corpos dessas adolescentes negras são atravessados pela ideologia de branqueamento.

A pesquisadora Pacheco (2008) afirma que traços negroides como ter a “pele retinta”, lábios “grossos”, ser “gorda”, “são critérios raciais que designam um conjunto de preferências e valores morais, intelectuais e afetivos”. (PACHECO, 2008, p. 37).

Em todas as oficinas temáticas, comparecem as deturpações sobre nossos traços negroides e os tensionamentos causados por essas distorções nas diversas relações sociais estabelecidas na vida dessas adolescentes negras dentro e fora da escola. Percebemos a necessidade de adaptação de algumas das adolescentes para tentarem uma aproximação ao suposto padrão de beleza ideal. É possível perceber um movimento de resistência a essas opressões, de todo modo é possível dizer que os dois movimentos trazem marcas nesses corpos-territórios e nas suas subjetividades.

Yohana e Jaqueline narram tentativas de aproximação do suposto padrão de beleza: “*Eu gostava dele natural [o cabelo], tenho até algumas fotos. Mas eu recebia várias críticas aí eu achei melhor alisar. Também é difícil de cuidar.*” (Yohana, Episódio 56). No mesmo episódio, Jaqueline diz: “*Eu comecei a passar produto no cabelo eu tinha uns 7 ou 8 anos. Sempre usei química mesmo. Era bem cheio e grande e foi diminuindo devido dos produtos.*” Luiza diz: “*Eu também não gosto de cabelo cheio, passo sempre muito creme para ele ficar baixo. Igual antes eu vinha para a escola com o cabelo com pouco creme e aí os meninos ficavam me chamando de cabelo de vassoura, eu tinha cordado meu cabelo e ele subia muito*” (Episódio 56).

Eliane fala das marcas na subjetividade através da sua baixa autoestima, *“autoestima a gente não tem muita né!?!”* (episódio 9); enquanto Bia e Flávia demonstram resistência a imposição desse suposto padrão de beleza quando dizem *“Eu uso o meu cabelo do jeito que eu quiser e não tenho que agradar ninguém.”* (Bia, Episódio 30); e Flávia afirma *“Mas o cabelo é meu, e eu que tenho que gostar ou não do cabelo”* (Episódio 60).

Os relatos das adolescentes mostram aceitações e confrontamentos com os quais mulheres negras se deparam frente a uma sociedade que toma os traços caucasiarianos como referência de padrão de beleza, em contraste à rejeição dos traços negroides que está associada a ideologia de branqueamento amplamente divulgada no final do século XIX e início do século XX. (SCHWARCZ, 1993).

Ao longo dos séculos, a rejeição e desvalorização dos traços negroides naturalizam no imaginário social que nós, mulheres negras, somos inferiores e que só através do processo de branqueamento, seja pela auto violência estética ou pela miscigenação, é que nos colocamos mais próximas do padrão de beleza ideal. (GOMES, 2006, 2016)

Nos episódios narrados, identifica-se um movimento de adaptação de algumas características físicas ao modelo hegemônico de beleza branca, principalmente no que se refere ao cabelo, onde os processos de alisamentos são iniciados ainda criança. Como é o caso de Jaqueline e Jade.

Gomes (2003) alerta para um “patrulhamento ideológico” em relação à estética das mulheres negras; sobretudo do cabelo. Nesse contexto, percebemos que essas adolescentes são submetidas ao julgamento dos “cabelos naturais”, trançados ou alisados. Jaqueline conta que Flávia é alvo de críticas porque está com o cabelo curto e natural (episódio 34), Yohana usava o cabelo natural e alisou na tentativa de diminuir as críticas (episódio 56), Jade (episódio 56) diz que *“já tive o cabelo liso, já passei pela transição e deixei natural e agora alisei de novo.”*

No episódio 63, Eliane e Luiza relatam a dificuldade de usar tranças devido do tamanho da testa: *“Quando eu faço trança embutida, nossa!!! Aumenta. Aí puxo um pouco para frente e desfaça”* (Eliane); *“Eu já fiz aquela de duas sabe”*; referindo as tranças conhecidas como boxeadora³²; *“pois é essas, quando eu olhei no espelho e vi o tamanho da testa, desanimei”*.

³² São duas tranças feita uma de cada lado da cabeça.

A imposição social de um suposto padrão de beleza ligado aos traços caucasianos é uma característica marcante das opressões interseccionais vivenciadas pelas adolescentes participantes desse estudo. Os episódios narram distorções sobre suas auto imagens, sobre suas características físicas e seus cabelos, onde quanto mais distante dos traços caucasianos, mais inferiores são considerados e podemos conferir nessas narrativas os ideais eugenistas. (SCHWARCZ, 1993)

No livro “Quem tem medo do feminismo negro?”, a autora Djamila Ribeiro (2017) inicia um dos capítulos com a pergunta: “Vidas negras importam ou a comoção é seletiva?”. O capítulo do livro trata da seletividade de comoção em relação a mortes de pessoas. Quando se trata de corpos negros não existe grande comoção. A autora questiona: “por que o corpo negro estendido no chão não comove?” (RIBEIRO, 2017, p.103).

Nesse contexto, ter os traços negroides nos fazem ficar mais expostas a todos os tipos de violência, nossos corpos coisificados e animalizados, “não obstante, o dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente” (FERNANDES apud CARNEIRO, 2019, p. 26).

Na oficina “Escola e racismo institucional” comparece um episódio de agressão física que me chama atenção por ter semelhança com o assassinato de uma das precursoras do conceito de interseccionalidade Beatriz Nascimento. Ocupam o lugar de fala as adolescentes negras:

Jaqueline: - *Ô professora, um aluno daqui da escola foi expulso.*

Pesquisadora: - *Por quê?*

Jaqueline: - ***Agressão. Ele bateu em uma menina.***

Eliane: - *Quem?*

Júlia: - ***Aquele menino que bateu naquela menina que estava se metendo no namoro dele. Ela não tinha nada a ver com isso, por isso ele bateu nela. Ele tinha uma namorada aqui, ela se meteu na relação e ele bateu nela.***

Eliane: - *Que não justifica né!?!*

Júlia: - *Eu sei que não justifica, mas ela também não tinha que se meter na relação dele.*

Luiza: - *Ele bateu na namorada dele também.*

Jaqueline: - *Eu só sei de uma parte.*

Júlia: - *Ele estava brigando com a namorada dele, a outra se meteu e ele bateu na menina que se meteu uai.*

Paxina: - *Ele estava discutindo e a outra chegou provocando-o.*

Júlia: - *A menina também foi punida.*

Patricia: - *Ela era uma menina negra. O mais estranho foi que o menino era branco e foi um dia depois de comemoração do dia das mulheres.*

Jaqueline: - *Ele não era também branco assim.*

Eliane: - *Ficamos preparando a comemoração, fizemos apresentação e um dia depois acontece isso.*

Pesquisadora: *Se fosse uma menina branca que tivesse intrometido na briga dele com a namorada, ele teria batido nela?*

Eliane: - *Eu acho que não*

Bianca: - *Eu acho que sim, na hora do nervosismo eles não olham isso não.*

Júlia: - *Tinha batido do mesmo jeito, ela foi muito intrometida.*

Luiza: - *Eu ainda não sei.*

Jade: - *Batia sim, ela chegou provocando.*

Observação de campo: *Ao final da oficina voltei a perguntar a Jacqueline início da briga e ela disse que o menino bateu na menina negra porque a mesma disse que ele não tinha o direito de gritar com a namorada.*

(Episódio 47, oficina Escola e Racismo Institucional, Grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022).

Esse episódio traz diversos apontamentos no que se refere a mecanismos de opressões interseccionais como o colorismo: “ele não era também branco assim” (Jaqueline); e explicita a problemática de tratar temas tão importantes como desigualdade de gênero na escola de forma pontual, em comemorações como no dia da mulher. O que se acompanha no episódio é a narrativa de “comemoração”, escamoteando violência racial no seu atravessamento de gênero e racismo institucionalizado.

A possível institucionalidade do racismo, uma vez que a vítima da violência (menina negra) foi penalizada. Entretanto, quero destacar o fato do menino ter batido em uma menina negra. A discussão inicial era com a namorada, mas as agressões físicas acontecem contra a menina negra que tenta intervir em favor da namorada que estava sendo agredida verbalmente por ele.

Esse episódio me faz lembrar da morte da feminista negra Beatriz Nascimento, historiadora e precursora dos estudos sobre racismo e dos quilombos e, também, da relação entre a população negra, espaço e as experiências de longos deslocamentos socioespaciais de africanos/as e descendentes, por meio das noções de “transmigração” e “transatlanticidade”. A autora relaciona quilombo, corpo e ancestralidade africana, pois afirma que corporeidade é um terreno político (RATTS, 2007).

Os estudos da historiadora Beatriz Nascimento também são importantes para compreendermos práticas discriminatórias sobre os corpos das mulheres negras, especialmente na escola, posto que a autora discutia os impactos do racismo na educação, denunciando a violência contra os corpos negros nos espaços escolares

(RATTS, 2007).

Conforme noticiado em jornal³³ da época, Beatriz foi assassinada por aconselhar uma amiga que sofria violência doméstica a abandonar o relacionamento. E a menina negra ter sido a vítima da violência na escola, me fez recordar desta historiadora e dos perigos da naturalização do racismo e da violência racial no seu atravessamento com gênero.

Para Carneiro (2003, p. 49), “são suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular.” A autora destaca a importância de se discutir a questão da violência contra a mulher pelo atravessamento do conceito de violência racial, como um aspecto determinante das formas de violência sofridas por mulheres negras.

4.2 COLORISMO COMO UM DOS MECANISMOS DO RACISMO ESTRUTURAL

Após conversa com a direção da escola, em foi acordado os dias e horários das oficinas temáticas, comecei o trabalho de preparação das oficinas. Partindo da minha experiência enquanto professora, escolhi para as oficinas temas que comparecem com mais frequência nas discussões que fazemos em sala de aula e/ou em projetos que desenvolvo nas escolas que eu trabalho. Entretanto, na oficina da boneca Abayomi, conforme demonstrado nos episódios a seguir, o “colorismo” reaparece fortemente, por isso, resolvo incorporá-lo em uma das oficinas.

Na segunda oficina, “Quem sou e trajetória escolar”, as questões sobre o racismo recreativo ganha destaque e é ressaltado pelas adolescentes. Por isso, o tema foi incorporado ao planejamento das oficinas também e será discutido no próximo capítulo. Quero ressaltar que as mudanças dos temas centrais das oficinas aconteceram de acordo com o destaque que as adolescentes davam a determinadas temáticas, redirecionando o que havia sido proposto.

Retomando o relato da oficina, recordo-me que eu aguardava as adolescentes chegarem para começarmos a atividade. Elas chegaram aos poucos e fiquei ouvindo e observando as conversas e como elas iam ocupando o lugar de fala:

³³ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html> > Retirado em 24 jul.2022.

*Ouço conversas sobre a cor da pele e quem seria ou não negras. Elas começam a ocupar as mesas redondas da biblioteca e continuam falando baixinho sobre quem é negra ou não na escola, na sala delas. **Em um determinado momento, duas delas colocam os braços próximos para conferirem a tonalidade da pele como que se quisessem usar o tom de pele de uma como parâmetro para afirmar ou não a negritude da outra.** (Episódio 2 com registros de campo da oficina da boneca Abayomi. Grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022).*

*Nesse momento, outra estudante pede para conversar comigo na porta, no lado de fora da biblioteca. Ao chegar lá, a adolescente relata que gostaria de participar da oficina de boneca, **mas ela não era negra, apenas moreninha.** (Episódio 3 com registros de campo da oficina da boneca Abayomi. Grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022).*

Mais uma vez surge o assunto sobre ser ou não negra para participar das oficinas temáticas. Interfiro nesse momento e digo que entre as presentes todas poderiam participar, mesmo as de tons de pele mais claros e que em uma das oficinas eu abordaria o tema com mais detalhes. (Episódio 6, dados da pesquisa de campo, 2022).

Jaqueline: - Lembrei também da escrava Isaura que é uma escrava branca. Pesquisadora: - Vamos conversar sobre isso quando estivermos falando de colorismo, o termo que eu disse para vocês que vou trazer um vídeo explicativo e depois quero ouvi-las sobre o que acham. (Episódio 11, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - Você tem a pele clara, acha que as pessoas te veem como negra? Como são as características das pessoas da sua família?

Bianca: - Não sei, mas eu sou negra. Minha avó, meu pai, meu avô são negros de pele escura.

Pesquisadora: - Você já vivenciou alguma situação de racismo, discriminação ou preconceito?

Bianca: - Não

Observação de campo: A estudante tem a pele clara e é questionada pela outras adolescentes sobre sua negritude, mas se autodeclara parda. Reafirma que é negra por causa do nariz e cabelo e que o pai, avó e alguns dos irmãos são negros retintos. O critério usado na pesquisa é a autodeclaração de ser preta ou parda.

(Episódio 16, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022).

Yohana: - Meu nome é Yohana, tenho dois irmãos, são mais novos e eles moram com minha mãe. Eu não moro com minha mãe porque ela me teve muito nova, na época ela desentendeu com a minha vó e saiu de casa, aí eu fiquei com minha vó que depois me adotou no papel. Eu moro no Santa Helena. Minha bisavó tinha a pele bem escura, mas morreu ano passado, não, ano retrasado, minha avó tem a pele um pouco escura e eu tenho a pele mais clara. Observação de campo: Yohana também é questionada

pelas outras adolescentes sobre sua negritude e se autodeclara parda. (Episódio 18, oficina Quem sou e trajetória escolar, dados da pesquisa de campo 2022)

Pesquisadora: - Vou passar agora o vídeo explicativo sobre Colorismo. Para que vocês entendam um pouco melhor sobre as questões de tons de pele diferentes. São menos de seis minutos. O colorismo é usado para dividir nós negros entre pele clara e pele escura. No colorismo a pessoa é classificada pelo grau de negritude, o que quer dizer que os traços físicos mais próximos do padrão branco são mais aceitos pela sociedade para tentar “fugir” do racismo ainda vigente no país. Isso acaba virando rivalidade entre as pessoas negras de pele clara e as de pele escura. O sentimento de injustiça que pode intensificar a falsa ideia de que as pessoas de pele clara não seriam negras, porquê têm acesso a algumas oportunidades que pessoas negras de pele escura não têm.

Observação de campo: foi passado o vídeo sobre o Colorismo. Todas bem atentas, exceto a Bia que passou a maior parte do tempo mexendo no celular. Mesmo mudando dos encontros da biblioteca para a sala ociosa no segundo pavimento da escola, permanece bastante barulho externamente. Mas nessa sala eu percebo que as estudantes ficam menos inibidas de falarem. A porta fica o tempo inteiro fechada.

*Bianca: - **Esse colorismo é para confundir a gente para saber quem é ou não negro.** (Episódio 28, oficina Colorismo, dados da pesquisa de campo 2022).*

Alessandra Devulsky (2021) afirma que o termo colorismo, surgiu em 1982, e foi utilizado pela escritora Alice Walker no seu livro “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?” Traduzido para o português: “Se o presente se parece com o passado, como será o futuro? Esse termo é usado para hierarquizar os tons da pele, como se acontecesse um “aprimoramento à medida que se aproxima semelhança ao branco” (DEVULSKY, 2021).

Demograficamente, a sociedade brasileira é composta por 56% de pessoas negras, grupo composto por pretos e pardos (DEVULSKY, 2021). Nesse sentido, nós a população negra, somos a maioria da população brasileira.

Essa distinção entre grupos raciais significa, historicamente, ser submetido a prejuízos (negros) ou à obtenção vantagens (brancos). Embora as pessoas pardas façam parte do grupo de pessoas negras, a sua condição de ter traços que os aproximam da branquitude pode beneficiá-las em algumas situações. Nesse sentido, o colorismo afeta essas adolescentes, provocando falta ou dificuldade de identificação com um grupo social e com a cultura negra, como ocorreu no episódio 3, em que a adolescente afirmou que “ela não era negra, apenas moreninha” ou a fala de Flávia: “tem até albinos negros. Muitas vezes eles ficam também criticando, pare de se fazer

de preta, você não é preta. Só porque tem gente com a pele um pouco mais clara eles não querem aceitar que a gente é negra” (Episódio 64).

De acordo com Alexandra Devulsky, autora do livro *Colorismo* (2021), o colorismo atua como um braço do racismo para hierarquizar pessoas negras em um movimento de segregação. Além da segregação, a disseminação do colorismo desmobiliza o reconhecimento entre a população negra de pele clara e de pele escura, estratificando as pessoas negras a partir do olhar forjado da supremacia branca. Essa desmobilização de reconhecimento da população negra foi intencionalmente planejada pela branquitude para atender suas pretensões políticas e ideológicas, dando sustentação ao mito da democracia racial, institucionalizando uma hierarquia de tonalidades e fenótipos (DEVULSKY, 2021).

Dentro de um projeto colonial onde pretendia-se dissolver a negritude até o seu desaparecimento, a mestiçagem, de origem violenta, é a engrenagem desse projeto. A dissolução de nossa negritude não aconteceu devido as diversas estratégias de resistência cultural de nossa identidade. Entretanto, a imposição de políticas públicas de braqueamento e a propagação do mito da democracia racial (SCHWARCZ, 1993) fizeram com que o colorismo, devido à ampla mestiçagem da população brasileira, fosse disseminado e naturalizado em nossa sociedade (DEVULSKY, 2021).

Em conformidade com essas afirmações, nos primeiros episódios percebemos a operacionalidade do racismo a partir de um dos seus mecanismos que é o colorismo, para entre outros aspectos dividir e desmobilizar o povo negro. No episódio 2, vejo as estudantes comparando os tons de pele pelo braço para decidirem quem poderia ou não participar da pesquisa e os questionamentos sobre a sua própria negritude e a negritude da outra.

Além de gerar conflito entre o povo negro, o colorismo nos passa a falsa impressão que a população negra está sendo inserida socialmente, entretanto as pessoas negras de pele retinta, continuam a enfrentar maiores obstáculos para sua inserção social (DEVULSKY 2021). As adolescentes Jade, Yohana e Bianca que se autodeclaram pardas, narram um número menor de episódios de opressões, em relação as outras adolescentes de pele retinta.

Conforme apresentado nas narrativas, as adolescentes negras, alisam o cabelo na tentativa de amenizar os impactos das opressões de raça e gênero vivenciadas por elas no território escolar. Quanto maior o nosso distanciamento do suposto padrão de beleza da branquitude, mais seremos submetidas à exclusão social. Dentro da

escala de hierarquização dos tons de pele, quanto maior aproximação da branquitude, menos obstáculos de acesso, por isto, camuflar traços negroides significa aumentar a possibilidade de acesso.

Precisamos reconhecer o colorismo como um dos mecanismos do racismo, uma vez que dificulta os processos de pertencimento para quem é negro, o que acarreta consequências para o engajamento nas lutas raciais. Importante ressaltar que, apesar de que nível de pigmentação da pele pode ser determinante no grau de exclusão social, pessoas negras de pele clara não serão aceitas para gozar dos todos os privilégios sociais de branquitude (DEVULSKY, 2021) .

4.3 NAS TRAMAS DOS CORPOS-TERRITÓRIO

A compreensão de que a escola não é somente delimitada espacialmente, mas também caracterizada como território com marcas históricas, políticas e culturais, refletindo nossas estruturas sociais, nos instiga a refletirmos sobre como essas vivências interferem em nossas relações e interações sociais.

As narrativas dessas adolescentes mostram que elas vivenciam a territorialidade de seus corpos no território escolar e em outros territórios que se conectam com suas vivências escolares. Nessas dinâmicas territoriais, os territórios tentam regular e dominar esses corpos e estes corpos se movimentam ora em sentido de aceitação, ora no sentido de resistência, colocando em jogo territorialidades adolescentes frente ao racismo estrutural e institucional. Esses territórios (escola, supermercados, lojas, redes sociais, igrejas...) se interseccionam e neles se entrecruzam as dinâmicas do racismo.

Em nossa sociedade estruturada pelo racismo, onde a categoria “mulher negra” ainda sofre pela intersecção de sexismo, uma das formas de opressão é a inferiorização dos traços negroides inscritos nos corpos dessas mulheres, usado como mecanismo para retirar- nossa humanidade. (GOMES, 2003; RIBEIRO, 2019). Esse foi o mecanismo mais evidenciado das opressões interseccionais apontadas pelas adolescentes participantes desse estudo. Em todas as oficinas, em alguma medida, elas mencionam como as marcas dos seus corpos são subjugados, estabelecendo distanciamentos entre o que é considerado belo, pelo padrão de beleza hegemônico, e o que é considerado feio, por distanciar-se dele.

A partir das manifestações do racismo estrutural, as dinâmicas produzidas e reproduzidas dos diversos territórios em que essas adolescentes negras transitam ecoam e interferem na forma que elas vivenciam o território escolar e lidam com as territorialidades de seus corpos. Relatos sobre autoestima, distorções sobre suas características físicas e seus cabelos, o não querer ir à escola para não ser motivos de “piadas” e “brincadeiras”, o medo da abordagem policial ou de irem ao supermercado, pois sabem que os seus traços negroides irão interferir no tipo de tratamento que elas terão nas instituições.

Portanto, lançar um olhar sobre a dimensão territorial dessa problemática é importante para se entender a atuação interseccional das relações de poder, estabelecidas na escola a partir do racismo e sexismo, bem como para a estruturação de medidas para desconstruí-los.

As adolescentes negras demonstram que habitar um corpo negro lhes confere limites corpóreos sociais. A adolescente Eliane, no episódio 53, diz; “ter que andar no supermercado X igual um boneco com medo de colocar a mão nas coisas e eles acharem que a gente está roubando”.

Os episódios trazem denúncias de como as adolescentes vivenciam a partir seus corpos-território a interseccionalidade de raça e gênero, as tentativas de regulação, as vulnerabilidades, a exposição as violências físicas e simbólicas, sobretudo a naturalização das opressões dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo e sexismo.

As adolescentes denunciam violências físicas quando narram o episódio da “menina negra que apanhou logo depois da comemoração do dia das mulheres” (episódio 47). Violência física e simbólica quando Bia (episódio 44) diz: “bater de verdade não, mas quando **eles estão brincando**, eles me batem”. Todas as “piadas” e “brincadeiras” que afetam suas autoestimas. Todas às vezes que elas tentam apresentar trabalhos e são silenciadas através de “zoação”. Todas essas formas de violência são institucionalizadas na escola.

Eduardo Miranda (2017) afirma a importância de termos a dimensão do nosso corpo compreendendo a sua espacialidade, onde permitimos sermos tocados pelo outro a partir das vivências que articulam as territorialidades. O autor afirma ainda que “o ato de lidar com o nosso *corpo-território* é fruto da educação empregada nas escolas, nos núcleos familiares, nos espaços de sociabilidades.” (MIRANDA, 2017, p.122, grifos do original). As marcas nos corpos-territórios dessas adolescentes

denunciam silenciamentos e nos convocam a posicionamentos frente a padronização de um tipo de beleza, que engendram exclusões e a desnaturalização do racismo estrutural, que tende a racionalização da violência.

5 A GENTE TENTA NÃO LIGAR, MAS NO FUNDO DÓI MUITO (Bia).

Pesquisadora: - *Tem algum dia que vocês ficam desanimadas de levantar para vierem à escola? Por quê? Preguiça não vale. (risos)*

Observação de campo: *Paxina começa a rir e fala:*

Paxina: - *Na sala um dos meus apelidos é frangão queimado, porque eu sou magra e preta. Sei que é engraçado, mas querendo ou não afeta a autoestima e tem dia que não quero estar aqui para não ser xingada, eu acho engraçado, mas, no fundo eu não gosto dessas brincadeiras.*

Pesquisadora: - *Não é simplesmente uma brincadeira né!?! A gente fica constrangida até de não gostar do que eles chamam de brincadeira.*

Paxina: *Sim. É isso.*

Bia: - A gente tenta não ligar, mas, no fundo dói muito.

Pesquisadora: - *Gente, cadê aquela menina do nono ano que fez o BC (Big Corte) estava tão empolgada no dia da oficina de boneca.*

Jaqueline: - *Flávia. Ela quase não está vindo a aula, acho que é por causa do cabelo, depois que ela cortou curtinho os meninos ficam rindo dela, deve estar esperando crescer um pouquinho para voltar na escola.*

(Episódio 34, oficina Escola e Racismo Institucional, Grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022).

O título deste capítulo é uma frase da adolescente Bia, 13 anos. Essa frase de Bia traz o peso e as consequências das “piadas”, “apelidos” e “brincadeiras” que vamos tratar nesse capítulo como racismo recreativo.

É possível perceber marcas deixadas nessas adolescentes aos vivenciarem opressões interseccionais que impactam suas subjetividades. Para Paxina (Episódio 33) pode até “ser engraçado”, “mas, no fundo” ela não gosta “dessas brincadeiras”. Destacamos a fala de Bia, repetimos a fala da Jaqueline, e colocamos também em destaque a explicação de Jaqueline sobre a colega Flávia, e o seu corte de cabelo: “*Ela quase não está vindo a aula, acho que é devido do cabelo, depois que ela cortou curtinho os meninos ficam rindo dela, deve estar esperando crescer um pouquinho para voltar na escola*” (Jaqueline).

Em um episódio que durou um pouco mais de quatro minutos, registra-se três adolescentes vítimas do racismo recreativo e que também fez seu comparecimento em outras oficinas temáticas.

5.1 RACISMO RECREATIVO: outro mecanismo do racismo estrutural

Apresentamos outros episódios nos quais o racismo recreativo é evidenciado atravessando as oficinas e comparecendo em interconexões com outros mecanismos

de opressões interseccionais. Sobre esse tipo de racismo ocupam o lugar de fala as adolescentes negras:

Pesquisadora: - *E como é que a sua relação com o Abílio [escola], você gosta de estudar no Abílio, você não gosta? Você percebe que em alguns momentos as pessoas te tratam de forma diferente?*

Eliane: - *Olha. No início foi bem difícil. Eu tinha muita dificuldade de me adaptar a escola, tal...nenhuma professora via a minha dificuldade. Então foi bem difícil no início. **Eu também já ouvi várias piadinhas de coisas sobre cor, corpo e sobre o cabelo.** Mas hoje, já nem tanto, hoje em dia eu sinto que com os meus colegas já entendem mais, pelo menos os da minha sala né. Eles já não, não, ficam criticando. É mais tranquilo. Melhorou.*

(Episódio 15, oficina Quem sou e trajetória escolar, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Paxina: - *Eu sou a Paxina, sou adotada pela minha tia, eu moro com a minha tia, porque minha mãe mora em Portugal e não teve condições de me criar, meu pai já morreu, eu tenho 4 irmãs. Duas da parte da minha tia e duas da parte da minha mãe. Da parte da minha mãe eu sou a mais nova, **sobre o racismo, todo dia na minha sala é o tempo todo um tipo de brincadeira diferente sobre isso. Onde eu vou tem um olhar torto sobre mim, e é isso.***

(Episódio 17, oficina Quem sou e trajetória escolar, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Pesquisadora: - *Quem são as pessoas que mais fazem esse tipo de brincadeira com você Paxina? Meninos, meninas, brancos, negros?*

Paxina: - **São na maioria meninos brancos, mas os meninos negros também fazem isso.**

(Episódio 35, oficina Escola e Racismo Institucional, dados da pesquisa de campo, 2022)

Pesquisadora: - *Júlia, me fale um pouquinho desses sentimentos em relação à escola. Quais os sentimentos você tem em relação à escola? Sei que esses sentimentos mudam de acordo com um monte de coisa, mas no geral, como é isso?*

Júlia: Acordar cedo já num é bom, e chegar aqui o povo fica fazendo piada da sua cara, ainda a gente fica desanimada de ficar vindo todo dia.

Pesquisadora: - *Lembra de algum exemplo que possa dar?*

Júlia: - *Não. As coisas que eles falam eu nem ligo mais. Eles ficam falando do meu corpo porque eu sou muito magra.*

Pesquisadora: - *No caso da Júlia, ela é motivo de piada porque é considerada muito magra e no caso da Eliane é motivo de piada porque é considerada muito gorda. É isso?*

Eliane: *É isso. (risos)*

Júlia: - **Sobre a minha pele, se tiver falado, como já falaram mesmo, eu não ligo, eu não importo mais.**

Pesquisadora: - *Fiquei confusa, já falaram? Falam coisas sobre sua cor da sua pele?*

Júlia: - **Sim, mas eu realmente não me importo**

(Episódio 38, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Pesquisadora: - *E você Paxina?*

Paxina: - **Como as meninas já falaram além da preguiça de acordar cedo, e não dar vontade de vir, pois, tem piadas sobre a minha cor de pele e o fato de ser magra. Já quis até mudar de escola, mas eu sei que em qualquer escola que eu for vai acontecer a mesma coisa.**

(Episódio 42, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Jaqueline: - *Acontece muito aqui na escola de quando a gente vai apresentar trabalho para a escola toda, principalmente se a gente, tiver falando eles não prestam atenção e **ficam zoando**.*

Jade: - *Nossa! O dia que teve o negócio de homenagem às mulheres aqui, lembra?*

Jaqueline: - **Todas as salas fizeram trabalho, e os meninos ficaram zoando, não dão lição...**

Pesquisadora: - *Vocês acham que isso aconteceu porque?*

Bianca: - *Uai pelo fato de a gente ser mulher.*

Pesquisadora: - *Lembra de um fato específico?*

Jaqueline: Quando as meninas estavam lendo o trabalho, explicando, ao redor de mim todos os meninos ficavam fazendo piada e rindo.

(Episódio 42, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Eliane: - *Eu ouvi uma ontem (fazendo referência a falas que geram incômodos) Não domingo. Estava na Igreja e ajudando na limpeza da cozinha da igreja e **um menino passou rindo e disse pra mim: isso mesmo, lugar de mulher é na cozinha.***

Pesquisadora: - *Quando vocês ouvem isso? O que vocês pensam sobre isso?*

Bia: - Eu xingo, tô nem aí.

Júlia e Luiza: - **Raiva (risos)**

Observação de campo: as demais estudantes concordam com a cabeça que também sentem raiva.

(Episódio 41, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Pesquisadora: - *Bia, quando você acorda para arrumar e vir para o Abílio, qual o seu sentimento?*

Bia: - Raiva. Só de imaginar que vou chegar aqui, os meninos ficarão mexendo comigo, me chamando de preta, me bater, nossa fico sem paciência.

Pesquisadora: - *Você já sofreu agressão física na escola?*

Bia: - *Bater de verdade não, mas quando eles estão brincando, eles me batem.*

Pesquisadora: - *Isso afeta sua relação com a escola e com você mesma?*

Bia: - *Ah. Dói um pouco, mas nem tanto.*

(Episódio 44, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Jaqueline: - *Ô fessora, os meus apelidos, a maioria é sobre o meu nome. São carinhosos. Jake, Jaja.*

Paxina: - *Na moral, vou dar ninguém não. (sobre os salgadinhos)*

Luisa: - *Mas quando te chamam de macaca, gorila, chimpanzé???*

Risos

Paxina: - *Eu já falei, o que o pessoal da minha sala mais me chama é de frangão queimado, porque eu sou magra e preta. Eles malham mesmo.*

Risos

Enquanto as estudantes riem eu permaneço séria olhando para elas.

Jaqueline: - *A gente rir, mas quando chega em casa a gente fica olhando no espelho e perguntando será que eu sou isso mesmo?*

Paxina: - *A gente rir na hora, mas querendo ou não afeta.*

Eliane: - *A gente faz piada para esconder nossos sentimentos.*

Luiza: - *Quando a gente chega em casa e lembra...nossa!!!*

Paxina: - *A gente olha no espelho e fica se perguntando. Será que eu pareço uma macaca mesmo véi?*

Eliane: - *A gente fica se perguntando mesmo.*

Flávia: - ***Tem também picolé de asfalto. Tem até albinos negros. Muitas vezes eles ficam também criticando, pare de se fazer de preta, você não é preta. Só porque tem gente com a pele um pouco mais clara eles não querem aceitar que a gente é negra.***

Patrícia: *pare!!! Não existem albinos negros. (Risos)*

Pesquisadora: *Flávia não está errada. Parece estranho mesmo. Mas o albinismo é uma doença de falta de pigmentação na pele, mais comum na população negra.*

Jaqueline: *Mas é engraçado fessora, estranho.*

(Episódio 64, oficina Padrão de Beleza, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)

Podemos afirmar a partir dos episódios narrados pelas adolescentes que o racismo recreativo (MOREIRA, 2020) se apresenta como um dos mecanismos de perpetuação do racismo nas instituições que por sua vez continuam estruturando o racismo em nossa sociedade.

O autor destaca o conceito de racismo recreativo para indicar uma política cultural que é valer-se do humor para expressar de forma hostil sobre os grupos racializados. Ele afirma que o humor racista é um dos mecanismos culturais de propagação e manutenção do racismo, tendo em vista que o humor é uma forma de

discurso que demonstra valores sociais de uma determinada sociedade.(MOREIRA, 2020).

Para Almeida (2020) tanto as atitudes individuais como processos institucionais são decorrentes de uma sociedade em que o racismo é naturalizado. Diante disso, (MOREIRA, 2020) afirma que o racismo recreativo é a forma com que pessoas e instituições expressam assentimento pelas pessoas negras reproduzindo a ideia de inferioridade da população negra.

Piadas que retratam a negritude como um conjunto de características esteticamente desagradáveis e como sinal de inferioridade moral não são os únicos temas do humor brasileiro referente aos negros. Há também aquelas que os retratam como animais ou criminosos. Esses são elementos recorrentes no repertório de humoristas brancos. (MOREIRA, 2020, p.19)

É o racismo recreativo que comparece no cotidiano escolar dessas adolescentes negras criando e reafirmando estereótipos sobre a categoria “mulher negra”; afetando em alguma medida todas as dimensões das suas vidas fazendo com que elas, em alguns momentos não tenham vontade de ir à escola para não ser alvo dessas “piadas” e/ ou “brincadeiras”.

Podemos destacar a fala da Júlia que “fica desanimada” de ir à escola todos os dias (Episódio 40), a suspeita da Jaqueline em relação às faltas da Flávia que acha que o motivo seja o cabelo: “acho que é devido do cabelo, depois que ela cortou curtinho os meninos ficam rindo dela, deve estar esperando crescer um pouquinho para voltar à escola” (Episódio 34). A Paxina, que não tem vontade de ir à escola, “pois tem piadas sobre a minha cor de pele e o fato de ser magra”, que já quis até mudar de escola, mas “eu sei que em qualquer escola que eu for vai acontecer a mesma coisa.” (Episódio 42).

Na primeira oficina, realizada para a confecção da boneca Abayomi, compareceram dezesseis estudantes, como já relatado, sendo que doze delas se dispuseram a participar da pesquisa, entretanto nenhuma das oficinas comparecem todas às doze estudantes, em função das faltas às aulas. As ausências eram justificadas no grupo de WhatsApp, demonstrando o comprometimento das adolescentes em participar da pesquisa e reflito que em alguma medida, elas entendiam que esse estudo é um ato de resistência.

Segundo o autor Moreira (2020), o racismo recreativo disfarça a hostilidade racial. É uma prática estratégica que permite a afirmação de uma suposta

superioridade racial (branca) e preservando uma imagem social positiva desse grupo social. Nesse sentido, a escola é, em alguma medida, um ambiente hostil para essas adolescentes negras, pois apresenta diversos mecanismos de opressões como o colorismo, um suposto padrão de beleza e o racismo recreativo.

Ocupam o lugar de fala as adolescentes negras:

Pesquisadora: - *Como a escola age em relação a essas coisas que estão me contando?*

Jaqueline: - *Não estou falando por mim, eu já vi acontecer com outras pessoas, mas normalmente eles brigam com a pessoa assim na hora e depois fingem que nada aconteceu.*

Paxina: - *Lá na sala, quando os meninos estão mexendo comigo, a maioria dos professores finge não escutar. Nem Ligam.*

Jade: - E ainda colocam a culpa na gente, dizem que acontecem porque a gente está dando confiança. A culpa é sempre da gente.

Bia: - *Igual uma vez comigo. Um menino estava mexendo comigo, quando eu não aguentei mais, meti a mão na cara dele, aí quem saiu como errada fui eu.*

Jade: - *Eu lembro, foi na aula de Geografia.*

Bia: - *Foi outra vez, mas teve essa vez aí na aula de Geografia também.*

Júlia: - É sempre assim, a gente que é errada, a professora viu o que ele estava falando comigo, viu que ele estava sendo racista e não fez nada, quando eu parti para cima dela, eu fiquei com errada.

Pesquisadora: - *É importante intervir nessas situações antes que vocês cheguem ao limite e partam para a agressão.*

Bia: - *Às vezes eles pedem para descer aqui pra baixo na sala da Luma, ficam lá um pouquinho e depois sobem como se nada tivesse acontecido. No máximo uma ocorrência que não vale nada.*

Jade: - *Por isso eles continuam fazendo. Vai mudar o quê? Vai mudar nada.*

Jaqueline: - *Mais o turno da tarde tem muito, muito isso, chama de preto, macaco.*

Bia: - *Uma das vezes que eu contei para a Luma, eu nem bati nele e contei para ela, ele desceu para sala dela, ficou uns 20 minutos aqui e depois voltou e continuou do mesmo jeito.*

(Episódio 46, oficina Escola e Racismo Institucional, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022).

Valores, ideologias, vivências e preconceitos convivem de maneira tensionada na escola. Diante disso, a discriminação racial se faz presente na escola e o silenciamento é uma das práticas pedagógicas na qual essa discriminação se expressa. É importante ressaltarmos a diferença entre o silêncio, o desconhecimento sobre o assunto e a invisibilidade. É necessário colocar esse silêncio dentro do contexto do mito da democracia racial e sua operacionalidade na realidade social e escolar brasileira. Esse silêncio nos conta sobre algo que se sabe, mas não quer ser dito, ou é impedido de falar (GOMES, 2012; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2019).

As duas primeiras oficinas foram marcadas por diversos momentos de silêncio, dificuldade das adolescentes para falarem, mesmo quando provocadas. A necessidade da porta fechada, somada à dificuldade de falar com a câmera do notebook ligada. Jade diz: “Fessora, a gente tenta falar, a gente tem muita coisa para falar, mas a gente fica travada, não sei porque” (episódio 12), ou Maria Beatriz: “A gente está gostando, só que é difícil falar” (episódio 14) .

No decorrer das oficinas, as adolescentes foram se “destravando” e conseguiram falar sobre seus incômodos e as diversas situações de opressões interseccionais vivenciadas, como algo que elas tinham dificuldade de falar ou, em alguma medida, se sentiam impedidas de falar.

A ampliação do direito à educação básica e democratização do ensino superior fazem entrar nas escolas e universidades pessoas e grupos antes invisibilizados, cujo os saberes eram desconsiderados. Como afirma Gomes (2012), essas pessoas e grupos chegam aos espaços educacionais com seus conhecimentos, valores, corporeidade e demandas políticas. Essas pessoas refutam os currículos colonizados e colonizadores desses espaços e reivindicam propostas emancipatórias (GOMES, 2012).

Gomes (2012) demonstra que uma das respostas às reivindicações do movimento negro é a obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas de educação básica e no ensino superior. Essa obrigatoriedade determina mudanças de práticas e a descolonização dos currículos, demandando questionamentos sobre os lugares de poder e de privilégios enraizada em nossa cultura política e educacional (GOMES, 2012).

Como fruto do movimento negro, a Lei 10639/03 (BRASIL, 2003) propõe uma mudança estrutural para a construção de uma educação antirracista, provocando uma ruptura epistemológica, o que torna legítima a discussão sobre as questões raciais dentro do ambiente escolar e considera a existência de um “outro” como sujeito “*com quem se fala e de quem se fala.*” (GOMES, 2012, p.105). Isso é uma forma de reconhecimento de nossa igualdade como seres humanos e de nossas diferenças de raça, gênero e tantos outros (GOMES, 2012; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2019).

Podemos afirmar que a Lei 10.639/03 nos traz uma alternativa de (re)construção histórica emancipatória em oposição à perspectiva eurocêntrica dominante, vinda de uma antiga reivindicação do Movimento Negro para a educação. Nesse sentido, a superação do eurocentrismo como compreensão do conhecimento

do mundo torna-se um desafio para a escola. (GOMES, 2008). As narrativas das adolescentes tornam explícito esse desafio, pelas tramas que apresentam do racismo recreativo nos corpos territórios

5.2 NAS TRAMAS DOS CORPOS TERRITÓRIOS

No episódio 64, identificamos o funcionamento do racismo recreativo para operacionalizar opressões. A partir de “piadas” e “brincadeiras” que acontecem na escola, essas adolescentes chegam em casa questionando se suas aparências de fato se aproximam a de animais, conforme relata Luiza, Jaqueline, Paxina ou Eliane:

No episódio 64 ouço as adolescentes denunciarem: *“Mas quando te chamam de macaca, gorila, chimpanzé???”* (Luiza); *“A gente ri, mas quando chega em casa a gente fica olhando no espelho e perguntando será que eu sou isso mesmo?”* (Jaqueline); *“A gente ri na hora, mas querendo ou não afeta”* (Paxina); *“A gente faz piada para esconder nossos sentimentos”* (Eliane); *“Quando a gente chega em casa e lembra...nossa!!!”*; *“A gente olha no espelho e fica se perguntando. Será que eu pareço uma macaca mesmo véi?”* (Paxina)

Os apelidos citados pelas adolescentes, na maioria das vezes fazendo referência a animais, distanciando-as de uma humanidade, nos demonstra também a importância de não universalizarmos a categoria mulher para não invisibilizar aquelas que entrecruzam opressões, no caso desse estudo, de raça e gênero, para reaver a humanidade dessas adolescentes. Quando falamos do processo de construção de identidades dessas adolescentes, estamos reivindicando a ressignificação de identidades que foram desumanizadas ao longo do tempo, a ponto de chegarem em casa e se questionarem se de fato a sua aparência se assemelha a de algum dos animais que elas são chamadas na “brincadeira”.

Autoras como Carneiro (2003, 2019); Gomes (2002; 2003), Ribeiro (2018) e Kilomba (2019) afirmam a importância de analisar as opressões de forma interseccional e denunciam que é negada a humanidade dos negros em geral e nas mulheres negras em particular e alertam sobre o processo conflituoso de construção da identidade negra.

No episódio 42, que compõe a oficina “Escola e racismo institucional”, identificamos o racismo recreativo como mecanismo de silenciamento. Quando as

adolescentes tentam apresentar o trabalho, que inclusive era sobre o Dia da Mulher, “os meninos ficam zoando”, “não dão lição”, “os meninos ficaram fazendo piada e rindo”. Kilomba (2019, p. 33) afirma que “no âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência”, ainda que “Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante” (KILOMBA, 2019, p. 42). Nesse contexto, as adolescentes negras não têm a autorização de falar, e o racismo recreativo é o mecanismo utilizado para silenciá-las.

Trazendo contribuições à discussão, a pesquisadora Kilomba (2019, p. 48) afirma ainda que “uma subalterna silenciosa pode também implicar a alegação colonial que grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar sobre seus próprios nomes”.

É possível reconhecer momentos de raiva e indignação em alguns episódios das oficinas por parte das adolescentes; como falam Julia, Bia e Luiza (Episódio 41, oficina Escola e Racismo Institucional) e Bia (Episódio 47, oficina Racismo Recreativo), a raiva de serem excluídas, serem preteridas, das distorções raciais e dos silenciamentos em conformidade com a autora Ribeiro (2018).

Além do racismo recreativo, comparecem nesses episódios outros mecanismos de opressões. Relato o episódio 29, no qual ocorre uma discussão sobre o vitiligo.

Eliane: - *Posso contar uma coisa que aconteceu rapidinho?*

Pesquisadora: - *Pode.*

Eliane: - *Eu estava em uma festa, aí um amigo meu branco chegou perto de mim e mostrou uma foto de um cara negro com vitiligo.*

Pesquisadora: - *Todas sabem o que é vitiligo? É uma doença que a pessoa vai perdendo a coloração da pele e ficando com manchas brancas pelo corpo.*

Eliane: - *Sim. Aí esse amigo mostrou a figurinha com o cara negro com vitiligo que dizia que o crime estava diminuindo porque o rapaz negro estava ficando branco. Ele me mostrou essa figurinha achando a maior graça e eu fiquei rindo toda sem graça, homem branco né professora, por isso ele teve coragem de mostrar isso pra mim. Nossa. Eu fiquei muito sem graça e ele riu muito.*

(Episódio 29, oficina Colorismo, dados da pesquisa de campo, 2022).

Nesse episódio (Episódio 29), constata-se a hierarquização dos tons de pele (colorismo), uma vez que a medida que o cara negro vai “clareando”, em função do vitiligo, vai se distanciando da concepção de que o povo negro é socialmente associado à criminalidade. Podemos identificar também desconforto na fala de Eliane, “eu fiquei muito sem graça”, ao ouvir as falas do amigo que deslegitima a sua

identidade como adolescente negra. Para Ribeiro (2018), ao argumentarmos sobre identidades, estamos apontando que o poder deslegitima umas em detrimento de outras.

Portanto, esse estudo inclui o debate de ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas. (GOMES, 2003; CANEIRO, 2019; KILOMBA, 2019). As adolescentes negras que participaram desse estudo se colocam em seus lugares de fala, direcionam a pesquisa e fazem denúncias sobre as opressões vivenciadas por elas dentro e fora da escola.

Entendemos o Racismo Institucional (ALMEIDA, 2020) como tratamento diferenciado entre raças, no interior das instituições, de forma que privilegie um em detrimento do outro. Esse tipo de prática é estruturada em condutas culturais racistas que regulam instituições públicas e privadas, e pela conduta de pessoas que atuam de forma racista quando as representam.

Do ponto de vista de legislação brasileira, negros e brancos têm direitos iguais, entretanto, a população negra em geral e a “mulher negra em particular” (CARNEIRO, 2003), muitas vezes, têm condições materiais ou de outra ordem para terem acesso aos direitos iguais à população branca, devido ao tratamento discriminatório que podem sofrer pelas instituições, como a escola, ou pelas instituições de segurança pública.

Pesquisadora: - Vocês não acham que na maioria das vezes as pessoas reagem de forma mais agressiva com as pessoas negras?

Júlia: - Ô professora, eu já vi isso acontecer demais.

*Luisa: - **Policia** gosta de parar o negro.*

*Bianca: - **Igual eu vi no twiter**. Eu não sei se esse policial está afastado ou não. O policial prendeu dois caras que eram usuário de droga mesmo. Aí ele deduziu da cabeça dele que o cara branco era só usuário mesmo e o cara negro era o dono da droga. E depois descobriu que era o contrário. (Episódio 48, oficina Racismo Recreativo, grifos nossos, dados da pesquisa de campo, 2022)*

Pesquisadora: - Esse racismo que sempre acha que somos os bandidos, os malvados. Minha filha foi acusada de roubo aos três anos. A toalha da colega sumiu, na verdade ela esqueceu na área da piscina da escola, quando chegou na sala e não encontrou a toalha na bolsa, disse que a minha filha tinha roubado, porque era a única negra da sala.

*Júlia: - Eu estava no **Supermercado X** com minha irmã e a gente estava andando e do nada o segurança começou a seguir a gente.*

Pesquisadora: - Eu tenho 42 anos e se meu celular tocar e dependendo da

loja que eu estou e o celular estiver no fundo da bolsa eu tenho medo de mexer na bolsa para atender e acharem que eu estou com intenção de roubar.

Jaqueline: - *Eu já vi isso acontecer. Uma mulher postou no **Instagram** dela que ela estava cansada de ir no **Supermercado X** e os seguranças ficarem atrás dela só porque ela é negra.*

Jade: - *Já aconteceu isso com a minha mãe. Nas lojas Baguarienses. Ela entrou no provador. E para entrar no provador você precisa contar as peças para entrar. Depois a mulher ficou falando que não sabia se tinha contado direito, que achava que estava faltando alguma peça, ficou fingindo que estava procurando só para testar a minha mãe.*

Eliane: - *No supermercado X, os seguranças já seguiram meu primo também.*

Yohana: - *Teve uma mulher negra que entrou em uma loja cara só porque tinha uma amiga que trabalhava lá, mas a amiga não estava, a outra vendedora tratou essa mulher negra muito mal, depois a amiga que era vendedora chegou e essa mulher gastou um dinheirão na loja.*

Paxiana: - *Vocês conhecem a **Loja Zuzu** aqui de Valadares? Eu fui lá uma vez. Eu fui escolher um vestido para o casamento, mas nem comprei, pois as vendedoras, todas brancas, ficou tão feio e com tanta má vontade que eu e minha mãe desistimos de comprar.*

Yohana: - *Eu estava no **Instagram** e uma pessoa que tem muitos seguidores, mora em Belo Horizonte, ele até fazem vídeos engraçados. Ele é negro e muito alto. Ele estava no uber indo para academia. Ele passou em um lugar, ele já até morou nesse lugar e ele estava com fone de ouvido. Ele demorou a perceber que tinha alguém gritando e era com ele. O **policial** estava gritando para ele abrir a porta. No início ele não deu ligação porque estava com o fone. Depois ele teve muito medo de ficar dentro do carro de aplicativo ou de sair e fazer algum movimento e eles atirarem nele por causa da cor dele.*

(Episódio 50, oficina Racismo Recreativo, dados da pesquisa de campo, 2022)

Comparecem nos episódios, diversos territórios nos quais o corpo-território dessas adolescentes transitam, confirmando a institucionalização do racismo presente na estrutura da sociedade brasileira. Instituições públicas (polícia) e privadas (rede de lojas de roupas, supermercados) foram exemplos dados pelas adolescentes que corroboram as afirmações de Almeida (2020, p. 29, destaques do original): “[...] o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”.

A partir de autoras do feminismo negro como Carneiro (2003, 2019), Gonzalez (1982,1983,1988), e Bairros (1995), precursoras do uso do termo interseccionalidade, ressaltamos a inseparabilidade estrutural do racismo e sexismo; afirmamos que o

funcionamento das instituições confere desvantagens e privilégios a partir da raça e do gênero no seu imbricamento. (CRENSHAW, 2002; COLLINS, BILGE, 2021).

Identificamos a influência das redes sociais no processo de construção das identidades, quando a população negra organizada tem sido capaz de realizar importantes transformações em nossa sociedade, publicizando situações de racismo, como o narrado por Bianca:

“Iguar eu vi no twitter. Eu não sei se esse policial está afastado ou não. O policial prendeu dois caras que eram usuário de droga mesmo. Aí ele deduziu da cabeça dele que o cara branco era só usuário mesmo e o cara negro era o dono da droga. E depois descobriu que era o contrário.”(Episódio 48)

Jaqueline e Yohana também mostram a força das redes sociais nas denúncias contra o racismo:

*“Eu já vi isso acontecer. Uma mulher postou no **Instagram** dela que ela estava cansada de ir no **Supermercado X** e os seguranças ficarem atrás dela só porque ela é negra.”(Jaqueline). “Eu estava no **Instagram** e uma pessoa que tem muitos seguidores, mora em Belo Horizonte, ele até fazem vídeos engraçados. Ele é negro e muito alto. Ele estava no uber indo para academia. Ele passou em um lugar, ele já até morou nesse lugar e ele estava com fone de ouvido. Ele demorou a perceber que tinha alguém gritando e era com ele. O **policial** estava gritando para ele abrir a porta. No início ele não deu ligação porque estava com o fone. Depois ele teve muito medo de ficar dentro do carro de aplicativo ou de sair e fazer algum movimento e eles atirarem nele por causa da cor dele.” (Yohana). (Episódio 49 e 50)*

Nosso povo negro tem denunciado situações de racismo por diversos meios de comunicação, influenciando e convocando outras pessoas para a luta antirracista. Reconhecemos assim, como a autora Gomes (2017), o movimento negro como educador. Segundo Gomes, “os movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017, p. 28).

Relembro a Marcha de Mulheres Negras, contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, em Brasília, no ano de 2015, um marco político em que demonstramos nossa indignação e nossa força de luta por um país antirracista e anti-sexista. As opressões interseccionais comparecem nos episódios operacionalizando, na maioria das vezes, simultaneamente com vários mecanismos de opressões, como um suposto padrão de beleza, colorismo, racismo recreativo, racismo institucional, fazendo interconexões entre os mecanismos onde “[...] o racismo, como processo histórico e

político, cria as condições sociais para que, direta e indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática”. (ALMEIDA, 2020, p. 39).

É inegável que mulheres enquadradas na categoria de análise “mulher negra” sofram violações físicas e psicológicas desde a sua chegada como escravizada no Brasil e que essas violações estão estreitamente ligadas ao seu corpo enquanto território de dominação e de subjugação. Na reconfiguração da sociedade atual, criam-se outros mecanismos, novas tecnologias de dominação, subjugação e resistência desses corpos-território como vimos nos episódios narrados pelas adolescentes negras.

O uso do termo interseccionalidade como ferramenta teórica, metodológica e analítica neste estudo, nos permite afirmar que os imbricamentos do racismo e o sexismo imprimem, nos corpos-território dessas adolescentes, opressões interseccionais de forma sistemática dentro e fora da escola. Portanto, o conceito tornou-se indispensável para pensarmos o lugar ocupado por mulheres negras em nossa sociedade, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista do engajamento político refletindo o interesse das mulheres negras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A começar da minha experiência pessoal enquanto mulher negra, mãe de uma adolescente negra, da minha experiência profissional como professora da educação básica e meu ativismo em movimentos sociais que tratam das demandas raciais e de gênero, busquei compreender as tramas das opressões interseccionais de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras de uma escola pública da cidade de Governador Valadares – MG.

Usamos o conceito de interseccionalidade como instrumento teórico, metodológico e analítico; pois abrange múltiplas opressões, articulando raça, gênero classe, orientação sexual, entre outros. Entretanto, nesse estudo, evidenciamos as opressões que se referem a raça e gênero de maneira inseparável para pensarmos o lugar ocupado pelas adolescentes negras.

Entendemos que a educação é, sobretudo, cultural, de modo que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo das representações e com lógicas distintas. Sabemos que negros e brancos são geneticamente iguais, mas a partir das experiências sociais, históricas e culturais, as diferenças foram construídas para hierarquizá-los. Nessas circunstâncias, tais diferenças são transformadas em relações de dominação e poder. É importante identificar, debater e problematizar as desigualdades entre adolescentes negras e brancas dentro da escola como ambiente de reprodução do racismo e sexismo (GOMES, 2005).

As opressões interseccionais compareceram nos episódios operacionalizando por meio de vários mecanismos, na maioria das vezes, simultaneamente, e fazendo interconexões entre eles. Destacamos, como mecanismos dessas opressões evidenciados pelas adolescentes negras participantes desse estudo, o suposto padrão de beleza, o colorismo, o racismo recreativo e o racismo institucional.

Os episódios narrados pelas adolescentes fazem apontamentos sobre tramas interseccionais vivenciadas por elas a partir da relação que estabelecem com o próprio corpo e o cabelo, articulando suas vivências dentro e fora da escola. Conforme o título do capítulo introdutório “a cor da minha pele chega primeiro”, nossa negritude, em seu atravessamento com gênero, chega primeiro nos diversos territórios que transitamos, na maioria das vezes, com as concepções de uma sociedade que se estrutura no racismo e no sexismo.

A forma que adolescentes negras são lidas socialmente, através da

classificação do seu cabelo, seu corpo e sua estética, faz com que a construção das suas identidades seja permeada por estereótipos e representações negativas sobre seus traços negroides, pois é distante do suposto padrão de beleza ideal (que é o europeu) e sobre seu papel social. As opressões interseccionais de raça e gênero fazem parte da nossa estrutura social, fazendo-se presentes em qualquer território, inclusive no escolar.

Em todas as oficinas temáticas, compareceram as deturpações sobre nossos traços negroides e os tensionamentos causados por essas distorções nas relações sociais estabelecidas por essas adolescentes. Constatou-se o esforço que empreendem para se inserirem nos territórios, o que as distancia da identidade negra. Percebemos a necessidade de adaptação de algumas das adolescentes para tentarem uma aproximação ao suposto padrão de beleza ideal, como o alisamento dos cabelos (episódio 56) ou uso de muito creme para deixar o “cabelo baixo” (episódio 56).

É possível perceber um movimento de resistência a essas opressões, como o uso do cabelo do jeito que elas desejam, mesmo com as críticas, a devolutiva das opressões com agressões verbais e físicas e o comprometimento com este estudo, na participação voluntária nas oficinas, narrando e denunciando as opressões vivenciadas. De todo modo, é possível dizer que os dois movimentos trazem marcas nesses corpos-territórios e nas suas subjetividades.

Já nos primeiros episódios relatados, percebemos a operacionalidade do racismo a partir de um dos seus mecanismos que é o colorismo, que serve para dividir, desmobilizar o povo negro e dificultar o processo de identificação com o próprio grupo social, fazendo com que os mesmos apresentem dificuldade de se reconhecerem enquanto pessoas negras.

A partir das manifestações do racismo estrutural, as dinâmicas produzidas e reproduzidas, dos diversos territórios que essas adolescentes negras transitam, ecoam e interferem na forma que elas vivenciam o território escolar e lidam com as territorialidades de seus corpos. Relatos sobre autoestima, distorções sobre suas características físicas e seus cabelos, o não querer ir à escola para não ser motivos de “piadas” e “brincadeiras”, o medo da abordagem policial ou de irem ao supermercado, por perceberem que os seus traços negroides interferem no tipo de tratamento que elas terão nas instituições.

Podemos afirmar que, no caso das adolescentes negras, a maioria das vezes

essa “zoação” é um dos mecanismos do racismo e sexismo estrutural, naturalizado na escola; sob o pretexto que, adolescentes fazem “zoação” entre si.

Os episódios narrados nesta pesquisa trazem denúncias de como as adolescentes vivenciam, a partir de seus corpos-território, a interseccionalidade de raça e gênero, mapeando/cartografando as tentativas de regulação, as vulnerabilidades, exposição as violências físicas e simbólicas, sobretudo a naturalização das opressões dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo e sexismo.

É o racismo recreativo que comparece no cotidiano escolar dessas adolescentes negras. Ele cria e reafirma estereótipos sobre a categoria “mulher negra”, por conseguinte, afeta, em alguma medida, todas as dimensões de suas vidas e faz com que elas, em alguns momentos, não tenham vontade de ir à escola para não serem alvo dessas “piadas” e/ ou “brincadeiras”.

Os apelidos citados pelas adolescentes, vale ressaltar que, em sua maioria, fazendo referência a animais, distanciam-nas de uma humanidade e mostra também a importância de não universalizarmos a categoria mulher, para não invisibilizar aquelas que entrecruzam opressões, no caso desse estudo, de raça e gênero, a fim de reaver a humanidade dessas adolescentes.

Percebemos algumas dinâmicas de funcionamento do racismo institucional, um mecanismo do racismo estrutural, perante a naturalização e indiferença, quando as opressões são denunciadas. Demonstra-se os parâmetros que regulam a institucionalização das opressões interseccionais, o quais servem para manter a hegemonia da população lida como branca socialmente no poder.

Falar do processo de construção de identidades dessas adolescentes é reivindicar e ressignificar identidades que foram destituídas ao longo da História, a ponto de chegarem em casa e se questionarem se de fato a sua aparência se assemelha a de algum dos animais pelos quais elas são chamadas na “brincadeira”.

Ao falarmos de ruptura de paradigmas epistemológicos, entramos no campo de relações de poder que nos traz inquietações sobre as representações e estereótipos sobre a população negra; visões construídas historicamente em processos de classificação e hierarquização para dominação.

As opressões interseccionais se fazem presentes na escola. A ausência de comoção em relação aos corpos negros e o silenciamento são uma das práticas pedagógicas por meio do qual essas opressões se expressam. É importante

ressaltarmos a diferença entre o silêncio, o desconhecimento sobre o assunto e a invisibilidade. É necessário colocar esse silêncio dentro do contexto do mito da democracia racial e sua operacionalidade nas instituições, inclusive na escola.

É inegável reconhecer que mulheres enquadradas na categoria de análise mulher negra sofram violações físicas e psicológicas desde da sua chegada no Brasil, enquanto pessoas escravizadas, e que essas violações estão estreitamente ligadas ao seu corpo enquanto território de dominação e de subjugação. Na sociedade atual, reconfiguram-se os mecanismos, as tecnologias de dominação, a subjugação e a resistência desses corpos-territórios. Esta realidade foi evidenciada nos episódios narrados e nas falas das adolescentes.

Importante destacar que aparecem nos episódios narrados pelas adolescentes diversas outras opressões que foram pouco exploradas nesse estudo. Escolhemos as opressões mais recorrentes, mas comparecem também outras questões relacionadas às tramas interseccionais de raça e gênero, como o preterimento dessas adolescentes no campo afetivo, os lares matriarcais, a influência das redes sociais na formação dessas identidades.

Quero destacar que, após a participação das oficinas temáticas, houve uma aproximação desse grupo de adolescentes negras. Segundo relato de uma funcionária da escola, a pesquisa fez elas se tornarem “amigas”. Mesmo sem o conhecimento do conceito, penso que tal atitude pode ser uma tentativa de aquilombamento³⁴. Talvez seja uma tentativa de proteção mútua ou até de resistência contra-hegemônica.

Estive no ensino fundamental da educação básica na década de 1990 e conto na introdução nesse estudo alguns episódios desse período da minha vida. Podemos ressaltar que existem diversas semelhanças de vivências, demonstrando que em três décadas, apesar das conquistas do movimento negro, a escola, assim como a sociedade em geral, permanece hostil para os corpos negros, em particular para o corpo – território da mulher negra em todas as fases da vida.

Saliento que as oficinas me causam comoção, remetendo ao meu período escolar, assim como na coorientadora Dra. Fernanda Cristina de Paula, mulher preta que se projeta nas suas vivências escolares através da leitura dos episódios. A

³⁴ “Ato de aquilombar como estratégia de resistência e coletividade e designar experiências de organização e intervenção social protagonizadas pela população negra na atualidade,” (SOUTO, 2020, p.141).

orientadora Dra. Maria Celeste também se emociona ao ler as transcrições dos episódios. As adolescentes trazem narrativas de baixa autoestima, sofrimentos, silenciamentos, invisibilidade e violência física e simbólica; entre outras consequências das opressões interseccionais.

Em uma tentativa de socorrer essas adolescentes em seus entrecruzamentos identitários, comitadamente à finalização da escrita dessa dissertação, juntamente com o restante do Coletivo Abayomi, estamos estruturando um projeto de intervenção pedagógica sobre interseccionalidade de raça e gênero, na escola que foi campo de pesquisa. Pensamos também na proposta de formação do corpo docente sobre a temática, agregando o Coletivo Diversidade, Gênero e Negritude/ SindUTE – GV.

Por fim, como mulher negra, ativista do movimento negro, mãe de adolescente negra, professora da educação básica e pesquisadora, espero ter respondido ao compromisso da urgência de compreendermos as especificidades das opressões vivenciadas pelas adolescentes negras nas suas territorialidades e evoco todos os setores da sociedade para pensarem ações para combatermos a estrutura racista e sexista de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2020.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS. **Marcha das mulheres negras**. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-book-marcha-das-mulheres-negras/>>. Acesso em: 3 jul. de 2022.

BAIRROS, Luiza Helena “Nossos feminismos revisitados”. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2. Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 1995, pp. 458-463.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Disponível 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.324**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/12/1996.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América

Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma Bilge. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**, Ano 10, segundo semestre, 2002, p. 171-188.

DIOCESE VALADARES. **Ana Afro vive em nossos corações**. [2022?]. Disponível em: <<https://diocesevaladares.com.br/ana-afro-vive-em-nossos-coracoes/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE PAULA, Fernanda Cristina, **Resiliência encarnada do lugar** : vivência do desmonte na Linha (Brasil) e em Mourenx (França) . Campinas, SP : [s.n.], 2017. (Tese de Doutorado).

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo: feminismos plurais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006. 2. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FIDALGO, S. bell hooks: O legado da maior pensadora do feminismo do século 21. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bell-hooks-o-legado-da-maior-pensadora-do-feminismo-do-seculo-21/>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FIEMG. [2022?]. **Mais SESI**. Disponível em:<<https://www7.fiemg.com.br/sesi/mais-sesi>>. Acesso em: 07 de jul 2022.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, v.4.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, n. 6-7, p. 67-82, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n.21, p. 40-51, 2002.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Acesso em: 10 maio 2020.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando da raça. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012

GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. 26, p. 111-124, out. 2018. Disponível: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/642>>. Acesso em 30 out. 2021.

GOMES, N. L. (2021). O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista De Filosofia Aurora**, 33(59). Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>>. Acesso em 8 abr. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-3, pp.69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223- 244, 1983.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, 283p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/10/1170344-brasileiros-casam-se-mais-com-pessoas-de-mesma-etnia-e-instrucao-diz-ibge.shtml>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015: CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER. 27 jul. 2014. Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MANZI, Maya; DOS ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Rev. Brás. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 23, 202132, 2021. Disponível em <<http://old.scielo.br/pdf/rbeur/v23/2317-1529-rbeur-23-e202132.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MAWON. **Griots**: os guardiões das palavras. 2020. Disponível em: <[https://www.mawon.org/post/griots-os-guardi%C3%B5es-das-palavras#:~:text=Os%20griots%20s%C3%A3o%20contadores%20de,arokin%20\(em%20iorub%C3%A1\)%C2%B9](https://www.mawon.org/post/griots-os-guardi%C3%B5es-das-palavras#:~:text=Os%20griots%20s%C3%A3o%20contadores%20de,arokin%20(em%20iorub%C3%A1)%C2%B9)>. Acesso em: 16 de abr. de 2022.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Experiências do corpo-território**: possibilidades afrobrasileiras para a Geografia Cultural. *Élisée*, Rev. Geo. UEG – Porangatu, v.6, n.2, p.116- 128, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6621/5096>>. Acesso em 05 ago 2022.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & Educação Decolonial**: proposições afrobrasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020, 207p.

MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 232p.

NASCIMENTO, E. B.; DE PAULA, F. C.; SOUZA, M. C. R. F. Marginalização da interseccionalidade de raça e gênero na educação básica brasileira. In: XIV Colóquio Internacional 'Educação e Contemporaneidade', 2020, São Cristóvão/SE. **Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**, 2020. v. 14. p. 1-14. Disponível em:

<http://anais.educonse.com.br/2020/marginaliza%C3%A7%C3%A3o_da_interseccionalidade_de_ra%C3%A7a_e_g%C3%AAnero_na_educa%C3%A7%C3%A3.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mulheres negras agem para enfrentar o racismo na pandemia covid-19 e garantir direitos da população negra no novo normal.** Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-negras-agem-para-enfrentar-o-racismo-na-pandemia-covid-19-e-garantir-direitos-da-populacao-negra-no-novo-normal/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f.... e negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, M. **Ser negro no Brasil hoje**: Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. Folha de São Paulo, São Paulo, domingo, 07 de maio de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JORNAL DA CIÊNCIA. Nilma Lino Gomes é a vencedora do 3º Prêmio “Carolina Bori Ciência & Mulher” na área de Humanidades. **Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência**, 2022. Disponível em: <[http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/nilma-lino-gomes-e-a-vencedora-do-3o-premio-carolina-bori-ciencia-mulher-na-area-de-humanidades/#:~:text=04%2F02%2F2022-,Nilma%20Lino%20Gomes%20%C3%A9%20a%20vencedora%20do%203%C2%BA%20Pr%C3%AAmio%20%E2%80%9CCarolina,Mulher%E2%80%9D%20na%20%C3%A1rea%20de%20Humanidades&text=A%20vencedora%20na%20%C3%A1rea%20de,de%20Minas%20Gerais%20\(UFMG\)](http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/nilma-lino-gomes-e-a-vencedora-do-3o-premio-carolina-bori-ciencia-mulher-na-area-de-humanidades/#:~:text=04%2F02%2F2022-,Nilma%20Lino%20Gomes%20%C3%A9%20a%20vencedora%20do%203%C2%BA%20Pr%C3%AAmio%20%E2%80%9CCarolina,Mulher%E2%80%9D%20na%20%C3%A1rea%20de%20Humanidades&text=A%20vencedora%20na%20%C3%A1rea%20de,de%20Minas%20Gerais%20(UFMG))>. Acesso em:30 de jun. 2022.

SOUZA, M. C. R. F. de.; FONSECA, M. da C. F. R. Cenas de uma aula de matemática: território e relações de gênero na EJA. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 29, n. 3, p. 138–163, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8656407>>.

Acesso em: 1 fev. 2021.

WELLER, Vivian. Juventude e Diversidade. Articulando gênero, raça e sexualidade. In: DAYRELL, Juarez; NOGUEIRA, Maria Alice; RESENDE, José Manoel; VIEIRA, Maria Manuel (Orgs.). **Família. Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 425-444.

SCOTT, J. G. Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

SOUTO, Stéfane. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020.

APÊNDICE A – TODOS OS EPISÓDIOS

Episódio 1- Oficina de Boneca Abayomi (classificação traços negroides)

Para a escolha das participantes do estudo faço o primeiro contato com uma turma do 8º ano, e 3 turmas do 9º ano, turno matutino, acompanhada da supervisora da escola; me apresento como membra do Coletivo Abayomi; explico que vou realizar de Boneca Abayomi, já feita por mim e pelo Coletivo que participo desde de ano 2015 em diversos espaços, mas principalmente em escolas da cidade e região. Convido “as meninas, preferencialmente negras; (Registro de Campo) para participarem de uma oficina que seria realizada na biblioteca, após o intervalo de recreio. Explico que “estou dando preferência para as meninas negras porque a oficina trata de questões raciais” (Registro de Campo).

Refletindo sobre essa abordagem, observo que a opção de falar para toda a sala sobre o “preferencialmente negras”, causou incômodos. Por exemplo, uma estudante negra, “escorregou da cadeira, como se estivesse desejando se esconder daquele assunto” (Registro de Campo) e talvez fosse interessante fazer uma abordagem individual via documentação escolar na qual se declarassem negras. Registro essa reflexão para enfatizar dilemas de pesquisa que abordam a temática racial.

Episódio 2 - Oficina de Boneca Abayomi (classificação colorismo)

Fico aguardando as estudantes na biblioteca para o início da oficina e observando algumas conversas. Ouço conversas sobre a cor da pele e quem seria ou não negras. Elas começam a ocupar as mesas redondas da biblioteca e continuam falando baixinho sobre quem é negra ou não na escola, na sala delas. Em um determinado momento, duas delas colocam os braços próximos para conferirem a tonalidade da pele como que se quisessem usar o tom de pele de uma como parâmetro para afirmar ou não a negritude da outra. (Registro de Campo)

Episódio 3 - Oficina de Boneca Abayomi (classificação colorismo)

Nesse momento, uma outra estudante pede para conversar comigo na porta, no lado de fora da biblioteca. Ao chegar lá, a adolescente relata que gostaria de participar da oficina de boneca, mas ela não era negra, apenas moreninha.

Episódio 4 - Oficina de Boneca Abayomi (classificação preterimento)

Volto para dentro da biblioteca, me apresento novamente e inicio a oficina. No primeiro momento explico o significado da palavra Abayomi, assim como as duas versões sobre a origem da boneca. Começo a distribuir retalhos de tecidos pretos e coloridos e tesouras para começarmos a confecção da boneca. Pergunto qual delas já tiveram bonecas negras e nenhuma dela tiveram; entre as justificativas anotadas no registro de campo foram “são raras e caras”, “os fabricantes de bonecas são todos brancos”, “as pessoas não gostam de gente negra, imagina de boneca”.

Episódio 5 - Oficina de Boneca Abayomi (classificação traços negroides)

Durante a oficina parece frases como: “acham a gente feios, por isso não fazem bonecas com nossa aparência.” “mulheres negras sempre foram fortes mesmo”. “achei legal fazer a boneca, mas achei estranho ela ser toda preta e não ter boca e nem nariz”

Episódio 6 - Oficina de Boneca Abayomi (classificação colorismo)

Mais uma vez surge o assunto sobre ser ou não negra para participar das oficinas temáticas. Interfiro nesse momento e digo que entre as presentes todas poderiam participar, mesmo as de tons de pele mais claros e que em uma das oficinas eu abordaria o tema com mais detalhes.

Episódio 7 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar (classificação traços negroides)

Estudantes presentes: Luiza, Eliane, Jaqueline, Jade, Maria Beatriz, Bianca, Paxina, Yohana e Patrícia.

Pesquisadora: - Primeira escola que estudei no SESI, que era uma escola particular que também ficava no bairro São Paulo. A primeira situação de racismo que vivi foi com seis anos. Todos os estudantes estavam no pátio da escola para o ensaio de festa junina. As outras crianças foram se organizando em pares e eu fui a única que não conseguir um par, mesmo após a professora começar a intervir dizendo: vamos gente, quem vai dançar com a Érika? Quem vai dançar com a Érika? Eu ficava quietinha, quase que rezando para que esse momento acabasse, porque era muito constrangedor. Um dos meninos teve a coragem de dizer que possivelmente os outros estavam pensando: Eu não vou dançar com ela porque ela tem o cabelo de “bombрил”.

Eu olhava para aquele menino sem acreditar direito no que eu estava ouvindo até começar a chorar. A professora me levou na sala me acalmou e eu continuei na sala e a professora voltou para o pátio. Penso que ela obrigou um menino a dançar comigo, pois minutos depois ela vai me buscar na sala dizendo que encontrou alguém que quisesse dançar comigo. Cheguei em casa, e disse para a minha mãe que queria alisar o cabelo para ir bem bonita para a festa junina. No dia seguinte inventei uma doença e não fui à escola. Minha mãe era recém-formada cabeleireira e sabendo de todas as violências que ela e minhas irmãs mais velhas sofreram por causa do cabelo; ela compra um produto a base de soda caustica para fazer o alisamento do meu cabelo. Cheguei na escola no dia seguinte ao alisamento com a cabeça ferida, mas com o cabelo alisado, pois na minha cabeça o meu cabelo alisado iria impedir de ser tratada como eu fui tratada no dia do primeiro ensaio da festa junina.

Quando eu narro sobre a festa junina, contando sobre o meu primeiro alisamento, as estudantes ouvem com os olhos atentos, balançando a cabeça em concordância e algumas com os olhos cheios de lágrimas.

Observação de campo: Exibição do vídeo: “Sobre Dona Diva”.

Silêncio³⁵

Episódio 8 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: - Me contem um pouco sobre vocês e sobre a trajetória escolar.

Luiza: - Moro no bairro Santa Helena. Quando eu era mais nova, estudava em uma creche no bairro São Paulo. Eu morava lá. Uma menina branca me disse que era muito feia porque eu era preta. Até hoje quando eu lembro disso fico com vontade de chorar.

Silêncio

Episódio 9 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar (classificação traços negroides)

Eliane: - Moro com minhas tias e meus irmãos. Meu pai ficou lá para trabalhar e mandar dinheiro pra gente. Desde que cheguei em Governador Valadares eu moro no Santa Helena. Eu não me lembro bem a primeira vez que eu que eu...que teve racismo comigo. Mas já falaram muita coisa... tem meu corpo. Cabelo, cor. Várias coisas. Autoestima a gente não tem muita né!?!

³⁵ Quando acontece a quebra na sequência das falas, por um silêncio significativo classifico como fim do episódio.

Silêncio

Episódio 10 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação outros territórios)

Jaqueline: - Lembrei de uma história interessante que aconteceu aqui em Governador Valadares. Sobre um gerente da uma loja no shopping. Que eu acho que eu não sei se foi nesse senhor ou uma senhora.

Luiza e Eliane: foi um casal.

Jaqueline: - Então o casal de idosos disse para o gerente negro que ele não tinha capacidade de ser gerente daquela loja.

Silêncio

Episódio 11- Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação colorismo)

Jaqueline: - Lembrei também da escrava Isaura que é uma escrava branca.

Pesquisadora: Vamos conversar sobre isso quando estivermos falando de colorismo, o termo que eu disse para vocês que vou trazer um vídeo explicativo e depois quero ouvi-las sobre o que acham.

Silêncio

Episódio 12 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação racismo institucional)

Jade: — Fessora, a gente tenta falar, a gente tem muita coisa para falar, mas a gente fica travada, não sei porquê.

Pesquisadora: - Não se preocupem, vocês podem falar quando se sentirem mais à vontade para falar, sei que é um assunto delicado para vocês, como é para mim também. Traz memórias, muitas vezes dolorosas, vamos conversando e as falas serão no tempo de vocês.

Silêncio

Episódio 13 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação parão de beleza)

Jaqueline: — Voltando ao assunto daquele dia sobre bonecas, a gente nunca acha boneca negra né!?! Todas bonecas que já tive eram loiras e do cabelo liso.

Silêncio

Episódio 14 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — Vocês têm alguma dúvida? Querem falar mais alguma coisa? Vocês

permaneceram a maior parte do tempo caladinhas, quietinhas.

Patrícia: — A gente fica viajando e lembrando de algumas coisas.

Observação de campo: Algumas nas meninas, riem e concordam com a cabeça.

Maria Beatriz: — A gente está gostando, só que é difícil falar.

Observação de campo: Antes de intervir eu sempre fico aguardando por algum tempo se alguma das estudantes falarão. Elas olham uma para as outras, tenho a sensação que elas estão dizendo uma para a outra, fala você, e a outra devolve o olhar dizendo melhor você falar e permanecem quase em um pacto de silêncio. Elas se conhecem, mas são em maioria de salas deferentes, não eram próximas e ainda assim se comunicam, através desse pacto de silêncio. Além disso essa é nosso segundo contato, embora eu seja uma mulher negra, talvez ainda não inspire confiança suficiente para que elas falem.

Silêncio

Episódio 15 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação traços negroides)

Pesquisadora: — E como é que a sua relação com essa escola? Você gosta de estudar aqui? você não gosta? Você percebe que em alguns momentos as pessoas te tratam de forma diferente?

Eliane: — Olha. No início foi bem difícil. Eu tinha muita dificuldade de me adaptar a escola, tal...nenhuma professora via a minha dificuldade. Então foi bem difícil no início. Eu também já ouvi várias piadinhas de coisas sobre cor, corpo e sobre o cabelo. Mas hoje, já nem tanto, hoje em dia eu sinto que com os meus colegas já entendem mais, pelo menos os da minha sala né. Eles já não, não, ficam criticando. É mais tranquilo. Melhorou.

Silêncio

Episódio 16 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação colorismo)

Pesquisadora: - Você tem a pele clara, acha que as pessoas te vêem como negra? Como é as características das pessoas da sua família?

Bianca: - Não sei, mas eu sou negra. Minha avó, meu pai, meu avô são negros de pele escura.

Pesquisadora: - Você já vivenciou alguma situação de racismo, discriminação ou preconceito?

Bianca: - Não.

Observação de campo: A estudante não tem muito traços negroides, mas se autodeclara parda por ser criada pela avó negra e o pai ser negro também. Socialmente ela não é lida como negra na maioria dos lugares, entretanto o critério da pesquisa é a autodeclaração e por isso ela participou do grupo focal e durante todo encontro ela reafirma que é negra. mesmo com os questionamentos das colegas.

Silêncio

Episódio 17 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação racismo recreativo)

Paxina: — Eu sou a Paxina, sou adotada pela minha tia, eu moro com a minha tia, porque minha mãe mora em Portugal e não teve condições de me criar, meu pai já morreu, eu tenho 4 irmãs. Duas da parte da minha tia e duas da parte da minha mãe. Da parte da minha mãe eu sou a mais nova, sobre o racismo, todo dia na minha sala é o tempo todo um tipo de brincadeira diferente sobre isso. Onde eu vou tem um olhar torto sobre mim, e é isso.

Silêncio

Episódio 18 - Oficina: Quem Sou? Trajetória escolar. (classificação colorismo)

Yohana: - Meu nome é Yohana, tenho dois irmãos, são mais novos e eles moram com minha mãe. Eu não moro com minha mãe porque ela me teve muito nova, na época ela desentendeu com a minha vó e saiu de casa, ai eu fiquei com minha vó que depois me adotou no papel. Eu moro no Santa Helena. Minha bisavó tinha a pele bem escura, mas morreu ano passado, não, ano retrasado, minha avó tem a pele um pouco escura e eu tenho a pele mais clara.

Silêncio

Episódio 19 – Oficina: Colorismo. (classificação racismo recreativo)

Estudantes presentes: Bia, Maria Beatriz, Júlia, Bianca, Paxina, Valentina, Eliane. (7 estudantes)

Pesquisadora: - Bia, quer falar um pouquinho? A mais caladinha até agora.

Bia: — Sou a mais nova de nove irmãos. Sou tia de três sobrinhos. Tenho um irmão [...], outro em Londres. Eu nasci aqui mesmo e sobre o racismo, acontece o tempo todo, ainda mais na minha sala. Cada hora é um apelido diferente.

Silêncio

Episódio 20 - Oficina: Colorismo. (classificação outros territórios)

Pesquisadora: — Vou fazer uma pergunta, mas caso não se sinta confortável para responder não precisa responder, qual o motivo que levou seu irmão [...]?

Pesquisadora: — Não precisa responder se não quiser, quem é a próxima?

Bia: — Eu quero responder. Ele teve um desentendimento com um amigo.

Silêncio**Episódio 21 - Oficina: Colorismo.** (classificação outros territórios)

Maria Beatriz: — Meu nome é Maria Beatriz, tenho quatro irmãos, dois por parte de pai e dois por parte de mãe, minha mãe já faleceu. Meus irmãos por parte de mãe são muito mais velhos. Os irmãos por parte de pai são mais novos. Eu nasci aqui em Valadares, mas com 4 anos fui morar em Ipatinga, por causa de umas “tretinhas” e em 2020 eu voltei pra cá. Sobre o racismo, principalmente Igreja. Na Igreja as pessoas ficam te olhando de um jeito...não sei como posso explicar, mas a gente sabe que é racismo.

Pesquisadora: — Na verdade, dependendo da forma que as pessoas nos olham a gente percebe quais a intenção daquela pessoa. Se é raiva, admiração ou crítica por exemplo.

Maria Beatriz: — Esses olhares são terríveis.

Silêncio**Episódio 22 - Oficina: Colorismo.** (classificação racismo institucional)

Júlia: — Meu nome é Júlia, tenho três por parte de mãe, um mais velho tem 22 anos, outro 19, outro 17 e eu tenho 15 anos. O mais velho não mora comigo. Meu pai também não mora comigo, mora lá no Penha. Eu moro no Santa Efigênia. Sobre o racismo eu já sofri uma vez com uma professora. Ela foi racista comigo e eu respondi e levei ocorrência e não aconteceu nada com ela. É isso.

Silêncio**Episódio 23 - Oficina: Colorismo.** (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — A Bia me disse que sofre racismo principalmente na sala dela. Você pensa que isso interfere no seu rendimento escolar, na sua vontade de vir para a

escola?

Bia: Eu não ligo mais. Incomoda, mas eu não ligo, não estou nem aí para essas pessoas.

Silêncio

Episódio 24 - Oficina: Colorismo. (classificação preterimento)

Bia: — Eu penso assim, se a gente tiver em uma festa, se tiver várias meninas brancas, se eles puderem ficar com as meninas brancas eles irão ficar, caso as meninas brancas não quiserem ficar com eles, aí eles tentam ficar com a gente. Se eles puderem ficar com a branca, lógico que irão ficar com as brancas.

Silêncio

Episódio 25 - Oficina: Colorismo. (classificação outros territórios)

Pesquisadora: — Como rola esse tipo de coisa nas redes sociais. Ficamos durante um tempo de pandemia, muito conectados nas redes sociais, rolou esse lance de curtir fotos do crush, ou algum tipo de agressão?

Eliane: — Esse lance de curtir foto pra mostrar que tá afim rolou mesmo, mas agressão ou xingamento, não rola. Fica registrado, as pessoas tem medo de serem canceladas. Sabe que se aprontar na rede da ruim.

Silêncio

Episódio 26 - Oficina: Colorismo. (classificação outros territórios)

Pesquisadora: — Escola e pandemia. Como foi isso para vocês?

Paxina: Foi difícil para muita gente. Eu mesmo perdi minha avó.

Valentina: — Eu também conhecia várias pessoas que morreram.

Silêncio

Episódio 27 - Oficina: Colorismo. (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — E a escola?

Valentina: — O bom que todo mundo passou.

(risos)

Silêncio

Episódio 28 - Oficina: Colorismo. (classificação colorismo)

Pesquisadora: — Vou passar agora o vídeo explicativo sobre Colorismo. Para que vocês entendem um pouco melhor sobre as questões de tons de pele diferentes. São menos de seis minutos. O colorismo é usado para dividir nos negros entre pele clara e pele escura. No colorismo a pessoa é classificada pelo grau de negritude, o que quer dizer que, ela pode se passar por branca em algumas situações. Os traços físicos mais próximos do padrão branco são mais aceitos pela sociedade para tentar do racismo ainda vigente no país. Isso acaba virando rivalidade entre as pessoas negras de pele clara e as de pele escura. O sentimento de injustiça que pode intensificar a falsa ideia de que as pessoas de pele clara não seriam negras, porquê têm acesso a muitas oportunidades.

Observação de campo: Foi passado o vídeo sobre o Colorismo. Todas bem atentas, exceto a Bia que passou a maior parte do tempo mexendo no celular. Mesmo mudando dos encontros da biblioteca para a sala ociosa, permanece bastante barulho externamente. Mas nessa sala eu percebo que as estudantes ficam menos inibidas de falarem. A porta fica o tempo inteiro fechada com uma cadeira atrás da porta que as próprias adolescentes colocaram para ouvirem o barulho da cadeira arrastando caso alguém tente entrar na sala.

Bianca: — Esse colorismo é para confundir a gente pra saber quem é ou não negro.

Silêncio

Episódio 29 - Oficina: Colorismo. (classificação racismo recreativo)

Eliane: — Posso contar uma coisa que aconteceu rapidinho?

Pesquisadora: — Pode.

Eliane: — Eu estava em uma festa, aí um amigo meu branco chegou perto de mim e mostrou uma foto de um cara negro com vitiligo.

Pesquisadora: — Todas sabem o que é vitiligo? É uma doença que a pessoa vai perdendo a coloração da pele e ficando com manchas brancas pelo corpo.

Eliane: — Sim. Aí esse amigo mostrou a figurinha com o cara negro com vitiligo que dizia que o crime estava diminuindo porque o rapaz negro estava ficando branca. Ele me mostrou essa figurinha achando a maior graça e eu fiquei rindo toda sem graça, homem branco né professora, por isso ele teve coragem de mostrar isso pra mim. Nossa! Eu fiquei muito sem graça e ele riu muito.

Silêncio**Episódio 30 - Oficina: Colorismo.** (classificação traços negroides)

Bia: — Estava eu, minha amiga e um amigo dela. Passou um cabeleireiro conhecido e me disse para eu ir no salão dele para ele dar um jeitinho no meu cabelo. Mas ele não disse isso da minha amiga que tem o cabelo de progressiva. Eu não entendi no começo, mas de pois eu percebi que ele disse aquilo porque uso meu cabelo natural. Mas eu nem ligo. Eu sempre deixo pra lá mesmo. Eu uso o meu cabelo do jeito que eu quiser e não tenho que agradar ninguém.

Silêncio**Episódio 31 - Oficina: Colorismo.** (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: — Querem encaixar a gente em um padrão de beleza europeu. O que é uma mulher bonita para nossa sociedade gente?

Maria Beatriz: — Loira, peitão.

Eliane: — Magra, alta.

Pesquisadora: — A maioria das mulheres brasileiras tem essas características? .

Maria Beatriz: Não mesmo. (risos)

Luiza: — Pode ser os olhos azuis ou castanho, só não pode ter os olhos pretos (risos)

Júlia: — Todos os homens do Brasil têm que ir para Sul procurar essas mulheres.

Será que essas mulheres irão querer eles também?

Silêncio**Episódio 32 - Oficina: Colorismo.** (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: — Paxina está com o cabelo tão lindo hoje, fez baby hair. Como você olha no espelho você ver essa Rebeca bonita e estilosa que eu estou vendo?

Paxina: — Tanto faz, eu não ligo para o que as pessoas pensam sobre mim. As vezes eu me acho bonita, mas na maioria das vezes eu me acho feia. E também as mulheres brancas envelhecem mais rápido.

Silêncio**Episódio 33 - Oficina: Colorismo.** (classificação recreativo)

Pesquisadora: — Tem algum dia que vocês ficam desanimadas de levar para vierem à escola? Por que? Preguiça não vale. (risos)

Observação de campo: Paxina começa a rir e fala:

Paxina: — Na sala um dos meus apelidos é frangão queimado, porque eu sou magra e preta. Sei que é engraçado, mas querendo ou não afeta a autoestima e tem dia que não quero tá aqui para não ser xingada, eu acho engraçado, mas no fundo eu não gosto dessas brincadeiras.

Pesquisadora: — Não é simplesmente uma brincadeira né!?! A gente fica constrangida até de não gostar do que eles chamam de brincadeira.

Paxina: — Sim. É isso.

Silêncio

Episódio 34 – Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação padrão de beleza)

Estudantes presentes: Bia, Maria Beatriz, Eliane, Luiza, Júlia, Paxina, Jaqueline, Jade, Bianca. (9 estudantes)

Bia: — A gente tenta não ligar, mas no fundo dói muito.

Pesquisadora: — Gente, cadê aquela menina do nono ano que fez o BC (big corte) estava tão empolgada no dia da oficina de boneca.

Jaqueline: — Flávia. Ela quase não está vindo a aula, acho que é por causa do cabelo, depois que ela cortou curtinho os meninos ficam rindo dela, deve estar esperando crescer um pouquinho para voltar na escola.

Silêncio

Episódio 35 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Pesquisadora: — Quem são as pessoas que mais fazem esse tipo de brincadeira com você Paxina? Meninos, meninas, brancos, negros?

Paxina: — São na maioria meninos brancos, mas os meninos negros também fazem isso.

Silêncio

Episódio 36 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação traços negroides)

Pesquisadora: — Vamos brincar de emoji (risos). Acordam de amanhã para arrumar e vir para a escola, como se sentem, triste, alegre, com medo, feia, bonita. Eu vou começar e depois vocês. Eu tenho muitas recordações boas em relação a escola, mas com certeza as mais marcantes são as recordações ruins, infelizmente. Tenho muitas

recordações dolorosas em relação a escola. Muitas relacionadas ao meu cabelo. É vocês?

Pesquisadora: — Vamos começar pela Eliane?

Eliane: — Eu não me sinto rejeitada não. Hoje eu me sinto acolhida aqui. É um lugar que eu acho bom. Eu gosto daqui. Mas ainda tem questões, tipo assim, por causa do meu corpo, meu cabelo ou a própria cor que me incomoda. Coisas que falam em sala que me faz sentir...não é rejeitada, mas me incomoda muito.

Silêncio

Episódio 37 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: — Lembra de alguma situação para você usar como exemplo, só para eu entender melhor?

Eliane: — Não lembro.

Pesquisadora: Alguma piada, brincadeira, comentário...

Eliane: — Um amigo meu falou do cabelo de duas amigas minhas específicas e do meu não. Como se só os delas fossem bonito e o meu não.

Pesquisadora: Então foi o não falar nada sobre o seu cabelo que incomodou né!?!

Eliane: — Sim.

Silêncio

Episódio 38 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Pesquisadora: — Júlia, me fale um pouquinho desses sentimentos em relação a escola. Quais os sentimentos você tem em relação a escola? Sei que esses sentimentos mudam de acordo com um monte de coisa, mas no geral, como é isso?

Júlia: — Acordar cedo já num é bom, e chega aqui o povo fica fazendo piada da sua cara, ainda a gente fica desanimada de ficar vindo todo dia.

Pesquisadora: — Lembra de algum exemplo que possa dar?

Júlia: — Não. As coisas que eles falam eu nem ligo mais. Eles ficam falando do meu corpo porque eu sou muito magra.

Pesquisadora: — No caso da Júlia, ela é motivo de piada porque é considerada muito magra e no caso da Eliane é motivo de piada porque é considerada muito gorda. É isso?

Eliane: — É isso. (risos)

Júlia: — Sobre a minha pele, se tiver falado, como já falaram mesmo, eu não ligo, eu

não importo mais.

Pesquisadora: — Fiquei confusa, já falaram? Falam coisas sobre sua cor da sua pele?

Júlia: — Sim, mas eu realmente não me importo.

Silêncio

Episódio 39 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — E você Luiza? Qual o sentimento em relação a escola?

Luiza: — Acordo com muita preguiça. (risos) Ontem eu nem vi porque por causa da preguiça.

Pesquisadora: — Além da preguiça, tem outras coisas que te faz não querer ir à escola?

Luiza: — Tipo assim, quando eu era pequena eu ligava muito com que os outros falava, hoje eu não ligo pra mais nada. Hoje não ligo quando acontece essas coisas na escola.

Pesquisadora: — Mesmo você não ligando, você acha que acontece algo com você que não seja legal aqui na escola está relacionado ao racismo, machismo?

Luiza: — Tipo, já aconteceu várias situações, mas realmente eu não me importo.

Silêncio

Episódio 40 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Jaqueline: — Acontece muito aqui na escola de quando a gente vai apresentar trabalho para a escola toda, principalmente se a gente, tiver falando eles não prestam atenção e ficam zoando.

Jade: — Nossa! O dia que deve o negócio de homenagem as mulheres aqui, lembra?

Jaqueline: — Todas as salas fizeram trabalho, e os meninos ficaram zoando, não dão ligança...

Pesquisadora: — Vocês acham que isso aconteceu porque?

Bianca: — Uai pelo fato de a gente ser mulher.

Pesquisadora: — Lembra de um fato específico?

Jaqueline: — Quando as meninas estavam lendo o trabalho, explicando, ao redor de mim todos os meninos ficavam fazendo piada e rindo.

Silêncio

Episódio 41 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Eliane: — Eu ouvir uma ontem. Não domingo. Estava na Igreja e ajudando na limpeza da cozinha da igreja e um menino passou rindo e disse pra mim: isso mesmo, lugar de mulher é na cozinha.

Pesquisadora: — Quando vocês ouvem isso? O que vocês pensam sobre isso?

Bia: — Eu xingo, tô nem aí.

Júlia e Luiza: — Raiva (risos)

Observação de campo: As demais estudantes concordam com a cabeça que também sentem raiva.

Silêncio

Episódio 42 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Pesquisadora: — E você Paxina?

Paxina: — Como as meninas já falaram além da preguiça de acordar cedo, e não dar vontade de vir, pois tem piadas sobre a minha cor de pele e o fato de ser magra. Já quis até mudar de escola, mas eu sei que em qualquer escola que eu for vai acontecer a mesma coisa.

Silêncio

Episódio 43 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação padrão de beleza)

Jaqueline: — Tem uma menina na minha sala, não é negra, mas é baixinha, ela sofria muito aqui e pediu o pai para ir estudar na Escola Central, depois quis voltar, porque lá ela sofreu mais do que ela sofria aqui.

Silêncio

Episódio 44 - Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo recreativo)

Pesquisadora: — Bia, quando você acorda para arrumar e vir para escola, qual o seu sentimento?

Bia: — Raiva. Só de imaginar que vou chegar aqui, os meninos ficarão mexendo comigo, me chamando de preta, me bater, nossa fico sem paciência.

Pesquisadora: — Você já sofreu agressão física na escola?

Bia: — Bater de verdade não, mas quando eles estão brincando, eles me batem.

Pesquisadora: — Isso afeta sua relação com a escola e com você mesma?

Bia: — Ah. Dói um pouco, mas nem tanto.

Silêncio

Episódio 45 – Oficina: Escola e Racismo Institucional (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — Como a escola age em relação a essas coisas que estão me contando?

Jaqueline: — Não estou falando por mim, eu já vi acontecer com outras pessoas, mas normalmente eles brigam com a pessoa assim na hora e depois fingem que nada aconteceu.

Paxina: — Lá na sala, quando os meninos estão mexendo comigo, a maioria dos professores fingem não escutar. Nem Ligam.

Jade: — E ainda colocam a culpa na gente, dizem que acontecem porque a gente está dando confiança. A culpa é sempre da gente.

Bia: — Igual uma vez comigo. Um menino estava mexendo comigo, quando eu não aguentei mais, meti a mão na cara dele, aí quem saiu como errada foi eu.

Jade: — Eu lembro, foi na aula de Geografia.

Bia: — Foi outra vez, mas teve essa vez aí na aula de Geografia também.

Júlia: — É sempre assim, a gente que é errada, a professora viu o que ele estava falando comigo, viu que ele estava sendo racista e não fez nada, quando eu partir pra cima dela, eu fiquei com errada.

Silêncio**Episódio 46 – Oficina: Escola e Racismo Institucional** (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — É importante intervir nessas situações antes que vocês cheguem no limite e partam para a agressão.

Bia: — Às vezes, mandam para a sala da Luma, ficam aqui um pouquinho e depois sobem como se nada aconteceu. No máximo uma ocorrência que não vale nada.

Jade: — Por isso eles continuam fazendo. Vai mudar o quê? Vai mudar nada.

Jaqueline: — Mais o turno da tarde tem muito, muito isso, chama de preto, macaco.

Bia: — Uma das vezes que eu contei para a Luma, eu nem bati nele e contei para ela, ele desceu pra sala dela, ficou uns 20 minutos aqui e depois voltou e continuou do mesmo jeito.

Silêncio**Episódio 47 – Oficina: Escola e Racismo Institucional** (classificação colorismo)

Jaqueline: — Ô professora, um aluno daqui da escola foi expulso.

Pesquisadora: — Por que?

Jaqueline: — Agressão. Ele bateu em uma menina.

Eliane: — Quem?

Júlia: — Aquele menino que bateu naquela menina que está se metendo no namoro dele. Ela não tinha nada a ver com isso, por isso ele bateu nela. Ele tinha uma namorada aqui, ela se meteu na relação e ele bateu nela.

Eliane: — Que não justifica né!?!

Júlia: — Eu sei que não justifica, mas ela também não tinha que se meter na relação dele.

Luiza: — Ele bateu na namorada dele também.

Jaqueline: — Eu só sei de uma parte.

Júlia: — Ele estava brigando com a namorada dele, a outra se meteu e ele bateu na menina que se meteu uai.

Paxina: — Ele estava discutindo e a outra chegou provocando-o.

Júlia: — A menina também foi punida.

Patrícia: — Ela era uma menina negra. O mais estranho foi que o menino era branco e foi um dia depois de comemoração do dia das mulheres.

Jaqueline: — Ele não era também branco assim.

Eliane: — Ficamos preparando a comemoração, fizemos apresentação e um dia depois acontece isso.

Pesquisadora: — Se fosse uma menina branca que tivesse intrometido na briga dele com a namorada, ele teria batido nela?

Eliane: — Eu acho que não.

Bianca: — Eu acho que sim, na hora do nervosismo eles não olham isso não.

Júlia: — Tinha batido do mesmo jeito, ela foi muito intrometida.

Luiza: — Eu não sei.

Jade: — Batia sim, ela chegou provocando.

Silêncio

Episódio 48 – Oficina: Racismo Recreativo (classificação violência policial)

Estudantes presentes: Jaqueline, Eliane, Júlia, Luiza, Paxina, Patrícia, Bianca, Jade, Yohana, Bia. (10 estudantes)

Pesquisadora: — Vocês não acham que na maioria das vezes as pessoas reagem de forma mais agressiva com as pessoas negras?

Júlia: — Ô professora, eu já vi isso acontecer demais.

Luiza: — Policia gosta de parar o negro.

Bianca: — Igual eu vi no twitter. Eu não sei se esse policial está afastado ou não. O policial prendeu dois caras que eram usuário de droga mesmo. Aí ele deduziu da cabeça dele que o cara branco era só usuário mesmo e o cara negro era o dono da droga. E depois descobriu que era o contrário.

Silêncio

Episódio 49 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação outros territórios)

Pesquisadora: — Esse racismo que sempre acha que somos os bandidos, os malvados. Minha filha foi acusada de roubo aos três anos. A toalha da colega sumiu, na verdade ela esqueceu na área da piscina da escola, quando chegou na sala e não encontrou a toalha na bolsa, disse que a minha filha tinha roubado, porque era a única negra da sala.

Júlia: — Eu estava no supermercado X com minha irmã e a gente estava andando e do nada o segurança começou a seguir a gente.

Pesquisadora: — Eu tenho 42 anos e se meu celular tocar e dependendo da loja que eu estou e o celular estiver no fundo da bolsa eu tenho medo de mexer na bolsa para atender e acharem que eu estou com intenção de roubar.

Jaqueline: — Eu já vi isso acontecer. Uma mulher postou no instagram dela que ela estava cansada de ir no supermercado X e os seguranças ficarem atrás dela só porque ela é negra.

Jade: — Já aconteceu isso com a minha mãe. Nas lojas Baguarienses. Ela entrou no provador. E para entrar no provador você precisa contar as peças para entrar. Depois a mulher ficou falando que não sabia se tinha contado direito, que achava que estava faltando alguma peça, ficou fingindo que estava procurando só para testar a minha mãe.

Eliane: — No supermercado X os seguranças já seguiram meu primo também.

Yohana: — Teve uma mulher negra que entrou em uma loja cara só porque tinha uma amiga que trabalhava lá, mas a amiga não estava, a outra vendedora tratou essa mulher negra muito mal, depois a amiga que era vendedora chegou e essa mulher gastou um dinheirão na loja.

Paxina: — Vocês conhecem a Loja Zuzu Aqui de Valadares? Eu fui lá uma vez. Eu fui escolher um vestido para o casamento, mas nem comprei, pois as vendedoras, todas

brancas, ficou tão feio e com tanta má vontade que eu e minha mãe desistimos de comprar.

Episódio 50- Oficina: Racismo Recreativo (classificação: violência policial)

Yohana: — Eu estava no instagram e uma pessoa que tem muitos seguidores, mora em Belo Horizonte, ele até fazem vídeos engraçados. Ele é negro e muito alto. Ele estava no uber indo para academia. Ele passou em um lugar, ele já até morou nesse lugar e ele estava com fone de ouvido. Ele demorou a perceber que tinha alguém gritando e era com ele. O policial estava gritando para ele abrir a porta. No inicio ele não deu ligança porque estava com o fone. Depois ele teve muito medo de ficar dentro do Uber ou de sair e fazer algum movimento e eles atirarem nele por causa da cor dele.

Silêncio

Episódio 51 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação violência policial)

Pesquisadora: — A gente sempre fica com medo.

Bia: — Pois eu não tenho medo não.

Yohana: — Mas eles estavam com a arma na cara dele mesmo. E ele nunca tinha passado por isso.

Júlia: — Eu também não tenho medo não. Nem um pouquinho. Tipo assim, se a polícia me abordar com violência, eu denuncio eles depois. Só isso.

Eliane: — Eu morro de medo. Muitas as vezes a gente tá certa e ainda assim eles batem ou prende a gente.

Júlia: — Por isso você precisa enfrentar

Bia: — Para que ter medo? Eu tento provar que estou certa uai.

Eliane: — Se colocarem algo na minha mochila? Como provar que não é meu?

Jade: — A gente tem que enfrentar e provar que a gente tá certa.

Paxina: — Uma amiga estava em uma festa e colocaram droga na bolsa dela e ela foi presa, ainda bem que ela tinha 17 anos na época.

Luiza: — Um amigo, tem pouco tempo isso, ele trabalhava como entregador, ele estava com o último lanche e colocaram maconha na bolsa dele e fizeram ele assinar um papel como usuário de droga e agora pra trabalhar em uma firma fica mais difícil.

Bianca: — Já fizeram isso com meu irmão também. direto eles fazem isso.

Bia: — Tenho um irmão que não está mais na cidade, mas a polícia dava geral nele

direto e ele enfrentava. Ele nunca mexeu com nada de errado, mas ele enfrentava, tinha medo, não aceitava a polícia tratar ele de qualquer jeito.

Silêncio

Episódio 52 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação violência policial)

Bianca: — Quero contar uma coisa, mas não aconteceu na escola.

Pesquisadora: — Tudo bem. Pode contar.

Bianca: — Aconteceu na porta da minha casa. Eu nunca nem contei isso para ninguém. Tinha uma mulher que ninguém queria que ela frequentasse a nossa casa, pois tinha ela ficava perturbando a minha vó, fazendo coisa errada dentro de casa e, tipo, não tinha nem um mês que meu vô tinha morrido. E minha vó já estava mal com isso. Aí minha família perdeu a paciência e disse que não queria ela lá. Aí ela surtou e foi contar para a mãe dela, a irmã dela, uma mulher já adulta. Que nem sabe resolver as coisas próprias dela. Depois foi lá na porta de casa; minha irmã tem a pele escura; xingou a minha irmã toda, de coisas que eu nem vou falar aqui, xingou minha mãe, minha prima, xingou todo mundo lá de casa e aí depois a gente chamou a polícia para ela e não deu em nada. A polícia falou assim: é tal pessoa? Acho que a polícia já conhecia ela. Ai “passou pano” pra ela e disse que a gente tinha que resolver entre a gente. Nem fez a ocorrência de racismo.

Pesquisadora: — Isso nós chamamos de racismo estrutural, as instituições como a escola ou a polícia não dar a devida importância aos crimes de racismo e injúria racial. A gente fica cansada de ver as pessoas “passando pano”, usando sua para o racismo. Observação de campo: Nesse momento a Débora perde a calma da voz e diz com muita firmeza, gesticulando os braços.

Silêncio

Episódio 53 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação outros territórios)

Eliane: — Eu estou muito cansada, cansada. De ter que me explicar, de ter que andar no supermercado **X** igual um boneco com medo de colocar a mão nas coisas e eles acharem que a gente está roupano. Cansada de não poder colocar a mão no bolso em alguns lugares. A gente não pode entrar em uma loja que as pessoas olham e já pensa que a gente é ladrão. Entendeu!?! Estou cansada disso.

Patricia: — As pessoas ficam julgando a gente o tempo inteiro.

Jade: — Só por causa da nossa cor.

Silêncio

Episódio 54 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — Vocês acreditam que isso possa mudar? Na escola e na sociedade de uma forma geral?

Jaqueline: — Acho que isso nunca vai acabar, mas depende das pessoas uai.

Jade: — Precisamos de muita lei pra isso.

Eliane: — Mas eu acho que já tem

Júlia: — Muitas leis na escola também.

Paxina: — Os professores e os diretores tinham que importar com isso. Não adianta a gente reclamar e eles nem ligar pra isso. Eles fingem que isso não existe. Tinha que começar da parte deles também.

Luiza: — Não adianta os alunos quer acabar com isso se eles não estão nem ai.

Silêncio

Episódio 55 - Oficina: Racismo Recreativo (classificação padrão de beleza)

Jaqueline: — Estava todo mundo falando muito e agora todo mundo fez silêncio. (risos) Na sala, os meninos falam que sou gorda. Ficam me chamando de gorda, mas tipo assim, eu nem dou moral não.

Jade: — No meu caso, não só na sala, mas em outros lugares as pessoas ficam falando que eu estou acima do peso. Minha própria família fica criticando falando que eu estou acima do peso. É uma coisa meio chata de ficar ouvindo toda hora.

Patrícia: — Esse povo gosta de fazer piadinha com nosso corpo, dizendo que você é muito magra, que é muito gorda. Se você emagrecer, você é muito magra, se engordar é muito gorda, eu realmente não entendo.

Paxina: — Quando me criticam por causa do meu corpo eu posso dizer assim: foda-se, mas a gente querendo ou não afeta a gente um pouco. As palavras ficam na nossas cabeças e quando você chega em casa e olha no espelho.

Bianca: — Às vezes a pessoa nem é gordo, tem o corpo mais cheinho mesmo e o ficam zoando.

Júlia : — O povo que gosta de zoar, acham que eles são tipo: os perfeitos. Eu não gosto disso.

Silêncio

Episódio 56 - Oficina: Racismo Recreativo. (classificação traços negroides)

Pesquisadora: — Esse povo não decide né (risos). Você que está caladinha, me conta como é usar o cabelo com mechas rosas.

Bia: — Normal. Eu pinto ele toda vez que estou triste. Eu troco sempre de cor. Quando eu estou triste e quero mudar alguma coisa.

Pesquisadora: — E esse cabelo lindo com as pontas cor de mel?

Júlia: — Minha mãe quis perguntou se eu queria pintar e eu quis, não estou nem aí para a opinião dos outros, o cabelo é meu. Eu já pinteí de roxo.

Bia: — Eu já pinteí de verde (risos)

Pesquisadora: — E as meninas da progressiva? Vocês gostam mais dos cabelos lisos:

Jaqueline: — Eu faço progressiva.

Yohana: — Eu faço progressiva e pinto de preto azulado.

Pesquisadora: — Seu cabelo é claro?

Yohana: — Ele é mel.

Pesquisadora: — Você gosta mais dele com progressiva?

Yohana: — Eu gostava dele natural, tenho até algumas fotos. Mas eu recebia várias críticas aí eu achei melhor alisar. Também é difícil de cuidar.

Pesquisadora: — Pensando que você tem a opção de ter os dois cabelos agora, liso e cacheado, esquecendo as críticas, qual você prefere?

Yohana: — Eu gosto dos dois, mas eu penso que meu rosto combina mais com o cabelo liso.

Jade: — Eu já tive o cabelo liso, já passei pela transição e deixei natural e agora alisei de novo.

Jaqueline: — Eu comecei a passar produto no cabelo eu tinha uns 7 ou 8 anos. Sempre usei química mesmo. Era bem cheio e grande e foi diminuindo por causa dos produtos. Agora eu passo produto só na raiz para ficar bem baixinho. Eu não gosto de cabelo cheio. Gosto da altura do cabelo dela (aponta para o cabelo da Paxina)

Paxina: — Eu também não gosto de cabelo cheio, passo sempre muito creme para ele ficar baixo. Igual antes eu vinha para a escola com o cabelo com pouco creme e aí os meninos ficavam me chamando de cabelo de vassoura, eu tinha cordado meu cabelo e ele subia muito. Ficava igual um capacete. (risos) Eu tacho muito creme assim e de vez em quando eu vou no salão para fazer progressiva na raiz para deixar baixo

e não tira os cachos das pontas.

Jaqueline: — Eu faço isso também, mas o meu já não tem cachos mais, fica todo liso. Eu gosto do meu grudado na cabeça.

Pesquisadora: — E você, como é essa relação com o cabelo?

Jade: — Eu faço progressiva também. Falo isso desde dos 7 ou 8 anos. Depois passei pela transição e deixei cacheado. Aí você recebe muitas críticas e em 2020 eu alisei de novo.

Pesquisadora: — Eu também passei pela transição e deixei meu cabelo natural, com alguns problemas pessoais e o mestrado, meu cabelo caiu bastante eu passe máquina três. Agora estou usando trança, pois ainda não conseguir acostumar com o cabelo muito curto.

Silêncio

Episódio 57 – Oficina Padrão de Beleza. (classificação racismo recreativo)

Presentes: Jade, Bia, Patrícia, Jaqueline, Bianca, Paxina, Flávia, Eliane, Júlia e Luiza. (10 estudantes)

Pesquisadora: — Esse copo com o mapa do continente africano e uma mulher negra é uma lembrança dos nossos momentos que partilhamos e uma forma de agradecer a boa vontade de vocês de participarem da pesquisa.

Jade: — Foi um prazer, fessora.

Bia: — Adorei te conhecer.

Pesquisadora: — Trouxe uns salgadinhos e suco para comermos enquanto conversamos.

Jaqueline: — Então tem que fechar bem a porta, ou se não daqui a pouco tá cheio de “nequin” aqui na porta pedindo.

Risos

Silêncio

Episódio 58 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — Então... vamos retomar nossa conversa sobre racismo.

Jaqueline: — Existe muito, em todas as escolas.

Observação de campo: As outras estudantes balançam a cabeça, concordando com a Jaqueline.

Paxina: — Até nas escolas particulares.

Eliane: — Eu acho que têm até mais.

Júlia: — Sim, deve ter bem mais.

Pesquisadora: — Meu filho mais velho teve a experiência de estudar em escolas particulares e públicas e ele concorda com vocês, ele pensa que sofreu menos racismo na escola pública.

Luiza: — Eu ia te perguntar isso agora, onde seus filhos estudam.

Pesquisadora: Sávio, o mais velho hoje faz faculdade em outra cidade, Ana Sofia a mais nova estuda em uma escola pública que eu trabalho.

Silêncio

Episódio 59 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação preterimento)

Pesquisadora: — Vamos lembrar o que vocês me falaram sobre o posicionamento da escola quando vocês relatam uma situação de racismo.

Eliane: — A gente se sente rejeitada pelas pessoas.

Paxina: — Querendo ou não, você vai até a direção procurar um apoio e ai eles nem ligam, difícil né.

Júlia: — Não acho que a direção da escola vai resolver alguma coisa, eles sempre falam que vão resolver, mas nada acontece.

Observação de Campo: Bate o sinal do recreio e alguns estudantes daquela sala, bate na porta pedindo para entrar para guardar material ou pegar alguma coisa. Ficamos todas em silêncio, algumas estudantes com um sorriso no rosto aguardando a saída dos estudantes da sala. Isso dura em torno de três minutos. Valentina se levanta e fecha a porta novamente de dessa vez coloca uma cadeira para escorar a porta.

Silêncio

Episódio 60 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: — Flávia voltou a nos dar a honra da sua presença. O cabelo está maior, como sempre muito linda, mas me conta como está sendo essa relação de cortar o cabelo curtinho para tirar os produtos químicos e deixa-lo natural?

Flávia: — Para mim, normal, tem gente que acha bonito, tem gente que critica. Mas o cabelo é meu e eu que tenho que gostar ou não do cabelo.

Pesquisadora: — Ano passado por algumas questões pessoais meu cabelo caiu bastante e eu cortei todo. Eu alterno, uso um pouco de tranças e um pouco natural, mas a imagem no espelho do cabelo curtinho me incomodou. Agora já cresceu

bastante.

Flávia: — Eu gosto, me sinto bonita sim, apesar de ter algumas críticas.

Jaqueline: — As negras no Estados Unidos tudo usa cabelo curtinho.

Paxina: — Está na moda, raspar as laterais e fazer babyhair.

Pesquisadora: — Me atualizem gente, como é isso?

Paxina: — Aqui fessora. (mostra no celular a foto e o celular vai passando para que todas as outras vejam)

Pesquisadora: — Isso faz com aquela escova de dente para cabelo?

Risos

Flávia: — Não é escova de dente não, parece mais é diferente. Gostei do corte de cabelo (referindo-se ao corte que a Paxina mostrou no celular) tô querendo fazer.

Eliane: — Faz mesmo, vai ficar muito bonito.

Bianca: — Acho que fica mesmo.

Silêncio

Episódio 61 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação racismo institucional)

Pesquisadora: — Sobre as aulas durante a pandemia, nós não conversamos quase nada sobre isso.

Flávia: — Eu não tenho acesso a internet, eu pegava os deveres aqui e fazia em casa [...], só para passar mesmo.

Risos

Patrícia: — Tipo isso.

Júlia: — [...]

Silêncio

Episódio 62 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação padrão de beleza)

Pesquisadora: — Flávia pensando sobre um corte de cabelo novo, eu achei lindo, mas não sei se teria coragem de fazer, já não tenho idade para isso (risos)

Paxina: — Nada a ver esse trem de idade fessora

Jaqueline: — Ia ficar linda com esse corte.

Pesquisadora: — Prometo pensar quando eu tirar as tranças, se eu cortar, tiro foto e mando para vocês, minha inspiração.

Silêncio

Episódio 63 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação traços negroides)

Luiza: — Eu não corto porque tenho a testa grande.

Risos

Eliane: — Eu também tenho, mas tô nem ai, uso o cabelo sempre todo para trás mostrando a testa mesmo.

Paxina: — Uso baby hair e desfaça.

Risos

Jaqueline: — Falando de testa, a minha também é enorme.

Paxina: — Minha autoestima depende disso. Tampar a testa e a orelha.

Eliane: — A minha também. Quando eu faço trança embutida, nossa!!! Aumenta. Aí puxo um pouco pra frente e desfaça.

Risos

Paxina: — Eu já fiz aquela de duas sabe.

Pesquisadora: — Chama tranças boxeadora.

Paxina: — Pois é essas, quando eu olhei no espelho e vi o tamanho da testa, desanimei.

Risos

Jaqueline: — Acho que eu no meu caso eu sou calva. Na sala os meninos ficam reparando quem é calvo.

Risos

Paxina: — Acho que aqui quase todas é.

Risos

Eliane: — Pare gente, calvície é doença. É só o formato de nossas cabeças.

Silêncio**Episódio 64 - Oficina Padrão de Beleza.** (classificação racismo recreativo)

Pesquisadora: — Os apelidos tem a ver com racismo.

Paxina: — Tem.

Jaqueline: — Alguns têm.

Eliane: —É. A maioria tem sim.

Risos

Jaqueline: — Ô fessora, os meus apelidos, a maioria é sobre o meu nome. São carinhosos. Jaque, Line, Lininha.

Luiza: — Mas quando te chamam de macaca, gorila, chimpanzé???

Risos

Paxina: — Eu já falei, o que o pessoal da minha sala mais me chama é de frangão queimado, porque eu sou magra e preta. Eles malham mesmo.

Risos

Observação de campo: Enquanto as estudantes riem eu permaneço séria olhando para elas.

Jaqueline: — A gente rir, mas quando chega em casa a gente fica olhando no espelho e perguntando será que eu sou isso mesmo?

Paxina: — A gente rir na hora, mas querendo ou não afeta.

Eliane: — A gente faz piada para esconder nossos sentimentos.

Luiza: — Quando a gente chega em casa e lembra...nossa!!!

Paxina: — A gente olha no espelho e fica se perguntando. Será que eu pareço uma macaca mesmo véi?

Eliane: — A gente fica se perguntando mesmo.

Flávia: — Tem também picolé de asfalto. Tem até albinos negros. Muitas vezes eles ficam também criticando, pare de se fazer de preta, você não é preta. Só porque tem gente com a pele um pouco mais clara eles não querem aceitar que a gente é negra.

Patrícia: Pare!!! Não existe albinos negros. (Risos)

Pesquisadora: — Flávia não está errada. Parece estranho mesmo. Mas o albinismo é uma doença de falta de pigmentação na pele, mais comum na população negra.

Jaqueline: — Mas é engraçado fessora, estranho.

Silêncio

Episódio 65 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação outros territórios)

Pesquisadora: — E a pandemia?

Flávia: — Eu perdi parentes

Paxina: — Eu pedir uma avó durante a pandemia, mas não é de covid não.

Silêncio

Episódio 66 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação traços negroides)

Pesquisadora: — Meninas, está acabando o recreio e precisamos encerrar. Mas me fale rapidinho o que mais incomoda em relação a escola?

Paxina : — Com certeza são nossas características.

Jaqueline: — O cabelo.

Luiza: — Vish. O cabelo, o nariz, a boca. (risos)

Paxina: esse povo é muito folgado com a gente. Esse jeito folgado de ser.

Jaqueline: — Vai apresentar alguma coisa na frente para você ver. Ficam rindo e zoando com a gente.

Paxina: — Até que meu nariz não é muito grande porque eu fiz cirurgia para tirar uma carne que tinha dentro e eu acho que fecharam um pouco.

Flávia: — Me chamam de nariz de tomada.

Paxina: — Além da minha cor, eles incomodam mais com minha altura, porque eu sou magra e alta.

Silêncio

Episódio 67- Oficina Padrão de Beleza. (classificação traços negroides)

Jaqueline: — Igual vai ter a festa junina, quase ninguém vai querer participar porque esses meninos são folgados. Quase ninguém né?! (Jaqueline direciona a fala para as outras estudantes)

Eliane: — Eu não vou participar de nada, só venho para ver mesmo.

Paxina: — Eu vou participar, tô nem ai.

Jaqueline: — Vou ver, eu acho que também vou.

Pesquisadora: — Falando em festa junina, a minha primeira eu já contei como foi para vocês.

Flávia: — Eu também sofro bullying por causa da minha altura. E em relação a festa junina, nunca aconteceu nada de alguém não querer dançar comigo. Mas tipo assim, se tiver uma menina branca e duas negras, os meninos sempre vão chegar na menina branca ou a negra de pele mais clara.

Pesquisadora: — Flávia, não conversamos sobre isso em um de nossos encontros, uma pena que você não estava.

Paxina: — Eles nunca vão falar, mas a gente sabe pela forma que eles olham para gente.

Pesquisadora: —Nós negras, aprendemos muito cedo a interpretar esses olhares.

Jaqueline: — Quando a gente sai com os amigos a gente percebe isso, os meninos sempre preferem as brancas ou as meninas de pele mais clara.

Flávia: — Pois eu prefiro os meninos morenos.

Paxina: — Eu também.

Risos

Júlia: — Para mim, tanto faz, prefiro qualquer um que queira ficar comigo e me trate bem.

Risos

Eliane: — Importante é aceitar a gente.

Patrícia: — É isso mesmo. Tem que gostar da gente.

Silêncio

Episódio 68 - Oficina Padrão de Beleza. (classificação padrão de beleza)

Júlia: — Meu maior problema hoje são as minhas espinhas.

Risos

Jaqueline: — Nem fala nisso.

Eliane: — Olha aqui como eu estou (aponta para o próprio rosto)

Flávia: — Calma gente, isso é por causa dos hormônios da nossa idade.

Jaqueline: — Paxina nem tem muita.